

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E
DEFESA

BRUNO COUTO DE SOUZA PEDROSA

BRICS COMO ATORES REFORMISTAS: como as declarações de cúpula
constituem a identidade coletiva do grupo? (2009, 2011, 2014)

Rio de Janeiro

2022

BRUNO COUTO DE SOUZA PEDROSA

BRICS COMO ATORES REFORMISTAS: como as declarações de cúpula
constituem a identidade coletiva do grupo? (2009, 2011, 2014)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra (PPGSID-ESG) como parte dos pré-requisitos necessários para a obtenção de título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Simone Almeida Resende

Rio de Janeiro

2022

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

Bruno Couto de Souza Pedrosa

BRUNO COUTO DE SOUZA PEDROSA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P372b Pedrosa, Bruno Couto de Souza

BRICS como atores reformistas: como as declarações de cúpula constituem a identidade coletiva do grupo? (2009, 2011, 2014) / Bruno Couto de Souza Pedrosa. - Rio de Janeiro: ESG, 2022.

149 f.: il.

Orientador: Profa. Dra. Erica Simone Almeida Resende.

Trabalho de Conclusão de Curso – Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Programa de PósGraduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra (ESG).

1. BRICS. 2. Política internacional. 3. Multipolaridade. 4. Relações Internacionais. 5. Identidade nacional. Título.

CDD – 327.1

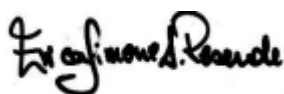
BRUNO COUTO DE SOUZA PEDROSA

BRICS COMO ATORES REFORMISTAS: Como as declarações de cúpula
constituem a identidade coletiva do grupo? (2009, 2011, 2014)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Segurança
Internacional e Defesa da Escola Superior de
Guerra (PPGSID-ESG) como parte dos pré-
requisitos necessários para a obtenção de
título de Mestre em Segurança Internacional
e Defesa.

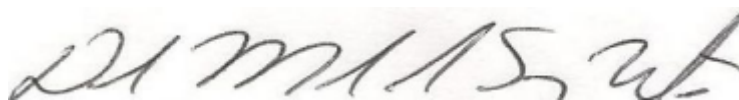
Rio de Janeiro, 23 de março de 2022

BANCA EXAMINADORA




Prof^ª. Dr^ª Erica Simone Almeida Resende

ESG – PPGSID



Prof. Dr. Danilo Marcondes de Souza Neto

ESG – PPGSID

Documento assinado digitalmente
 FLAVIA GUERRA CAVALCANTI
Data: 25/09/2022 15:35:43-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Prof^ª. Dr^ª. Flávia Guerra Cavalcanti

UFRJ - IRID

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, eu agradeço ao Senhor Jesus Cristo por ter me dado consistência, perseverança, e inteligência o suficiente para passar por esses anos de mestrado.

Agradeço aos meus pais e minha querida irmã por sempre estarem juntos ao meu lado o tempo todo rindo meus risos, chorando os meus choros, suportando minhas ansiedades e medos ao mesmo tempo que ofereciam consolo e razões para renovar minhas esperanças e otimismo. Não há como negar que cada palavra aqui escrita tem ligação direta com todo carinho, preocupação e atenção que vocês me deram e continuam a oferecer.

Agradeço a paciência, os conselhos, as aulas e todo o conhecimento passado a mim pelos professores do Programa de pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa oferecido pela Escola Superior de Guerra. Vocês me fizeram pensar o Brasil. Dentre esses, a professora Erica Simone se tornou não só uma orientadora, mas uma “mãe”. Com atenção, carinho, dedicação e paciência me ajudou a trilhar esse caminho. Tudo que você fez por mim estará em lugar especial em meu coração. Muito obrigado. Ao professor Danilo Marcondes, quero agradecer por todas as recomendações, todo o tempo que ele se dedicou para ler este trabalho e tudo que resultou disso. Sobre o professor Oliver Stuenkel, eu não poderia imaginar que o autor do livro que me gerou o interesse sobre os BRICS e as relações internacionais estaria lendo o meu trabalho. Não tenho palavras para agradecer tal privilégio.

Aos meus colegas de classe, muito obrigado a todos vocês por tornarem as aulas melhores e elevarem os níveis dos debates ao profissionalismo. Em especial, quero agradecer ao Victor por ter sido um verdadeiro amigo ao longo desse mestrado e por ter me apoiado e me ajudado a compartilhar as risadas, e os fardos das dúvidas e das inseguranças nesta vida de mestrando. Aos amigos extraclasse, muito do que sou e do que sei se deve a vocês, muito obrigado a todos.

O que nos faz amar os novos conhecidos não é tanto o cansaço que sentimos dos velhos ou o prazer de mudar, mas o desgosto de não sermos suficientemente admirados pelos que nos conhecem muito e a esperança de sê-lo mais pelos que não nos conhecem tanto.

La Rochefoucauld

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de investigar o processo de construção de uma identidade coletiva do BRICS através de suas declarações e o que ela significa. Para isso, buscou-se primeiramente, entender como o fim da Guerra Fria possibilitou o surgimento de uma nova configuração da dispersão de poder no sistema internacional. Nesse sentido, vimos que, dentro dessa nova realidade, houve a acentuação do protagonismo de novos atores estatais cuja margem de ação política internacional estava, anteriormente, atrelada à lógica da bipolaridade. Chamados de potências emergentes, esses atores foram responsáveis pela mudança de uma unipolaridade após o fim abrupto da URSS para uma multipolaridade nas décadas seguintes. Depois de uma definição do conceito de potência emergente, seguiu-se para uma definição do que o principal motivo dessa emergência é a busca da consolidação do reconhecimento de status, por outros Estados, que o Estado tem de si. Em seguidos, investigamos como as identidades possuem um papel relevantes como ferramenta analítica dentro da disciplina das Relações Internacionais. Observamos que as identidades podem ser consideradas tanto como causas como consequências de ações de política externa podendo explicar comportamentos de atores que escapam ao escopo ontológico e explicativo das teorias e abordagens tradicionais da disciplina. Viu-se, então, que o processo de construção de identidade em comum do BRICS, o “Eu”, possibilita a mitigação da percepção de diferenças entre aqueles adeptos ao discurso ao mesmo tempo que possibilita a construção de um “Outro”, demarcando os limites ontológicos dos dois. Assim, partimos da hipótese de que a cooperação entre os membros do BRICS seria o resultado de um processo de identidade em comum no qual o status emergente e reformista seriam os seus principais elementos. Ao definir o Ocidente como o mantenedor da configuração atual da ordem internacional a partir de uma narrativa que define a mesma como deficiente, injusta e não-democrática, e, portanto, passível de reformas para que haja uma representação da nova polaridade do sistema internacional. Assim, ao se engajarem nos discursos de Outricidade, que constroem uma ordem internacional injusta e não representativa, os membros do BRICS se mobilizam entre si políticas de cooperação que não só tem o objetivo de se aproximarem diplomaticamente, como também cria uma plataforma de ação política que pode mitigar a manutenção da atual forma da ordem internacional.

Palavras-chaves: BRICS; Política Internacional; Multipolaridade; Relações Internacionais; Identidade nacional

ABSTRACT

The present research has the goal of investigating the construction process of a BRICS' collective identity through its declaration and the meaning of it. To do so, one has tried, in first place, to understand how the end of cold war has paved the way to the surging of a new power dispersion configuration throughout the international system. In this regard, we have seen, inside this new reality, there has been the protagonism intensification of new statal actors whose international politics margin of action were, previously, hitched to the former bipolarity's logic. Names as emerging power, these new actors have been responsible for the transition from a unipolarity moment right after the abrupt USSR's disintegration to a multipolarity in the coming decades. After a definition of the emerging power concept, one has defined that the main motive of this emerging is the searching for a state's status acknowledging consolidation by its peers. Next, I investigated how identities own a relevant roll as analytical tool inside the International Relations discipline. One observed identities can be considered either as cause or as consequence of foreign policy actions having the explanation capacity regarding actors' behavior that are not comprehended by the discipline mainstream theories' ontological and explicative scope. It has been seen, then, that in the BRICS' common identity construction process, the "Self" enables the mitigation of differences perception between those adherent to the discourse while turns possible the construction of the "Other", setting the ontological limits of both. Thus, we set the hypothesis that cooperation among BRICS' members would be the result of a common identity formation process in which the emerging and reformist status is the main elements. By defining West as a maintainer of current international order configuration from a narrative defining it as deficient, unjust and undemocratic and, therefore, susceptible of reforms to be updated to the current international system's polarity. With this being said, when BRICS engage itself to otherness generator discourses which classify the international order as unjust and not representative, members of BRICS mobilize cooperation policies aiming not only a diplomatic closeness but also a creation of political action platform able to mitigate the maintenance of the current international order.

Keywords: BRICS; International Politics; Multipolarity; International Relations; National Identity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: número de elementos dêiticos nas declarações.....	111
Figura 2: número de predicções dêiticas nas declarações	112
Figura 3: número de elementos dêiticos por temas na declaração de 2009	113
Figura 4: número de elementos dêiticos por temas na declaração de 2011	113
Figura 5: número de elementos dêiticos por temas na declaração de 2014	114
Figura 6: número de predicções dêiticas por temas na declaração de 2009.....	115
Figura 7: número de predicções dêiticas por temas na declaração de 2011.....	115
Figura 8: número de predicções dêiticas por temas na declaração de 2014.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução institucional do BRICS	73
Tabela 2: 1ª fase da evolução institucional do BRICS	74
Tabela 3: 2ª fase da evolução institucional do BRICS	80
Tabela 4: 3ª fase da evolução institucional do BRICS	83
Tabela 5: Classificação das fases de evolução institucional do BRICS	88
Tabela 6: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Eu" na declaração de 2009	90
Tabela 7: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Eu" na declaração de 2011... ..	93
Tabela 8: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Eu" na declaração de 2014. ...	96
Tabela 9: Quotas e parcelas individuais efetivas calculadas por membros (em percentagem)	100
Tabela 10: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Outro" na declaração de 2009.....	102
Tabela 11: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Outro" na declaração de 2011.....	105
Tabela 12: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Outro" na declaração de 2014.....	109
Tabela 13: Predicações, pressuposições e posicionamentos do sujeito em relação ao "Outro" nas declarações.....	117

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
- BRICSAM – Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, México
- CARICOM – Comunidade do Caribe
- CIVETS – Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia, África do Sul
- CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- EUA – Estados Unidos da América
- FIFA – Federação Internacional de Futebol
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- G20 – Grupo dos Vinte
- G8 – Grupo dos 8
- IBAS – Índia, Brasil, África do Sul,
- ISIS – Estado Islâmico
- Mercosul – Mercado Comum do Sul
- MINT – México, Indonésia, Nigéria, Turquia
- MIST – México, Indonésia, Coreia do Sul, Turquia
- NAFTA – Acordo de Livre-Comércio da América do Norte
- NDB – Novo Banco de Desenvolvimento
- OEA – Organização dos Estados Americanos
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- RI – Relações Internacionais
- UE – União Europeia
- URSS – União das República Socialistas Soviéticas
- VISTA – Vietnã, Indonésia, África do Sul, Turquia, Argentina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 UM NOVO MUNDO E NOVOS ATORES.....	28
1.1 Desarranjo da ordem internacional do pós-Guerra Fria.....	28
1.2 O que são potências emergentes?	35
1.3 Reconhecimento de status e identidades como motor das reformas.....	44
2 AS IDENTIDADES COMO FENÔMENO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A DINÂMICA DE OUTRIFICAÇÃO.....	52
2.1 O papel das identidades nas relações internacionais.....	52
2.2 Nota metodológica	59
2.2.1 A função da Dinâmica Eu/Outro na Construção da Identidade.....	59
2.2.2 Técnicas de análise de discurso	62
2.3 Declarações selecionadas.....	67
3 ELEMENTOS DE FORMAÇÃO DE IDENTIDADE COMUM NAS DECLARAÇÕES DO BRICS (2009, 2011, 2014)	70
3.1 Retrospectiva da evolução do BRICS	70
3.1.1 1ª fase (2001-2009).....	73
3.1.2 2ª fase (2009-2014).....	79
3.1.3 3ª fase (2014-2020).....	82
3.2 Análise dos discursos de construção do “Eu” e do “Outro” nas declarações do BRICS (2009, 2011, e 2014).....	88
3.2.1 A Construção do “Eu”	88
3.2.2 A Construção do “Outro”	97
3.3 Conclusão	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS.	123

INTRODUÇÃO

“Nós estamos, hoje, diante de um momento único e extraordinário”, disse o presidente George Bush para o Congresso americano em 1990. Ele continua dizendo que a situação geopolítica no Golfo Pérsico

por mais grave que seja, também oferece uma rara oportunidade para se mover a um período histórico de cooperação. Apesar destes tempos turbulentos, nosso quinto objetivo – uma nova ordem global – pode emergir: uma nova era - mais livre da ameaça do terror, mais forte na sua busca pela justiça, e mais segura na procura da paz. Uma era na qual as nações do mundo, Oriente e Ocidente, Norte e Sul, podem prosperar e viver em harmonia (BUSH, 1990, s/p)¹.

O mundo ao qual o presidente Bush estava se referindo era marcado pela ausência da União Soviética e a vitória do sistema democrático-liberal sobre o socialismo. Esse rearranjo repentino das distribuições de poder na política internacional foi interpretado como o início de uma nova era na história das relações internacionais.

No entanto, essa nova realidade, apesar de ter sido recebida e percebida com certo entusiasmo pelo Ocidente², não gerou uma homogeneidade das interpretações de como esse cenário se desenrolaria. Indo de encontro e desafiando as principais teorias de Relações Internacionais que argumentavam a estabilidade do sistema bipolar (WALTZ, 1979), o mundo pós-Guerra Fria gerou incertezas do que o futuro reservava para o mundo³. Paul Kennedy (1993, p.352) já entendia isso ao dizer que “nada é certo, exceto que enfrentamos numerosas incertezas”.

Essas incertezas resgataram trabalhos sobre as questões de transição de poder nas

¹Todas as citações diretas em língua estrangeira serão traduzidas pelo autor caindo sobre ele tanto a qualidade quanto a aproximação do sentido original.

² A definição do Ocidente como ator político internacional é tema de grande discussão entre os pensadores das relações internacionais. Stuart Hall (2016) afirma que o Ocidente é tanto um conceito discursivo social quanto geográfico, e que é idêntico ao conceito de “modernidade”. Como discurso, ele é uma construção histórica e linguística sujeita a mudanças de significado ao longo do tempo. Ocidental, para ele, é a sociedade “desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna” (HALL, 2016, p. 315). No entanto, para alguns autores não basta somente esses aspectos. O Ocidente, para Philipe Nemo (2004), são as sociedades herdeiras diretas da *pólis* grega, do Direito romano, da herança judaico-cristã, da Revolução Papal, e das revoluções liberais do século XVIII e XIX. Além do mais, no que tange às Relações Internacionais vê-se que a grande maioria da produção teórica vem dessas sociedades chamadas de Ocidentais, notadamente Estados Unidos e Reino Unido (ACHARYA, 2016; KRISTENSEN, 2015). Diante disso, para os fins desse trabalho, o Ocidente será a união das definições de Hall e de Nemo. Assim, em termos geográficos, o Ocidente aqui é a região que compreende a Europa Ocidental e a América do Norte anglo-saxã, uma visão que se aproxima a de Huntington (1993a). No entanto, a definição aqui usada está sujeita a revisões e questionamentos e, para se aprofundar no debate, ver Deudney e Ikenberry (1993), McNeill (1997), O’Hagan (2002), Kurth (2003), Raposo (2010) e Sombra (2018).

³ Para se aprofundar nessas diferentes perspectivas em relação a esse momento, ver Fukuyama (1989), Krauthammer (1990), Luttwak (1990), Mearsheimer (1990), Buzan (1991), Mahbubani (1992), Huntington (1993b), Layne (1993), Minc (1993), United Nations (1994), Evans (1997), Toal et al (1998), Huntington (1999), Wohlforth (1999) e Waltz (2000).

relações internacionais. Baseada na pesquisa das “mudanças de poder e a causa do conflito entre as nações” (ORGANSKI, 2014, p. 207), autores como Robert Gilpin (1981) e Paul Kennedy (2010) foram e são usados para compreender as mudanças do sistema internacional. Além disso, muitas foram as interpretações de como as outras potências reagiriam ao poder americano (ALLISON, 2015; CHASE et al., 1999; MEARSHEIMER, 2001; PAUL, 2005; WALTZ, 1991). Portanto, compreender as mudanças na política internacional causadas pela inserção de novos atores e seus respectivos comportamentos e intenções, especialmente das potências emergentes, é essencial no entendimento da Segurança Internacional e a geoestratégia global do século XXI. É nesse debate que a existência deste trabalho se justifica.

Chamados de países baleia (KENNAN, 1994), Estados-pivô (CHASE et al., 1999), entre outros nomes, esses países eram percebidos como capazes de “alterar profundamente a distribuição global de poder” (STUENKEL, 2017a, p. 20). É nesse cenário que o termo BRICS emerge.

Cunhado por Jim O’Neill (2001), analista do banco Goldman Sachs, o acrônimo BRICS foi criado para designar o grupo de quatro países – Brasil, Rússia, Índia e China – que apresentavam bom potencial para serem alvo de investimento externo, considerando-se as “taxas de crescimento do PIB, PIB *per capita* e tamanho populacional” (STUENKEL, 2017a, p. 15). Além desse relatório preparado por O’Neill, o Goldman Sachs produziu outros em 2003 e 2005, todos recomendando investimentos em Brasil, Rússia e China, o que acabou por catapultar a popularidade daquele grupo de países. (O’NEILL et al., 2005; WILSON; PURUSHOTHAMAN, 2003) Dessa forma, o conceito BRICS tem sua formação intimamente ligada ao capitalismo global, já que eram percebidos como economias de mercado com altas taxas de crescimento (COOPER, 2016).

No entanto, o BRICS não foi a única sigla criada por grupos de fundos de investimentos durante a primeira década do século XXI. CIVETS⁴, Next-11⁵,

⁴ O CIVETS foi um acrônimo criado pelo antigo CEO do banco HSBC Michael Geoghegan o agregava países apresentariam grandes taxas de crescimento na década de 2010. CIVETS é feito pelas iniciais de Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul (respectivamente) (RUSSEL, 2010).

⁵ Termo também criado pelo grupo do Jim O’Neill, o Next-11 ou Next-Eleven são países que “podem não ter o mesmo impacto transformador na economia mundial que os BRICS podem realizar, mas eles apresentam históricos de crescimento interessantes”. Composto por Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Coreia do Sul, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia e Vietnã (LAWSON; HEACOCK; STUPNYTSKA, 2007, p. 161)

⁵ Termo também criado pelo grupo do Jim O’Neill, o Next-11 ou Next-Eleven são países que “podem não ter o mesmo impacto transformador na economia mundial que os BRICS podem realizar, mas eles apresentam históricos de crescimento interessantes”. Composto por Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Coreia do Sul, México, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Turquia e Vietnã (LAWSON; HEACOCK; STUPNYTSKA, 2007, p. 161)

BRICSAM⁶, MINT⁷, MIST⁸, VISTA⁹ são alguns exemplos de acrônimos criados para serem guias aos investidores. Então, qual é a diferença do BRIC? A principal característica que diferencia esse grupo dos outros é a sua evolução para práticas diplomáticas e sua institucionalização como ator internacional (COOPER, 2016; COOPER; FAROOQ, 2013). Tendo superado todas as expectativas do criador Jim O'Neill (FOLLATH, 2013), o BRIC, que depois se tornou BRICS¹⁰ com a inclusão da África do Sul, acabou se transformando em referência dessa nova ordem mundial. É possível, assim, compreender a emergência dos BRICS¹¹ dentro do fenômeno de transição de poder que sinalizaria tanto um desgaste do poder do Ocidente quanto a ascensão de potências não-ocidentais (ABDENUR, 2016; ARMIJO; ROBERTS, 2014; BARROS-PLATIAU, 2010; BEESON; ZENG, 2018; KHADKIWALA, 2014; LI, 2019; MITTELMAN, 2013; NEL; NABERS; HANIF, 2012; RADULESCU; PANAIT; VOICA, 2014; THAKUR, 2014).

A institucionalização do bloco, por sua vez, não passou despercebida de críticas. Stuenkel (2018) diz que parte do ataque da mídia ocidental internacional aos BRICS,

⁶ O BRICSAM é composto pelos os países do BRICS com a adição do México. Além do mais a sigla também tem função de indicar economias emergentes que possuem potencial para uma mudança estrutural da economia global (AGARWAL, 2008).

⁷ Também criado por O'Neill, os MINT (México, Indonésia, Nigéria e Turquia) são países emergentes que unem “demografias favoráveis e prospecções econômicas atrativas”. No entanto, ele diz que o grupo não será tão grande quanto o BRICS (MAGALHÃES; COWLEY, 2013).

⁸ Formado pelo México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia, o MIST possui um propósito similar ao MINT como representantes de países emergentes menores que o BRICS (ROUGHNEEN, 2011).

⁹ Cunhado pelo grupo japonês Nomura Research Institute, o VISTA (Vietnã, Indonésia, África do Sul, Turquia e Argentina) “oferecem promessas como novos mercados enquanto outros podem ser fortes como locais de produção ou como locais para pesquisa e desenvolvimento” ((TAKESHI, 2010, p. 2)

¹⁰ Não existe consenso sobre a própria definição da natureza institucional dos BRICS, nem mesmo nas declarações oficiais dos países membros. Enquanto a Índia (INDIA, 2021) e o Brasil (BRASIL, 2019) o definem como um “agrupamento”, a China (CHINA, 2014) o considera como uma “plataforma de cooperação”. A Rússia o considera como um “grupo interestatal” (RUSSIA, 2020). A África do Sul, por outro lado, vê o BRICS como um bloco (SOUTH AFRICA, 2021). Desse modo, cabe escolher uma definição para fins deste trabalho. Entendemos que não seja possível considerá-los como aliança, já que a mesma se define como “acordo formal entre dois ou mais atores, geralmente Estados, com o propósito de coordenar o seu comportamento perante a ocorrência de contingências militares específicas” (DE SOUSA, 2005, p. 11), e isso não se encontra em sua estrutura institucional. Além disso, a palavra agrupamento, a qual remete o termo grupo, também carece de capacidade descritiva adequada para os BRICS, já que os grupos são destinados a tratar de questões pontuais como as finanças e economia (G20, G8 e G24), comércio (G20 comercial) e posicionamento políticos (G77). Diante de tudo isso, a melhor caracterização para BRICS seria bloco, e por duas razões. A primeira é uma questão de definição. É um termo para descrever um “conjunto de Estados reunidos por uma causa ou interesse específico, seja militar, econômico, ideológico ou político [...]. Diferentemente de uma aliança, não requer adesão a um tratado formal” (DE SOUSA, 2005, p.28). A segunda razão se dá pelo o uso da expressão em mais diversos trabalhos acadêmicos como em Hart e Jones (2010), Shubin (2013), Bond e Gracia (2014), Harmer e Kent (2014), Keukeleire e Hooijmaaijers (2014), Khalid (2014), Thakur (2014), Bond (2015), Chatin e Galarotti (2016), Stuenkel (2017a), e Luigi e Pennaforte (2020).

¹¹ Por uma questão de simplificação e padronização, sempre será utilizada a siglas BRICS mesmo que esteja se referindo ao bloco antes da entrada da África do Sul. O uso diferenciado do acrônimo foi somente utilizado quando a citação direta o faz.

chamando-os de “arranjo bizarro” ou “miscelânea” é, na verdade, a reprodução de um discurso ocidentocêntrico que “distorce nossa capacidade de avaliar desenvolvimentos políticos de maneira adequada”, chegando a declarar que os membros seriam “diversos demais para um dia poderem atuar em uníssono” (p. 29-30). Pode-se adicionar que essas percepções negativas ecoaram dentro do mundo acadêmico.

Considerado desde miragem (ARMIJO, 2007), falácia (PANT, 2013), fraco (LAIDI, 2012), e até como apenas uma questão simbólica (FOURCADE, 2013), os BRICS são muito criticados pela sua falta de coesão interna. Alguns ainda dizem que eles são heterogêneos demais para definir uma ação coletiva (ROWLANDS, 2012). Andrew Hurrell (2006, p. 4-5) argumenta que haveria “diferenças substanciais entre esses países – em termos de seus poderes e importância geopolítica; em termos de seus pesos econômicos e graus de integração na economia global; em termos de suas distintas trajetórias culturais e históricas; e em termos dos seus sistemas políticos domésticos”. Há ainda aqueles que questionam a participação de certos membros no bloco (MACFARLANE, 2006), outros que apoiam sua *raison d'être* apenas no crescimento econômico (SHARMA, 2012) e aqueles que acham que o BRICS é apenas um fenômeno passageiro (ACHARYA, 2018; BRUTSCH; PAPA, 2013; PANT, 2013).

Entretanto, apesar das críticas, o bloco do BRICS completou 11 anos de existência contrariando grande parte das previsões mais pessimistas em relação à sua existência, e continua a ser considerado um grupo relevante a ser analisado e observado (O'NEILL, 2021). A continuidade do bloco impressiona “dadas as características distintas das economias do BRICS, situações estratégicas regionais e vínculos econômicos fracos (exceto pela China) (...)” além das “taxas de crescimento mais lentas na primeira metade da segunda década” que levou “a uma reavaliação do potencial do BRICS como um grupo político” (STUENKEL, 2017, pp. 242–243).

Para além de questões materiais, o bloco apresenta outras características que justificam sua relevância. Entre elas, são destacadas sua institucionalização e promoção de normas. Um desses resultados é a criação de um banco de desenvolvimento (NDB) como alternativa às instituições internacionais tradicionais (BATISTA JR, 2019). Além do NDB, os países conseguiram, de forma mais ou menos intensa, aumentar negociações entre si nas mais diversas áreas (agricultura, astronomia, energia, transferência tecnológica, etc.) e diminuir, assim, as desconfianças entre si. Em relação às normas, o BRICS vem sendo promotores da primazia do multilateralismo como método de resolução de problemas, da inviolabilidade da soberania nacional como princípio basilar do sistema internacional, do desenvolvimento sustentável e do crescimento inclusivo da comunidade

internacional (ABDENUR, 2016, 2017; ARMIJO; ROBERTS, 2014; THAKUR, 2014). Então, apesar do seu lento desenvolvimento nos últimos anos, o BRICS ainda se mostra uma frente que propõe uma alternativa à distribuição histórica do poder internacional.

Desse modo, somos levados a indagar: Por que – apesar da variedade entre seus membros, os BRICS cooperam entre si? Se já existe algum consenso de que a cooperação intra-BRICS seria motivada por uma identidade coletiva comum a seus membros, que identidade coletiva é essa? Quais os elementos que participariam desse processo de construção de uma identidade comum aos BRICS? Então, a pergunta desse trabalho se localiza no seguinte questionamento: como essa identidade se constrói e o que ela significa?

Com base no argumento de Alexander Wendt (1994) de que os interesses dos Estados são moldados, em parte, por suas identidades como atores internacionais em um sistema em que a anarquia é aquilo os atores fazem dela, perseguiremos a hipótese de que a cooperação entre os membros do BRICS resultaria de um processo de construção de identidade comum em que o status de reformista seria o principal elemento que informaria aquela identidade. Assim, os membros do bloco BRICS cooperariam entre si por que a interação entre eles dentro do bloco reforçaria suas identidades como potências reformistas do sistema internacional.

Para responder essa pergunta, buscar-se-á o objetivo geral traduzido em compreender o processo de construção coletiva de identidade de um agrupamento de Estados. O primeiro objetivo específico, por sua vez, é dedicado a entender o processo de construção coletiva de identidade do BRICS e que ela significa. No entanto, para compreender o esse objetivo específico é necessário identificar o tipo de interação dos BRICS e analisar a construção de identidade nas declarações de cúpulas de 2009 a 2020.

Este trabalho se sustenta em um arcabouço teórico, fundamentado na construção de identidade, para a compreensão dos elementos não-materiais que possibilitam a cooperação entre potências emergentes. O principal argumento deste trabalho é que a construção de uma identidade comum – isso é, um fenômeno social que “define a relação entre duas ou mais entidades relacionadas em uma maneira que assegura uma similaridade ou igualdade” (WODAK, 2009, p. 11) – seria o elemento não-material que possibilitaria a cooperação intra-BRICS.

Segundo Horowitz (2002), o conceito de identidade vem recebendo grande atenção nos estudos de RI desde os anos de 1990, mas apenas se tornou um conceito explícito no *mainstream* há pouco tempo. Nesse sentido, pode-se ver que, nos últimos anos, o uso do conceito de identidade em estudos na área de RI. Portanto, desde uma

maneira positivista (HUNTINGTON, 1993a) até de maneiras mais críticas e pós-positivistas (CAMPBELL, 1992; KATZENSTEIN, 2015; LAPID; KRATOCHWIL, 1996; MCSWEENEY; MCSWEENEY; BILL, 1999; NEUMANN, 1999; WÆVER; CARLTON, 1993; WILLIAMS; NEUMANN, 2000), a identidade e seus efeitos nas relações sociais se tornaram alternativas explicativas ao materialismo do realismo político.

No entanto, como dito acima por Wodak (2009), a identidade é uma relação social entre duas ou mais entidades. Assim, o estabelecimento de uma identidade não é uma decisão unilateral de um ator político específico. Ao contrário, ela deve ser entendida e compreendida pelos outros pares. Desse modo, o estabelecimento de uma identidade comum entre atores políticos se baseia em uma questão de reconhecimento, ou seja, da interação entre esses atores.

Alexander Wendt (2003) afirma que o “reconhecimento é uma ação social que investe a diferença com um significado particular – outro ator (‘o Outro’) é constituído como um sujeito com uma legitimidade social se posicionando em relação ao ‘Self’” (p.511). Desse modo, a partir do momento que o reconhecimento é estabelecido, a identidade passa a existir como um fenômeno social e, por consequência, “o status como um ator político é assegurado” permitindo “agir na esfera internacional de maneira consistente com o papel” definido pela sua identidade (MURRAY, 2018, p. 7).

No entanto, o processo de construção da identidade é incerto. Essa incerteza social, estruturalmente ligada à própria anarquia internacional, se deve ao fato de que “as identidades dos Estados não podem ser formadas isoladamente, mas dependem do reconhecimento de outros Estados” (MURRAY, 2018, p.30). Ainda segundo Murray (2018, p.30), pelo fato de as identidades “serem intersubjetivamente formadas [...] essa interação social é um processo profundamente incerto”. A busca de uma solidez identitária, por sua vez, é justificada pelos desejos sociais dos indivíduos já que essas identidades vão estruturar o modo como eles interagem com o mundo material (MURRAY, 2010). Isso é reforçado quando Wendt (1999, p. 224) diz que as identidades “geram disposições motivacionais e comportamentais”.

Diante disso, concordamos com Mitzen (2006, p. 342) quando diz que “a segurança física não é o único tipo de segurança que os Estados buscam”, mas que eles “se engajam também em uma procura de segurança ontológica”. Ou seja, os Estados querem sentir-se seguros sobre o que eles pensam de si. No entanto, concordando com Murray (2010, 2018), Mitzen (2006, p.342) afirma que a “identidade é formada e sustentada através de relações”, mostrando que a identidade de um Estado precisa ser

reconhecida pelos seus pares, e não somente por si só. Dessa forma, segurança ontológica atinge sua plenitude quando o Estado “afirma não somente sua existência física, primariamente, como ele se vê e, secundariamente, como ele quer ser visto pelos outros” (STEELE, 2008, p. 2–3)

Devido ao caráter de interdependência das identidades dos Estados, pode-se dizer que suas seguranças ontológicas “são uma condição relacional” (MURRAY, 2010, p.661)¹¹. Isso faz com que o status e, conseqüentemente os interesses, dos atores internacionais sejam condicionados pelos processos de reconhecimento da comunidade internacional. Murray (2010, p.661)¹² sintetiza o fenômeno da seguinte forma:

quando uma autopercepção de um Estado corresponde a uma posição existente na estrutura social – por exemplo, uma grande potência – e é reconhecido como tal pela comunidade internacional, essa autopercepção é trazida à existência como a identidade do Estado, então ele se esforçará para obter o reconhecimento necessitado para assegurar essa identidade [...]. A formação da identidade, em resumo, é dependente da experiência do reconhecimento.

Desse modo, o Estados buscam meios dentro dessa incerteza social para garantir a segurança de sua identidade (MURRAY, 2018). Ainda segundo Murray (2018), ao dissertar sobre a ascensão de potências emergentes, ela diz que para ancorar esse discurso de emergência, esses Estados procuram adquirir capacidades materiais simbólicas a fim de sustentar sua imagem de potência relevante. Mais armamento, construção de uma maior rede diplomática e maior agência internacional são construídos para que elas possam refletir a identidade a ser construída e mitigar as incertezas sociais.

Entretanto, no caso do BRICS, por mais que eles sejam considerados as principais potências internacionais em ascensão (BATISTA JR, 2019; CHIN, 2010; STUENKEL, 2017b) a maior parte da literatura produzida falha em reconhecer essa dinâmica de reconhecimento social e identidade dentro do processo de evolução do bloco (BAN; BLYTH, 2013; BEESON; ZENG, 2018; BENACHENHOU, 2013; GRATIUS, 2012; GRAY; MURPHY, 2013; JASH, 2017; VAN APELDOORN; DE GRAAFF; OVERBEEK, 2012). Assim, a presente pesquisa pretende preencher essa lacuna ao utilizar abordagens teóricas que levem em consideração tanto a parte material como as não-materiais, apesar desta última ser o foco principal da pesquisa.

Entendemos que o construtivismo se mostra a mais viável para nossa empreitada. O construtivismo trouxe a premissa básica de que “vivemos em um mundo que construímos, no qual somos os principais protagonistas, e que seria produto das nossas

¹² Outros autores que falam sobre o fator relacional e sua influência no comportamento dos Estados são Gurowitz (2006), Hagström (2015) e Qin (2016)

escolhas. Este mundo em permanente construção é construído pelos chamados agentes (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 163). Ao contrário dos neorealistas, o mundo não seria predeterminado ou imposto, mas sujeito a mudanças e modificações devido ao seu caráter social. Portanto, os construtivistas não estabelecem postulados substantivos. Ao contrário, eles “devem identificar os principais atores, determinar seus interesses e suas capacidades de descobrir o conteúdo das estruturas normativas” (BAYLIS et al., 2011, p. 168) .

Segundo Nogueira e Messari (2005), um dos pontos mais caros para o construtivismo é a identidade. Apesar de não ser um ponto comum entre todos os pensadores dessa abordagem, é dito que eles consideram o conceito como “importante e útil de um ponto de vista analítico” (p.167). Isso fica claro quando Wendt (1994) afirma que os “interesses [dos Estados] são dependentes das identidades (...)” (p.385). No entanto, diferentemente das teorias positivistas, a formação das identidades (e a formação dos interesses, conseqüentemente), são produtos de processos de relações sociais realizados por práticas intersubjetivas. Isso se dá pois “nossas ideias sobre nós mesmos e nosso entorno moldam nossas interações e são moldadas pelas nossas interações; assim, elas criam a realidade social” (ZEHFUSS, 2001, p. 55).

Wendt (1992) ainda diz que a construção de identidades seria fonte de segurança para o Estado dentro de um ambiente anárquico. Ele constrói o argumento de que identidades são instituições relativamente estáveis e, por isso, possibilitam expectativas sobre o comportamento dos Estados. Aprofundando essas formulações, Wendt diz, portanto, que a formação de uma identidade dentro de um ambiente de incerteza social (MURRAY, 2018), se torna uma questão de segurança a partir do momento que ela é identificada cognitivamente pelo outro. Desse modo, “concepções de ‘si’ e do ‘outro’, e conseqüentemente os interesses de segurança, se desenvolvem apenas na interação” (ZEHFUSS, 2001, p. 57).

Por mais que as formulações teóricas de Wendt tenham sido essenciais para novas interpretações da Relações Internacionais, principalmente no que tange ao conceito de identidade, elas não desenvolvem pensamentos sobre a comunicação entre os atores. Segundo Zehfuss (2001), Wendt não apresenta veículo linguístico pelo qual os atores poderiam se comunicar entre si e basear, assim, seus julgamentos e interpretações provindos das suas experiências. Chega-se à conclusão que, sem esse código comum, “chegar a uma interpretação compartilhada da situação, se isso for possível, baseia-se em erros e acertos” (ZEHFUSS, 2001, p. 70).

Desse modo, não basta para os Estados apenas quererem ser reconhecidos por outros ou esperar que outros lhe imponham uma identidade. Os atores precisam agir para isso. Para resolver essa questão de ação, os trabalhos e conceitos de Nicholas Onuf se mostram como uma ferramenta adequada para essa explicação. Em termos básicos, “os seres humanos constroem a realidade através de suas ações, as quais são os atos de fala” (ZEHFUSS, 2001, p. 59). Segundo Zehfuss, esses atos de fala são importantes para definir as regras e seus respectivos significados para a ação humana: ou seja, os limites e os sentidos do agir.

Pelo fato das regras e normas serem produtos sociais, Onuf (2012) diz que elas oferecem guias para a ação humana. Esses guias possibilitam que os significados dessas mesmas instituições sejam compartilhados o que possibilita uma compreensão mais clara das intenções e ações dos atores sob o mesmo conjunto de regras. Sobre isso, Zehfuss (2001, p. 60) afirma que “quando as pessoas aprendem a como usar as regras, ao invés de apenas conhecer seu conteúdo, elas aprendem a como exercer julgamentos. Assim, é a combinação da prática e da consciência que criam julgamentos” (ZEHFUSS, 2001, p. 60). Além do mais, o processo de intersubjetividade é possibilitado pelo compartilhamento do código pela linguagem e, sem ele, não há tradução de “contexto de normas em atos sociais” (2001, p. 60). Onuf (2012) chega a considerar que não há separação completa entre a realidade e a linguagem, e que as palavras também fazem parte das ações sociais que produzem o mundo.

No entanto, a utilização da linguagem como mediação dos problemas ontológicos e epistemológicos das RI teve em Friedrich Kratochwil (1996) um dos seus maiores expoentes. Ao procurar ferramentas conceituais e metodológicas em outras disciplinas para seus trabalhos teóricos, Kratochwil encontrou na linguística, principalmente no conceito de ato de fala, a base para sua teoria. O maior objetivo desse ecletismo epistemológico se deu na rejeição do racionalismo (base da teoria realista das RI) devido aos seus limites e problemas, já que, para ele, há uma “tendência dentro das ciências sociais de objetificar pensamentos, ideias e interesses” (GRIFFITHS; ROACH; SOLOMON, 2008, p.125).

Diante disso, o pensamento de Kratochwil se abseia em dois pressupostos da Teoria Crítica. O primeiro é a sua posição às formulações positivistas do conhecimento. Em outras palavras, ele não acredita que o conhecimento se conquista através de métodos objetivos ou pela objetificação dos fatos. A outra questão assumida por Kratochwil é que a contextualização das teorias não podem ser físicas e ahistóricas (GRIFFITHS; ROACH; SOLOMON, 2008). Segundo o pensamento de Cox (1981), o conhecimento é produto de

um contexto no espaço-tempo específico e, por isso, é incapaz de satisfazer demandas explicativas em todos tempos histórico.

Já no que tange as principais contribuições do autor, segundo Nogueira e Messari (2005), a principal delas é que “ao entendermos as regras que regem os discursos, podemos entender as regras que regem a própria realidade, já que o mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele” (p.170). Isso faz com que as percepções do mundo material sejam subordinadas às interpretações, moldando as percepções da realidade. Kratochwil vê, na comunicação social e naintersubjetividade, a produção de normas que justificam certas ações dos agentes. Desse modo, o pensador afirma que a “a função das normas na vida social é estabelecer a relação entre a linguagem que usamos para nos referir ao ‘mundo lá fora’ e este mesmo ‘mundo lá fora’ (p.171).

E como esse fenômeno de compartilhamento de normas e percepções afetam os BRICS? Emanuel Adler (1997, p. 205) diz que as comunidades de Estados não funcionam somente por uma questão emotiva, mas porque elas possuem “conhecimento intersubjetivo e identidade compartilhada”. Ele ainda diz que o multilateralismo possibilita meios de “diálogo e práticas de construção de comunidades baseados no conhecimento normativo coletivo forjado através de instituições novas e/ou pré-existentes” (ADLER, 1997, p. 275). Amitav Acharya (1998, p. 201), ao dissertar sobre o processo de integração da ASEAN, diz que essas instituições “promovem normas e princípios de conduta, constroem preferências unilaterais, facilitam o compartilhamento de informações, e constroem previsibilidade e confiança mútua”.

O exemplo da ASEAN é útil para explicar as relações entre identidade e cooperação no caso do BRICS. Como foi mostrado anteriormente, muito do ceticismo em relação ao sucesso do BRICS se dá pela sua heterogeneidade e pela falta de cooperação prévia entre os membros. No entanto, segundo Acharya (1998, p. 206)

comunidades podem ser construídas mesmo na ausência de similaridades culturais ou transações econômicas entre grupos através da criação e manipulação de normas, instituições, símbolos, e práticas que significativamente reduz a probabilidade de comportamento conflituoso.

Ele ainda diz que a abordagem construtivista possibilita argumentar que as “identidades coletivas entre Estados são construídas por suas interações sociais [...]” (p. 206). A integração da ASEAN, por sua vez, como mostrado por Acharya (1998) teve que superar os desafios da falta de cooperação econômica, ausência de identidade comum e as concepções da incapacidade de países não-liberais¹³ em aprofundar cooperação

¹³ Perspectiva apresentada por Adler (1992)

(ACHARYA, 2018). Diante dessas características, o caso da ASEAN se assemelha ao do BRICS no que tange aos desafios a serem superados para um aprofundamento da cooperação.

Alexander Wendt (1994) ainda sustenta que as interações entre atores muda suas identidades e interesses e esse processo geraria cooperação entre os atores. Essa cooperação é baseada na função da identidade de gerar “expectativas coletivas sobre o próprio comportamento” (JEPPERSON et al., 1996, p. 54). Isso mostra que “preferências, interesses e estruturas de normas são inseparavelmente ligadas às identidades dos atores [...]” (BUCHER; JASPER, 2016, p. 2). No caso dos BRICS, Duggan e Azalia (2020, p.13) argumentam que as atitudes do bloco em busca de uma reforma da ordem internacional é um reflexo do desenvolvimento de uma identidade comum e que isso é a “força motriz atrás das ações do BRICS em relação à governança global”. O argumento deste trabalho, então, se encontra em uma simples proposição: a cooperação intra-BRICS é baseada em um compartilhamento de uma identidade política comum entre os membros.

Diante de tudo isso, como analisar os BRICS por um viés construtivista? O uso da linguagem e da fala como meios de construção identitária e de similaridade fazem com que os estudos dos textos e das palavras sejam parte do objeto de pesquisa a ser trabalhado. De acordo com o próprio Onuf (2012) é impossível separar as palavras da realidade de maneira a considerar que uma não influencie a outra. Então, a análise de discurso se mostra o melhor método de investigação científica para este trabalho, pois se dedica a “estudar textos e conversas autênticas no contexto social” (SHARIFIFAR; RAHIMI, 2015, p. 43).

Ao entender a política externa dos Estados como prática discursiva que envolve tanto elementos materiais quanto ideacionais, a teoria pós-estruturalista vê que o discurso político é uma performance social a partir do momento que o ato de fala tem objetivo de institucionalizar e legitimar pontos de vistas (políticos e identitários) de quem o produz (HANSEN, 2013). Como consequência disso, diz Hansen (2013, p.1), é “impossível definir identidade como uma variável que é casualmente separada da política externa ou medir seu valor explanatório em competição com fatores materiais não-discursivo”. Desse modo, ela conclui afirmando que

conceitualizar identidade como social é entendê-la como estabelecida através de uma série de códigos articulados coletivamente, não como uma propriedade do indivíduo ou uma condição psicológica – não que os indivíduos não entendam, eles mesmos, como possuidores de identidades, mas a identidade individual é constituída dentro e através de um terreno coletivo (HANSEN, 2013, p.6).

Diante disso, a análise de discurso possui duas tarefas principais. A primeira consiste em demonstrar as relações entre os meios linguísticos e as estruturas da prática linguística. O outro ponto é revelar a construção mútua entre a ação discursiva e a ação política (WODAK, 2009). Assim, mostrar o que está para além da palavra e levar em consideração as formas de uso dela em um determinado contexto é o propósito dessa metodologia (PALTRIDGE, 2012).

No entanto, discursos podem se apresentar de diferentes formas, desde declarações oficiais até notícias de jornais e livros infantis. Isso se dá, pois, esse tipo de material deve ser interpretado como “eventos comunicativos” cuja função é carregar um significado “para além do que é dito diretamente. O que é importante em tais discurso é a informação social a qual é transferida alusivamente” (SHARIFIFAR; RAHIMI, 2015, p. 343). Dentro dessa variedade de possibilidades, será escolhido, para os objetivos desse trabalho o discurso político.

O estudo desse tipo de comunicação se refere a “linguagem política onde o foco é nos aspectos da estrutura da língua e como ela constitui e demonstra funções políticas específicas” (TANNEN; HAMILTON; SCHIFFRIN, 2015, p. 776). Além disso, é digno de nota dizer que essa análise não é um fim em si, mas um meio para que se compreenda a operacionalização da política já que a língua é um veículo de expressão do sistema de pensamentos sendo um componente do outro, como explicado por Kratochwil (1996). Portanto, “os recursos linguísticos afetam nossa compreensão do mundo” revelando que o “nosso mundo não é dado, mas é continuamente mediado pela linguagem” (TANNEN; HAMILTON; SCHIFFRIN, 2015, p. 777).

No entanto, este trabalho se limita a analisar a operacionalização da política das declarações oficiais das cúpulas do BRICS e se seus objetivos são a construção de uma identidade comum dentro do bloco. A ideia de um bloco agrupado é erguida em uma preposição de que há uma suposta convergência de interesses entre os cinco membros. Parafraseando Cavalcanti (2012, p. 3), “esta proximidade permitiria impulsionar um projeto de remodelamento da ordem internacional com características diferentes do projeto ocidental construída no pós-Segunda Guerra Mundial”¹⁴. Assim, para fins desta pesquisa, serão analisados os elementos narrativos que possibilitam essa construção social já que as declarações de cúpula dos BRICS funcionariam como marcadores das

¹⁴ O trabalho de Flavia Cavalcanti se debruça sobre a interação entre a União Europeia e os países da América Latina e Caribe (LAC). No entanto, entendemos que as opções de metodologia feitas pela autora, especialmente no que se refere ao uso das declarações de cúpula como manifestação do processo de construção de identidades coletivas, caberiam ao caso a ser explorado nesta pesquisa.

identidades coletivas dos BRICS. As narrativas identificadas nas declarações seriam como “histórias que pessoas contam a elas e aos outros sobre quem são (e quem eles não são)” (YUVAL-DAVIS, 2006, p. 201). Ademais, atores políticos usam dessas narrativas para “mobilizar os outros, e fortalecer um senso de pertencimento. As narrativas fazem o trabalho político” (RIESSMAN, 2008, p. 21).

Essa mobilização em busca de uma sensação de pertencimento demonstra que há um trabalho político em definir ontologicamente quem é passível ou desejado ao pertencimento ao mesmo tempo que exclui aqueles que não são percebidos como parte desse “nós”. A definição do “nós” é importante ao passo que, ao definir a sua identidade, o indivíduo consegue sistematizar “um ambiente cognitivo estável” (MITZEN, 2006, p. 342). Portanto, é através dessa estabilidade que o indivíduo consegue relacionar os fins aos meios e se torna claro como atingir seus objetivos (MITZEN, 2006). No entanto, segundo a literatura (CULLINAME; RYAN, 2015; LACAN, 2001; NEUMANN, 1999), a produção do “Eu” não existe em um vácuo existencial necessitando, por sua vez, a construção da existência de um “Outro” capaz de gerar uma contraposição delimitando ontologicamente os atores.

O papel do discurso na formação da identidade e na identificação do Outro se dá no fato de que é, por ele, que a linguagem forma e dá significado à dinâmica Eu/Outro (RESENDE; DA SILVA, 2020). Assim, usando do pensamento de Jacques Derrida (1986) de que todas as declarações sempre são dirigidas a outros, pode-se dizer que tanto o enunciador quanto o enunciado presentes nas declarações leve consideração a um outro alheio já que o objeto existente está envolto em diferentes discursos que lhe dão sentido (BAKHTIN, 1981). Desse modo, ao se referenciar a um outro, às declarações sempre estão dentro de uma lógica dialógica contextualizada carregando “marcas da subjetividade, da intersubjetividade, da alteridade que caracterizam a linguagem em uso” (BRAIT; MELO, 2005, p. 63–64).

Outra ferramenta a ser utilizada para a identificação do “Eu” e do “Outro” neste trabalho será aquela usada por Lynn Doty (1993). Para que o sujeito se posicione e posicione os outros dentro de uma percepção discursiva, é necessário que a produção da realidade e de significados atribuídos a ela sejam intersubjetivos dentro de uma ordem social. Assim, a compreensão dos atos discursivos dos atores passa pelas construções das predicções, pressuposições e posicionamentos de sujeitos presentes no texto possibilitando “uma interpretação do que as práticas discursivas fazem” (DOTY, 1993, p. 305). Então, a metodologia oferecida por Doty (1996) abre caminhos para a identificação da construção dos significados atribuídos às construções do “Eu” e do “Outro” presentes

nos textos de declarações

As declarações de cúpula do bloco e suas análises se mostram essenciais, portanto, para a elaboração do trabalho. A própria existência dessa entidade política, segundo o raciocínio pós-estruturalista, não é uma forma absoluta de ser. Dessa forma, O BRICS só existe como um produto das relações entre os membros materializada nesses textos. No entanto, pode-se argumentar que “os discursos das cúpulas reproduzem a linguagem diplomática e consensual de outros documentos” e, portanto, “não haveria nada de muito revelador nesses textos” (CAVALCANTI, 2012, p. 12). O que justifica a escolha delas como fonte principal de dados é que “a análise do discurso mostra que não existe ‘texto menor’” fazendo “o texto mais insignificante e secundário [...] a ocupar espaço privilegiado no conjunto da obra” (CAVALCANTI, 2012, p.12).

A ideia de que esse grupo de países se veriam com representantes de uma nova ordem global é construída se baseando em interesses mais ou menos comuns entre os membros. Dessa forma, para organizarem uma agenda positiva para reformar o sistema internacional, teria ocorrido a criação do “nós” do BRICS para que a oposição ao “outro mundo ocidental” fosse legitimada. Apesar de não haver uma hostilidade expressa ao Ocidente, nem uma construção de identidade explícitas nos textos das cúpulas, somente seria possível chegar “a esses ‘outros’ pela análise das cadeias de significantes que, em variados contextos, produzem efeitos de diferenciação” (CAVALCANTI, 2012, p. 13). Pode-se dizer, também, que esse discurso de potências emergentes e representantes de uma nova ordem mundial funcionaria quando fosse baseado em percepções semelhantes entre os membros.

Cavalcanti (2012, pp.23-24) diz que os agentes compromissados a criar o “nós” partem de um pensamento no qual o “nós” e o “outro” são “duas entidades pré-estabelecidas”. Isso legitima tanto a existência quanto a prática política do BRICS. Além disso, o pensamento da autora oferece os instrumentos para pensar da seguinte forma: se o BRICS, ou qualquer entidade política, não é uma realidade pré-estabelecida, ela precisa de ser fundada e reproduzida. Desse modo, “o ato de fundação é, em si mesmo, um golpe de força performativo que cria uma autoridade sem outro fundamento senão aquele criado pelo próprio golpe de força”. Ela segue dizendo que:

é justamente por ser uma prática discursiva que cria uma comunidade apenas imaginada que a associação estratégica precisará ser constantemente reproduzida nos textos oficiais das cúpulas seguintes. Sendo a comunidade ‘sem fundamento’, ela só poderá continuar existindo enquanto o *coup de force* do ato fundador puder ser repetido discursivamente, recriando a cada momento as identidades. (CAVALCANTI, 2012, p. 24)

Cavalcanti (2012, p.27) ainda diz que “nas narrativas tradicionais, a aproximação e o afastamento são provocados por um evento específico”. No entanto, a abordagem deste trabalho se distancia dessa perspectiva quando afirma-se que fenômenos não podem “se constituir quanto tais fora de qualquer condição discursiva” (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 108).

Dessa forma, a análise de narrativas pertence à família de métodos para interpretação de textos que contribuem na formação da realidade (RIESSMAN, 2008). Ou seja, esse tipo de análise está dentro do guarda-chuva de análise de discurso. No caso específico da análise de narrativa, “o analista está interessado em como o locutor ou escritor reúne e sequencia eventos e se utiliza da linguagem e/ou imagens visuais para comunicar significados, isso é, fazer questões de pontos particular para uma audiência” (2008, p.25).

Ao olhar a literatura, observa-se que alguns trabalhos já se debruçaram sobre o tema principal aqui discutido através dessa abordagem. Enquanto uns se basearam em uma análise construtivista dos discursos individuais de cada países membro na ONU (MIELNICZUK, 2013), outros buscaram na análise narrativa a coerência das declarações oficiais do bloco e a identificação das suas estratégias narrativas (VAN NOORT, 2017, 2019). No entanto, esse trabalho vai além ao argumentar que, na verdade, a existência do BRICS dependeria de uma identidade política em comum, por isso, buscaremos demonstrar quais seriam os elementos que estabeleceriam a narrativa de uma identidade comum.

Esta dissertação de mestrado terá uma estrutura teórica para identificar e compreender a construção de identidade coletivas em agrupamentos de Estados. A principal hipótese a cooperação entre os membros do BRICS resultaria de um processo de construção de identidade comum em que o status de reformista seria o principal elemento que informaria aquela identidade. Diante disso o primeiro capítulo fará uma análise expositiva da nova configuração do sistema internacional após a queda da União Soviética e suas consequências. Dentro dessas consequências, a ascensão de novas potências para uma papel mais protagonista no sistema internacional cria um fenômeno chamado de potências emergentes cuja definição, análise e o porquê do BRICS serem considerados como tais serão foco da segunda parte do capítulo. Em último lugar, será investigado o que gera esse desejo de emergir a fim de entender os meios para alcançá-lo.

O segundo capítulo proporá uma abordagem conceitual e metodológica. A primeira abordagem tem como objetivo definir o que é identidade e como ela é uma

ferramenta analítica relevante para a compreensão do comportamento de Estados e fenômenos e suas reações internacionais. Como produto de narrativas políticas com o objetivo de gerar diferenciação em relação ao Outro ao mesmo tempo criando uma similaridade entre aqueles participantes desse processo, a identidade será o prisma pelo qual o BRICS será analisado neste trabalho. A segunda abordagem se baseia em uma discussão sobre como a análise de discurso se mostra uma metodologia eficiente na compreensão do papel dos elementos de dêixis¹⁵, nas dinâmicas de outrificação e nas predicções presentes em cada uma das declarações selecionadas. A terceira parte se dedica à explicação da escolha das declarações de 2009, de 2011 e de 2014 como mais relevantes para compreender essa formação de identidade, em detrimento das outras.

O terceiro e último capítulo possui dois objetivos. O primeiro se trata de uma exposição da evolução do BRICS. Desde a concepção como um acrônimo com fins mercadológicos no início dos anos 2000 até a declaração de 2020, o BRICS passou por muitas transformações plena de momentos de maior proximidade e maior afastamento. Perceber e compreender essas dinâmicas é essencial para entender de onde o bloco veio e traçar prospecções para onde ele vai. A segunda parte, por sua vez, se dedica à análise propriamente dita das declarações selecionadas com base nas premissas apresentadas nos capítulos anteriores. O primeiro passo para isso será a demonstração do processo de construção do “Eu” através do método de predicções e posicionamento do sujeito. Concluída essa etapa, o trabalho seguirá para a análise do processo de outrificação através da predicção do Outro, mesmo que ele esteja alheio ou ausente. Depois, haverá uma seção de conclusão dos dados analisados seguida por algumas considerações finais.

¹⁵ Resende (2017, p. 187) diz que “a figura da dêixis interpela o ouvinte a se posicionar em relação à fala e o falante, fazendo com que ele se identifique – ou não – como pertencente ao mesmo grupo, tempo, ou espaço do falante. Ele constrói o sentido grupo”. Desse modo, baseado no pensamento dela, a dêixis é útil neste trabalho devido à sua capacidade de “fixar referências forjar identificação e associação entre falante e ouvinte, construir sentimentos e pertencimento a uma coletividade, além de atrair e aglutinar terceiros para o polo do falante” (p. 188). Desse modo, o conceito é utilizado para analisar o efeito de inclusão e/ou exclusão de discursos proferidos por atores políticos.

1 UM NOVO MUNDO E NOVOS ATORES

A maneira em que se deu o fim da Guerra Fria surpreendeu a quase todos. A falta de um confronto direto entre as duas superpotências juntamente com a rápida e relativamente pacífica desintegração dos governos socialistas ao redor do mundo ocorreu de forma que não era esperada (GADDIS, 1992). Contrariando as principais teorias das Relações Internacionais (RI), “o fim inesperado e imprevisível da Guerra Fria levou ao reconhecimento de que era necessário repensar essas mesmas teorias” (RESENDE, 2017, p. 35) e a reorganização de arranjos de poder entre as potências que marcaram grande parte do século XX (LIMA, 1996). É nesse cenário de incertezas e inflexões na política internacional, no qual uniu elementos que possibilitou o surgimento posterior do BRICS, que se encontra o objeto deste capítulo.

Este capítulo, portanto, tem os seguintes objetivos. Em primeiro lugar, será feita uma análise expositiva da nova configuração do sistema internacional após a queda da União Soviética (URSS). O desaparecimento da superpotência rival dos Estados Unidos (EUA) possibilitou o fim de uma rivalidade sistêmica gerando impactos em quase todos os aspectos das relações internacionais (KISSINGER, 1994). Em seguida, serão analisados os principais novos atores estatais que emergiram dentro desse novo contexto de distribuição de poder internacional (KUPCHAN, 2000). Chamados de potências emergentes, ascendentes, novas potências, “resto”, entre outros nomes, esses Estados são vistos como os grandes geradores de mudanças na polaridade do sistema internacional após 1991 (KUPCHAN, 2012). Assim, uma conceituação do que são, uma definição geral dos seus interesses, o porquê de o BRICS serem considerados como tal e suas formas de agir dentro das estruturas internacionais serão os principais assuntos abordados. A terceira parte do capítulo será dedicada a uma investigação sobre o principal interesse que gera o leitmotiv dessas novas potências. Neste trabalho, a busca de status, ou seja, a consolidação da percepção que um Estado tem de si mesmo perante o sistema internacional, se configura como o principal motor desses atores.

1.1 Desarranjo da ordem internacional do pós-Guerra Fria

Antes de aprofundar as mudanças do sistema internacional após a queda da URSS, cabe-se dissertar sobre a definição do que era o momento da Guerra Fria e sua distribuição de poder para que haja maior compreensão do impacto do seu fim abrupto. Fred Halliday (2007), afirma

que as relações entre os EUA e a URSS configuravam uma rivalidade sistêmica. Segundo ele, esse tipo de conflito se baseia em “uma forma específica de conflito interestatal e intersocietal, no qual formas convencionais de rivalidade – a militar, a econômica e a política – são compostas por, e frequentemente legitimadas em termos de, uma total divergência de normas políticas e sociais” (HALLIDAY, 2007, p. 187). Desse modo, é uma rivalidade baseada na incompatibilidade ideológica possibilitando que a mera existência dos sistemas (capitalismo e socialismo) fosse incompatível e, portanto, cada um considerava o outro como uma ameaça existencial.

Assim, a existência simultânea do bloco capitalista e do bloco socialista era uma preocupação em relação à possibilidade de uma guerra sistêmica. Além disso, a posse de armas nucleares pelas duas sociedades gerava ainda maior tensão e incerteza¹ sobre o futuro da política e segurança internacional. Havia, também, uma tradição dentro das RI que dedicava a analisar as mudanças de polaridade do sistema internacional, as teorias de transição de poder. Baseadas principalmente nas mudanças das capacidades materiais e na abordagem realista na explicação dos interesses estatais, autores como Organski (1958), Gilpin (1981) e Kennedy (1987) previam que mudanças estruturais de poder nas relações internacionais eram historicamente acompanhadas por conflitos sistêmicos entre as principais potências rivais. Ocorrendo de maneira diferente das previsões predominantes, o fim da Guerra Fria, portanto, pode ser resumido em uma frase dita por Margaret Thatcher²: “Ronald Reagan venceu a Guerra Fria sem ter dado um tiro”.

Segundo Maria Regina Soares de Lima (1996, p. 394), “uma grande potência voluntariamente abrindo mão da condição de superpotência – é praticamente inédito na história das relações internacionais (...)”. Dessa forma, a academia, os *think tanks*, e a mídia começaram a buscar interpretações para compreender o que de fato ocorreu. Chamado de “indústria explicativa” (LIMA, 1996, p. 394), esse período foi marcado pela profusão de teorias e ensaios sobre o que o fim da Guerra Fria representou e o que ele significava para o futuro. Ainda de acordo com Lima (1996), esse período produziu algumas teses relevantes.

A primeira e possivelmente a mais conhecida é a tese do “fim da História” formulada pelo cientista político Francis Fukuyama (1989). Seu argumento se sustenta na seguinte

¹ No entanto, há aqueles que viam na bipolaridade uma garantia de estabilidade e facilitação dos cálculos de poder o que diminui as complexidades das tomadas de decisão pelos formuladores de política externa. Para saber mais ver Waltz (1979) e Mearsheimer (1990a).

² Por mais que essa frase seja atribuída a ela, existem dúvidas se ela realmente disse isso. Ver White (2011)

afirmação: “o triunfo do Ocidente, da ideia ocidental, é evidente, antes de tudo, na total exaustão de alternativas sistemáticas viáveis ao liberalismo ocidental” (FUKUYAMA, 1989, p. 3). Ou seja, a democracia liberal e a economia de livre mercado seriam superiores a todas alternativas de organização social desde a Revolução Francesa. A segunda tese apontada por Soares de Lima é o fim do sistema Vestfália. Baseada na interpretação de Hassner (1993), Lima (1996, p.395) diz que os “fenômenos associados ao megafenômeno da globalização, são vistos como responsáveis pela erosão do Estado e, conseqüentemente, do sistema de Estados estabelecido com a paz de 1648”. Outra transformação percebida por Lima foi o fim do arranjo de Versalhes na ordem europeia que redefiniu as fronteiras do continente e gerou crises étnicas e migratórias³. A última interpretação dada pela autora é de que o fim da Guerra Fria gerou “o fim da ordem mundial pós-45” (LIMA, 1996, p. 397). Aprofundando tal questão, é dito que o fenômeno “é semelhante ao anterior quando classifica aquela mudança como sistêmico, no sentido de modificação na distribuição de poder no plano internacional” além de ser “interpretada como uma transformação significativa da distribuição de poder no plano mundial” (LIMA, 1996, p. 397).

Para Soares de Lima, a distribuição de poder no sistema internacional gerou um fenômeno tão interessante quanto o fim pacífico da URSS: o fim da bipolaridade e a conseqüente unipolaridade dos EUA e a incontestabilidade de seu poder (MASTANDUNO, 1997). O esfacelamento do bloco socialista abriu um novo espaço para o papel da política externa americana. Como descrito por Charles Krauthammer (1990, p. 24), a “preeminência americana é baseada no fato que ele é o único país com as propriedades militares, diplomáticas, políticas e econômicas para ser um *player* decisivo em qualquer conflito em qualquer parte do mundo em que ele escolha se envolver”. Dentro dessa ideia, houve quem pensasse que a unipolaridade americana é garantidora de paz internacional já que “rivalidade hegemônica pela liderança do sistema internacional” é ausente devido à incontestável concentração de poder por Washington (WOHLFORTH, 1999). Além disso, ao somar com o avanço dos sistema democrático à diversos países (DOYLE, 2005; IKENBERRY, 1999; IKENBERRY; SLAUGHTER, 2006) e um crescimento econômico vigoroso (BLINDER; YELLEN, 2001; STIGLITZ, 2004), pareciam reforçar que a tese de Francis Fukuyama sobre o fim da História

³ Apesar de ser um fenômeno relevante, ele ficou contido geograficamente contido ao continente europeu e seu exterior. Para uma maior compreensão das dinâmicas europeias pós-Guerra Fria, ver Mearsheimer (1990b), Kissinger (1994) e Hansen (2013).

era verdadeira e que a liderança americana não era somente indiscutível como desejável (NYE, 1990a).

No entanto, ao longo dos anos, o grande otimismo (IKENBERRY, 1996) da vitória do liberalismo começou a se enfraquecer diante das realidades e dos desafios globais que começaram a surgir (BREZINSKI, 1993; KAGAN, 2009; KENNEDY, 2011). As dificuldades dos EUA e das grandes organizações internacionais, como as Nações Unidas, em preservar a paz entre as nações e fazer prevalecer os direitos humanos foram uma das principais decepções do período (HENKIN, 1995; POWER, 2013; REISMAN, 1990)⁴. Além disso, crises financeiras em países da periferia e da semiperiferia do capitalismo⁵, como México (ROS, 2001); Rússia (LOKSHIN; RAVALLION, 2000) e alguns países na Ásia (HOPKINS, 2006), gestaram desconfianças em relação ao modelo neoliberal propagado pelo Consenso de Washington (BAN; BLYTH, 2013).

Outro ponto de grande importância para a mitigação dessa era de *pax americana*⁶ foi a ascensão de novas potências para um papel mais protagonista na política internacional (LAYNE, 2012, 2018). O próprio Krauthammer (1990, pp. 23-24) disse que “sem dúvida, a multipolaridade virá com o tempo” e que talvez em uma geração ou duas “haverá grandes potências coiguais com os Estados Unidos, e o mundo, em estrutura, assemelhará à era pré-Primeira Guerra Mundial”. Há ainda aqueles que pensavam que o mundo, na verdade, era composto pelos EUA como a maior potência ao mesmo tempo que havia outras potências menores mas relevantes (HUNTINGTON, 1999). Christopher Layne (1993, p.51), por sua vez, chegou a chamar a unipolaridade de “ilusão” afirmando que “uma estratégia americana de

⁴ Wilkinson (1999) oferece vários exemplos da incapacidade dos EUA de impedir problemas globais ao longo da década de 1990: o fracasso de restaurar a lei e ordem na Colômbia e na Somália; prevenir a aquisição de bombas nucleares pela Índia, Paquistão e Coreia do Norte; deter genocídios em massa na Bósnia e em Uganda; mudar os regimes de Cuba, Irã, Líbia e Iraque; impedir o massacre de Tiananmen e etc.

⁵ Os conceitos de periferia, semiperiferia e centro do sistema capitalista são extraídos da ideia de sistema-mundo produzida por Immanuel Wallerstein (1974). Segundo essa abordagem, os sistemas produtivos capitalistas mundiais e sua abrangência de nível global possibilitariam uma divisão internacional do trabalho espelhando uma hierarquização das relações de poder baseada no acúmulo de capital. Dessa forma, os países centrais seriam aqueles que possuem uma produção altamente intensiva em capital enquanto os países da periferia seriam basicamente produtores e exportadores de matérias-primas, especializados em atividades economicamente primárias ao mesmo tempo que são importadores de bens de consumo do centro. A semiperiferia seria, por sua vez, uma zona intermediária nessa divisão internacional do trabalho caracterizada pela industrialização tardia, porém ela não é, em geral, produtora de bens de consumo intensivos em capital.

⁶ Para a definição desse termo serão utilizadas as definições de Joseph Nye (1990b) e de Christopher Layne (2012) de formas complementares. A primeira é que *pax americana* foi o período que os EUA foi forte o suficiente para criar e impor “as regras para uma ordem econômica liberal internacional” (NYE, 1990b, p. 188) no século XX. Já Layne (2012, p. 203) diz que foi “a era da ascensão americana na política internacional que começou em 1945. Unindo as duas definições, podemos chegar na seguinte definição de *pax americana*: período na política internacional onde uniu-se a ascensão dos EUA como superpotência ao mesmo tempo que essa posição possibilitou a criação e a imposição de uma ordem liberal internacional.

preponderância ou uma tentativa para perpetuar a unipolaridade está fadada a falhar” e que “a unipolaridade estimulará a emergência de estados qualificados como grandes potências”. Há ainda aqueles que defenderam a necessidade dos Estados Unidos fortalecerem potências regionais, saindo de seu papel de potência unipolar para a segurança da paz global (KUPCHAN, 2000).

Apesar do poder dos EUA ainda permanecer inigualável quando se leva em conta as capacidades econômicas, militares, culturais e diplomáticas, essa unipolaridade não se traduziu em invencibilidade e total autonomia em relação a outros atores internacionais (NYE JR, 2003). Uma explicação para isso se encontra no fato de que a unipolaridade americana não se qualificava diretamente como uma hegemonia. Sustentado por David Wilkinson (1999), esse argumento se baseia na diferenciação entre hegemonia e unipolaridade. O primeiro se divide em dois níveis: o bilateral e o global. O primeiro “denota uma relação de influência política ou político-militar altamente desigual” (WILKINSON, 1999, p. 142). O segundo nível se define como “uma estrutura unipolar de capacidade pareada por uma estrutura unipolar de influência” (WILKINSON, 1999, p. 142). A unipolaridade, por sua vez, se encontra em “uma superpotência, com alcance global, capaz de conduzir ou organizar ações político-militares em qualquer lugar no sistema global” (WILKINSON, 1999, p. 142). Dessa forma, ele afirma que

se hegemonia é entendida como uma configuração unipolar de capacidade político-militar com uma estrutura de influência que corresponde as capacidades, unipolaridade sem hegemonia é uma configuração onde a capacidade preponderante de um único Estado não é correspondente por uma influência predominante. (WILKINSON, 1999, p. 143)

Ele conclui, então, que “embora os Estados Unidos às vezes se comportam com sucesso como um hegemom em algumas relações bilaterais, regionais, ou funcionais, ele não o faz frequentemente o suficiente, ou amplamente suficiente, para ser considerado um hegemom em nível sistêmico” (WILKINSON, 1999, p. 145)

Mesmo Joseph Nye, um dos pensadores mais influentes do campo das RI e entusiasta da liderança americana na política internacional (NYE, 1990; NYE, 2016), mostra que o poder dos Estados Unidos, apesar de sua grandeza, possui limites. Nye (2002, p. 559) afirma que os desafios do século XXI e suas complexidades políticas demandam uma política externa americana “aberta e pluralística” e que a sua “preponderância é suavizada quando ela é incorporada em uma rede de instituições multilaterais que permitem outros participarem nas decisões e isso age como um tipo de constituição do mundo para limitar os caprichos do poder americano”. Em outra obra de Nye (2003, xiii) argumentando sobre a política externa dos EUA,

é afirmado que sustentado pelo aspecto da unipolaridade, “ironicamente, nosso [dos norte-americanos] desejo de irmos sozinhos pode, por fim, nos enfraquecer”.

Nesse cenário, vários analistas políticos começaram a indicar que uma das razões para a mitigação do poder norte-americano veio da ascensão de outras potências (ACHARYA, 2018; DUGIN, 2012; HUNTINGTON, 1993; KAGAN, 2009; KISSINGER, 2014; KUPCHAN, 2012; SERFATY, 2011; STUENKEL, 2017a; ZAKARIA, 2008). Esses países começaram a demandar mudanças nas instituições e organizações internacionais no que tange as suas participações devido a predominância histórica do Ocidente, o que mitigava a legitimidade desses mecanismos (ZÜRN; STEPHEN, 2010). Apesar de esses movimentos terem se tornado mais acentuados na primeira e segunda década do século XXI, eles já eram perceptíveis essa desde os anos de 1990. Especificamente sobre o FMI, Joseph Stiglitz (presidente do Conselho de Consultores Econômicos da administração Clinton) reconhece que uma maior participação de outras nações nas organizações internacionais foi sufocada pelo Ocidente, principalmente os EUA. Ele diz que “[o] Tesouro dos Estados Unidos trabalhou arduamente para suprimir as vozes discordantes e, com seu veto no FMI – o único país com poder de veto, teve sucesso em impor seu desejo em muitas áreas” (STIGLITZ, 2003, p. 338).

Embora os EUA tenham usado seu poder para manobrar decisões ao seu favor, havia iniciativas institucionais para abarcar essas novas potências ascendentes. Um exemplo foi a primeira reunião do G20 (naquele tempo compreendendo apenas os ministros das finanças dos países convidados) organizado pelo ex-presidente norte-americano Bill Clinton como parte da sua Estratégia Nacional de Segurança (NSS, acrônimo em inglês) (THE WHITE HOUSE, 1994). “A era pós-Guerra Fria testemunhou a proliferação de coalizações e plataformas multilaterais informais – algumas, como o G20, reunindo países avançados e em desenvolvimento, e outras voltadas especificamente para cooperação Sul-Sul” (ABDENUR, 2014, p. 86)⁷.

Além do mais, adentrando os anos 2000, esses países começaram a se apresentar “como novos nodos de crescimento econômico e influência política” e se tornaram “potências regionais que aspiram a um status global e advogam em favor de um sistema de governança global mais representativo” (ABDENUR, 2016, p. 211). Desse modo, quando Lima (1996) afirma que o fim da Guerra Fria foi o fim da ordem internacional pós-45, pode-se adicionar que

⁷ Percepções parecidas podem ser vistas em Cooper (2013) e Mittelman (2013). Sobre a informalidade no que tange especificamente ao BRICS, ver Brosig (2021).

foi o fim da incontestabilidade dos instrumentos institucionais que mantiveram essa ordem, pois essas potências começaram a questionar a capacidade representativa de órgãos como o FMI, as Nações Unidas, o Banco Mundial e etc, em relação ao novo papel que elas começavam a exercer em âmbito internacional (BATISTA JR, 2019; CHIN, 2010; HURRELL, 2006; KAHLER, 2013; NARLIKAR, 2013; STUENKEL, 2018). Como foi dito, houve várias crises fora do centro e periferia capitalista ao longo da década de 1990 o que gerou “uma consciência de que as estruturas atuais expõem povos ricos e pobres a crises de custo social crescente” e que essa consciência “está na origem de múltiplas iniciativas para que se realize um esforço comum de reconstrução institucional” (FURTADO, 1999, p. 25). Então, “essa mudança em capacidades interestatais relativas (mudanças de poder) combinada com o fim da Guerra Fria, proveu oportunidades excepcionais para as potências emergentes se assegurarem tanto geopoliticamente quanto em arenas de governança global” (ARMIJO; ROBERTS, 2014, p. 2).

Entretanto, os emergentes não se limitam somente a tentar reformar as instituições tradicionais. Países como Brasil, China, Índia e África do Sul buscam construir iniciativas que representem alternativas às instituições hegemônicas criadas após a Segunda Guerra Mundial. Segundo Oliver Stuenkel (2017, p. 120), “essas iniciativas estão, em suas integridades, criando uma estrutura paralela que reduzirá a pretensão universal de diversas instituições lideradas pelo Ocidente”. Esses investimentos institucionais representam “uma tentativa de institucionalizar seus aumentos de peso, projetar seus poderes, e, [...] aumentar seus soft power por assumir maior responsabilidade internacional” (STUENKEL, 2017a, p. 121).

Diante dessas dinâmicas, essas novas potências foram alvos de muita atenção da academia durante os anos de 1990, como peças-chaves para a transformação da política interacional pós-Guerra Fria (CHASE et al., 1999; GARTEN, 1997; KENNAN, 1994; SACHS, 1997). Embora dentro do processo de mitigação da unipolaridade tenha participação de aliados tradicionais dos EUA⁸ (KAGAN, 2004; NYE JR, 2003), este trabalho tem o foco em lidar com potências não-ocidentais⁹ (LAGUTINA, 2019; ÖNIŞ; KUTLAY, 2020; THAKUR, 2014).

⁸ Kagan (2004, pp. 3-4) ao dissertar sobre as relações entre os EUA e União Europeia, ele diz que “eles concordam com pouco e entendem um ao outro menos e menos. E este estado de relações não é transitório [...]. As razões para a divisão transatlântica são profundas, grande em desenvolvimento, e prováveis de permanecer. Quando se trata de definir prioridades nacionais, determinar ameaças, definir desafios, e planejar e implementar política externa e de defesa, os Estados Unidos e Europa se distanciaram”. Já Nye (2003, p. 30) diz que a União Europeia “efetivamente constrangeu o poder americano. Sobre questões de comércio e influência dentro da Organização Mundial do Comércio, a Europa é o igual dos Estados Unidos. Países europeus bem-sucedidamente desafiou as sanções comerciais americanas contra Cuba e Irã.”

⁹ É importante salientar que alguns países são ao mesmo tempo não-ocidentais e tradicionais aliados do Ocidente, como é o caso do Japão. Isso é visto na participação do país no G7 e por ele possuir relação econômicas e militares

Esses países ficaram historicamente à margem das formulações das estruturas e normas do sistema internacional, comumente chamados de *norm-takers* (PATRICK, 2010). Ao mesmo tempo “ascenderam para assumir suas posturas internacionalistas depois da Guerra Fria” (JORDAAN, 2003, p. 171) e participam da transformação da unipolaridade para uma atual multipolaridade (FLOCKHART, 2016). Além do mais, é dito que “este retorno de saliência para Estados de média potência não significa simplesmente uma repetição de uma casta de Estados estritamente definidos ou repertórios de eras passadas” (COOPER; FLEMES, 2013, p. 956). Portanto, ainda segundo Cooper e Flesmes (2013, p. 944), “a ascensão de países emergentes para além do Ocidente é fundamental para o entendimento de como o sistema global está sendo remoldado no primeiro quarto do século 21”.

Conclui-se, então, que o fim da Guerra Fria, suas conseqüentes mudanças, tanto na distribuição do poder no sistema internacional e as incertezas geradas por esse cenário, fizeram com as mais diferentes interpretações surgissem. Dentro dessas mudanças, a unipolaridade e o momento de *pax americana* gerou um certo otimismo em relação ao desenrolar dessa nova realidade. No entanto, a década de 1990 e o início dos anos 2000 mostraram que a realidade não seria tão pacífica e liberal quanto se pensava. Além disso, a emergência de outras potências, principalmente as não-ocidentais, produziam questionamentos sobre as formas e as instituições que sustentavam essa ordem internacional pós-Guerra Fria. Desejando uma maior participação na governança global, os chamados países emergentes começaram a receber cada vez mais atenção dos analistas e se mostraram dispostos a questionar e criar mecanismos institucionais paralelos aqueles formulados depois da Segunda Guerra Mundial. Para compreender mais esses novos atores, veremos a seguir o que são essas potências emergentes, o porquê delas se diferenciarem de potências emergentes ocidentais e o que elas querem e se propõem.

1.2 O que são potências emergentes?

Como dito anteriormente, muito vem sendo dito sobre a participação de novas potências, sejam elas ocidentais ou não, na reconfiguração do sistema internacional e na sua distribuição de forças no pós-Guerra Fria. No entanto, apesar de serem muito discutidas, a definição do que elas são não recebe tanta atenção quanto seus outros aspectos. Diante dessa questão, esta parte

especiais com os EUA, apesar de ter havido algumas tensões nesses setores ao longo da segunda metade do século XX (BURSTEIN, 1990; IOKIBE; MINOHARA, 2017).

do capítulo será dedicada a revisar o debate específico sobre as potências emergentes. Em primeiro lugar, buscar-se-á definir o conceito de potência emergente, já que “atualmente, não há nenhuma definição comumente aceita do que uma potência emergente ou ascendente é” (HART; JONES, 2010, p. 65). Essa tarefa se mostra importante porque esse é um dos vários nomes que elas recebem dentro da literatura. Sendo chamadas de emergentes, ascendentes, novas, reformistas, entre outras coisas, uma definição mais objetiva tem o propósito de orientar este trabalho diante dessa polissemia de nomes que às vezes são usadas como intercambiáveis. Cumprida essa tarefa, serão investigados os interesses gerais que essas potências possuem em comum. Sempre tendo o BRICS como o objeto deste trabalho, a literatura tende a dizer que esses novos atores possuem dois aspectos: ou eles são reformistas ou eles são revisionistas. Com isso, será feita uma primeira conceituação do que significa cada uma dessas definições e depois será indicado qual, dentre essas duas classificações, se adequa melhor ao BRICS. Finalmente, em último lugar, será analisado qual é a estratégia principal que essas potências se utilizam para alcançar esses objetivos. Como foi dito anteriormente, o período pós-Guerra Fria foi marcado pelo aumento de arranjos multilaterais, integrações regionais e formação de fóruns internacionais para lidar com os novos desafios dessa nova realidade. Então, cabe-se apontar qual estratégia é essa.

A década de 1990 foi marcada pela grande incerteza de como a política internacional se desenrolaria após o fim inesperado da URSS. E um dos principais fatores a serem analisados nesse cenário foi a percepção de quais seriam as novas potências a emergir depois do fim da bipolaridade. Nesse sentido, um dos primeiros trabalhos a se dedicar a essa busca definiu que haveria alguns Estados capazes de influenciar o sistema internacional. Um influente livro considerou alguns países pela velocidade do crescimento e tamanho de seus mercados quando comparados à sua marginalização dos centros econômicos ao longo do século XX. Denominados de “The Big Ten”, esses países eram cotados a serem grandes influenciadores do sistema internacional no século XXI pelas suas capacidades demográficas, econômicas, comerciais e política (GARTEN, 1998)¹⁰. Apesar da gama de países a serem considerados, a definição se baseia em termos econômicos, o que torna insuficiente essa análise, dado que exclui países como a Rússia.

Outros autores também fizeram suas contribuições para identificar as principais nações-chaves do século XXI. Chamados de “Estados-pivôs”, sua definição era países “que poderiam

¹⁰ Esses países eram: México, Brasil, Argentina, China, Índia, Indonésia, Coreia do Sul, Polônia, Turquia e África do Sul.

não somente determinar o destino de sua região mas também afetar a estabilidade internacional” (CHASE et al., 1999, p. 33). A fim de identificar um “pivô”, os autores levaram em consideração “uma grande população e uma importante localização geográfica”, definiram que o “potencial econômico” era também importante, mas o que realmente importava era a sua “capacidade para afetar a estabilidade regional e internacional” (CHASE et al., 1999, p. 37). Desse modo, os países selecionados foram México, Brasil, Argélia, Egito, Turquia, África do Sul, Paquistão, Índia e Indonésia. No entanto, países importantes como China e Rússia ficaram de fora pois eram autoevidentemente grandes potências, o que não é necessariamente verdade quando defrontado com o referencial teórico deste trabalho que define que o status de grande potência é intersubjetivo e não objetivo¹¹.

Jordan (2003) chama esses países de potências médias, fazendo distinção entre as tradicionais (ex: Canadá e Noruega) e as emergentes (ex: Argentina e África do Sul). Ele afirma que potências médias “tipicamente adotam um estilo ativista em que elas interferem em questões globais além das suas preocupações imediatas. Potências médias não interferem em todas as situações de conflito, mas elas interferem mais que potências não-médias com perfis composicionais similares” (JORDAAN, 2003, p. 167). Além disso, esse tipo de potência “foca

¹¹ As teorias mais tradicionais das Relações Internacionais como o realismo (CARR, 1939; MORGENTHAU, 1948) e o neo-realismo (GILPIN, 1981; WALTZ, 1979) possuem uma métrica para medir o poder das potências no sistema internacional que é apoiada, basicamente, em capacidades materiais (população, território, tamanho da economia, etc). Buzan e Waever (2003, p. 30–31) dizem que “a maneira (neo)realista tradicional de definir o nível global para o setor político-militar era identificando as grandes potências e tomando as suas interações como o nível global”. No entanto, este trabalho se utiliza de uma abordagem calcada nos fatores de reconhecimento e percepção. Um dos autores seminais que usa esse ponto de vista é o Hedley Bull (2012). Quando Bull (2012, p. 194–196) define o que é uma grande potência, ele implica três fatores: o primeiro é que “há duas ou mais potências que são comparáveis no status”; o segundo, é que “os membros desse clube estão todos na primeira fileira em termos de força militar, e que não há classe de potência que é superior a elas”; o terceiro fator, e o mais importante para este trabalho, é que “grandes potências são potências reconhecidas por outras por terem, e concebidas por seus próprio líderes e povos por terem, certos direitos e deveres especiais. Grandes potências, por exemplo, afirmam o direito, e são concedidas o direito, para exercer uma parte em determinar questões que afetam a paz e a segurança do sistema internacional como um todo”. Buzan e Waever (2003, p. 35) dizem, ainda, que as grandes potências não precisam “estar ativamente presentes nos processos de securitização de todas as áreas do sistema internacional”, mas “o que distingue grandes potências de potências meramente regionais é que elas são reagidas por outras na base dos cálculos de nível sistêmico sobre a distribuição de poder no presente e no futuro próximo”. Ou seja, elas são reconhecidas como importantes o suficiente para estar presentes nas formulações de estratégias e análises de conjunturas de outras potências. Michelle Murray (2018) também afirma que a busca por reconhecimento de potências em ascensão pelas outras potências já estabelecidas no sistema internacional é parte essencial nas dinâmicas das relações internacionais. A autora afirma que “as políticas externas dos Estados [...] não são somente focadas em assegurar seus interesses materiais, mas também estão fundamentalmente estabelecendo suas identidades como tipos particulares de atores na sociedade internacional – a qual requer reconhecimento. Reconhecimento é um ato social através do qual um outro ator é ‘constituído como um sujeito com posicionamento social legítimo’, e como um resultado é capaz de manter um certo status social (ou identidade reconhecida) dentro uma comunidade política. Assim, para assegurar sua identidade e estabelecer seu status desejado na ordem internacional, uma grande potência aspirante deve ser reconhecida como tal pelas potências reconhecidas”. É dentro desses argumentos teóricos que este trabalho vê como problemático a autoevidência de certos países como grandes potências já que esse status não é conquistado unilateralmente, mas necessita de um reconhecimento social dos outros atores sociais.

na redução de conflitos [...] usualmente através de canais multilaterais e de instituições” e que, portanto, elas não “desafiam ou ameaçam o status quo global [...] e nem a desejabilidade de democracia liberal, em qualquer maneira fundamental” (JORDAAN, 2003, p. 167). Portanto, ele exclui países como Índia e China por possuírem bombas nucleares e por não serem ocidentais. Outro argumento do autor é a diferença entre potências médias tradicionais e as potências médias emergentes. Devido ao escopo deste trabalho, não será dada atenção a essas potências médias tradicionais, e somente às médias do tipo emergentes. Desse modo, Jordaan (2003, p. 171) as define como países com grande desigualdade social, pouca tradição democrática e com “postura internacionalista depois da Guerra Fria”.

Apesar das definições apresentadas terem contribuído para o debate, percebe-se que há uma ausência da questão de percepção dessas potências sobre elas mesmas. Enquanto Garten (1998) e Chase et al (1999) se concentraram em questões materiais e históricas dessas potências, outros levam em consideração fatores como “ameaça ao status quo” e “postura internacionalista” (JORDAAN, 2003). Desse modo, faz-se necessário ir além dessas explicações e incluir o fator perceptivo das potências emergentes.

Hurrell (2006, p. 1) diz que países como China, Rússia¹², Índia e Brasil possuem “uma extensão de recursos de poder econômico, militar e político; alguma capacidade para contribuir para a produção de ordem internacional, regionalmente ou globalmente; e algum grau de coesão interna e capacidade para ação estatal efetiva”. No entanto, o autor olha para além das capacidades materiais de poder e afirma que esses mesmos países “compartilham uma crença no seu direito para um papel mais influente nos assuntos mundiais” (HURRELL, 2006, p. 2). Isso porque “ser uma grande potência nunca foi somente sobre a posse de grandes quantidades de poder material bruto. Isso tem sido intimamente relacionado a noções de legitimidade e autoridade” (HURRELL, 2006, p. 4). Essa vontade de possuir um maior papel na política internacional é também encontrada na definição de potência regional de Flesher (2007, p. iii) quando este diz que elas “podem ser distinguidas por quatro critérios

¹² Há uma discussão sobre a possibilidade da Rússia ou não ser uma potência emergente. Este trabalho se apoia no argumento de MacFarlane (2006, p. 56) de que o país “não é uma potência emergente no sentido convencional da frase”. Sendo um país historicamente influente no âmbito dos Estados europeus desde o século XIX, membro do Conselho de Segurança da ONU e de representante da URSS durante a Guerra Fria, a Rússia gera dúvidas sobre o fato se ela realmente pertence ao BRICS. No entanto, o mesmo autor defende que a política externa russa tem como o principal objetivo “reverter o declínio substancial da década de 1980 e 1990 e lançar as bases internas para um retorno ao verdadeiro (como oposto do simbólico) status de grande potência” (MACFARLANE, 2006, p. 56). Ele conclui dizendo que a política externa de Moscou “é desenhada para limitar maiores perdas e sustentar ou promover condições que – no longo prazo – permitirá a Rússia reemergir como uma grande potência em um sistema internacional pluralístico” (MACFARLANE, 2006, p. 57).

fundamentais: reivindicação à liderança, recursos de poder, emprego de instrumentos de política externa, e aceitação de liderança”. Essa característica também é encontrada em Nel (2010). Ao focar no Brasil, Índia e África do Sul, o autor defende que países emergentes seriam aqueles que estão em desenvolvimento, mas que apresentam uma “luta por reconhecimento de países em desenvolvimento como parceiros plenos e iguais na sociedade de Estados” (NEL, 2010, p. 951).

No entanto, há aqueles que dizem que esse desejo de melhor representação não quer dizer, necessariamente, que há uma aceitação de como as instituições internacionais são hoje. “As potências emergentes podem estar clamando por uma influência global maior, mas elas frequentemente se opõem às regras políticas e econômicas básicas da ordem ocidental liberal herdada” (PATRICK, 2010, p. 44). Schirm (2010, p. 198) diz que os países que se apresentam sob o título potências emergentes

dominante seus vizinhos em termos de poder sobre recursos, isso é, população, território, capacidade militar e produto interno bruto. Além disso, eles articulam um desejo de mudar a distribuição de poder no sistema internacional e assumir papéis de liderança na governança global.¹³

A questão da mudança da governança global também é encontrada em outros textos. Young (2010, p. 12) afirma que esses países não estão “primariamente interessados em substituir as instituições de governança global, mas em ter maior voz dentro delas”. Outra característica dos emergentes é a percepção da possibilidade e necessidade de “transformar a realidade da interação no âmbito Sul-Sul numa estratégia para inserção internacional e para influenciar o reordenamento mundial” (PAUTASSO, 2011, p. 60). Essa preocupação na formulação de um discurso de cooperação Sul-Sul é também apresentado por Gray e Murphy (2013, pp. 186-187) ao dizerem que isso é “empregado por muitas das potências ascendentes” e “pode ser mais certamente visto como retórica com qual negociar uma posição de barganha mais forte dentro da ordem mundial centrada nos EUA”¹⁴.

Então, diante de tudo o que foi dito, o que é uma potência emergente? Utiliza-se aqui três textos e suas contribuições, as quais são interdependentes, para definir tal conceito. Em primeiro lugar, utilizaremos a questão das crenças. Segundo Miller (2016, p. 2), “potências emergentes podem ser identificadas não só através de suas capacidades mas também através das suas crenças”. Ou seja, para identificá-las faz-se necessário averiguar se elas possuem uma

¹³ No que tange a concomitância de ser uma potência emergente e um líder regional, Desai e Vreeland (2011) apresentam uma visão semelhante.

¹⁴ No que tange às relações Sul-Sul e às questões de governança global, visões similares podem ser vistas em Palat (2009), Taylor (2009), Vieira e Alden (2011), Hurrell (2013) e Kahler (2013).

crença de que a ordem global atual e seus papéis nela necessitam de mudanças a fim de representar melhor suas novas capacidades materiais. O segundo texto afirma que “potência emergente seria um país que observa um melhoramento posicional na distribuição da riqueza global e a converte em poder político” (FONSECA; PAES; CUNHA, 2016, p. 65). O último texto oferece, por sua vez, seis elementos que definem um país emergente.

Estes são: 1) tamanho econômico; 2) a habilidade de influências ‘trajetórias contemporâneas da economia mundial’; 3) forja de relações diplomáticas mais profundas com nações menores no Sul, com o objetivo de explorar ‘compatibilidades econômicas e comerciais’ tão quanto melhor noções políticas da solidariedade Sul-Sul; 4) uma localização geográfica fora da ‘esfera capitalismo industrial do Atlântico Norte’; 5) uma habilidade demonstrada para ‘consolidar força estatal’, por, entre outras coisas, fortalecer algum grau significativo de coesão ideológica; e 6) uma habilidade de desafiar o ‘caráter constitutivo do sistema internacional’ por confrontar e forçar ‘ajustes ao padrão estabelecido de hegemonia mundial (ANDREASSON, 2011, pp. 1170–1171).

Dessa forma, chegamos na seguinte definição de potência emergente: país de relevância econômica minimamente regional fora do centro geográfico do capitalismo global, desejoso de maior representatividade política no atual sistema internacional devido ao aumento relativo de seus recursos materiais, e engajado no avanço de cooperação. Além disso, o uso dos países do BRICS utilizados como exemplos dentro da literatura mencionada é uma razão para considerar adequada a definição proposta. Isso se fortalece ainda mais quando parte da literatura considera o bloco como os maiores representantes desse fenômeno (DUGGAN; AZALIA, 2020; KEUKELEIRE; HOOIJMAAIJERS, 2014; KHADKIWALA, 2014; LI, 2019; RADULESCU; PANAIT; VOICA, 2014; THAKUR, 2014).

Uma vez definido o conceito de potência emergente a ser usado neste trabalho, cabe identificar e classificá-las dentro de outro ponto relevante para o debate das potências emergentes. Os estudos de RI se dedicaram e ainda se dedicam a examinar a ascensão e queda de potências ao longo da história dos Estados-nacionais, tendo os exemplos clássicos da Alemanha, Japão, Estados Unidos, França, Itália e Holanda no centro desses debates (DAVIDSON, 2002; GILPIN, 1981; IKENBERRY, 2011b; KENNEDY, 1987; MEARSHEIMER, 2001; MURRAY, 2018; WARD, 2013). No entanto, o fenômeno das potências emergentes trouxe esse debate de novo para a discussão, tendo a China (os outros países do BRICS são vistos de forma secundária)¹⁵ como a potência candidata a exercer esse papel de mudanças (ALLISON, 2017; IKENBERRY, 2011a; MEARSHEIMER, 2006; STUENKEL, 2018; ZAKARIA, 2020). Dentro desse debate, existem dois termos que precisam

¹⁵ Para saber mais sobre o papel da China em relação ao bloco do BRICS, ver Glosny (2010), Abdenur (2014), Beeson e Zeng (2018), e Hooijmaaijers (2021).

ser discutidos para melhor entender o que esses países, principalmente o BRICS, buscam com suas emergências: o revisionismo e o reformismo.

Ambos os conceitos transmitem certo nível de insatisfação perante ao status quo¹⁶ do sistema internacional. Apesar dessa insatisfação não significar necessariamente qualquer desejo de conflito armado, “nações insatisfeitas desafiam o status quo” (TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2000, p. 9). Conversando diretamente com Mearsheimer (1994), os autores dizem que as “nações no topo da hierarquia [...] definem as regras vigentes e são mais prováveis de estarem satisfeitas com essas regras do que aquelas mais baixas na hierarquia global” (TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2000, p. 9). Desse modo,

as poucas nações insatisfeitas no topo e as muitas no fundo da hierarquia veem o sistema internacional como não conferindo benefícios iguais às suas expectativas e interesses de longo prazo. Elas consideram o sistema internacional como sendo injusto, corrupto, enviesado, distorcido, e dominado por forças hostis (TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2000, p. 9).

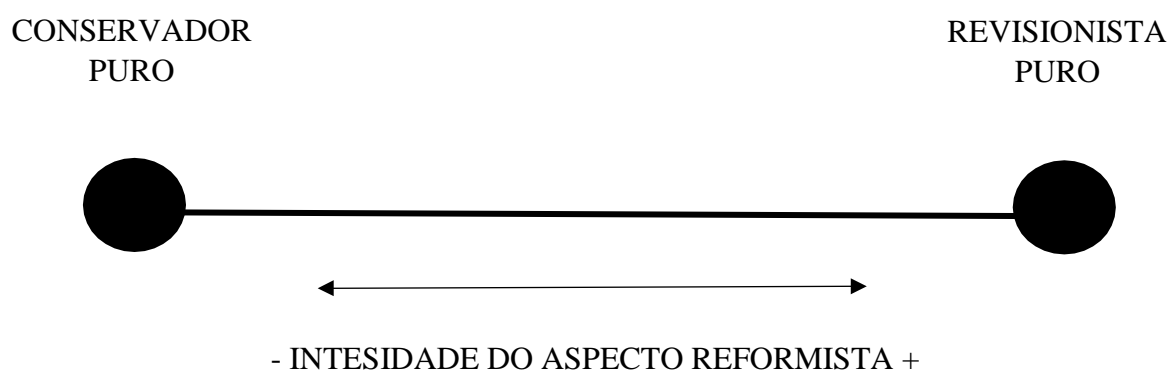
Porém, o que significa ser revisionista e reformista? Ao analisar a literatura que fala sobre isso, pode-se ver que há pessoas que consideram revisionismo como interesse primário “em substituir as instituições de governança global” e que os reformistas gostariam de “ter maior voz dentro delas (YOUNG, 2010, p. 12). Assim, enquanto as ‘regras do jogo’ da política internacional provavelmente mudarão, eles são improváveis de fazer isso além de todo reconhecimento” (YOUNG, 2010, p. 12). Autores como Morgenthau (1993, p. 51) classificam como uma “nação cuja política externa mira em adquirir mais poder que realmente tem, através de uma reversão das relações de poder existentes [...]”. Outros vão além e especificam as questões materiais. Jason Davidson (2016, p. 14), por exemplo, diz que são “aqueles Estados que buscam mudar a distribuição de bens (território, status, mercados, expansão de ideologia, e a criação ou mudança do direito internacional e instituições)”. Há ainda aqueles que afirmam que, nos dias de hoje, nenhum país é “constantemente interessado em manter o status quo” e que o revisionismo é parte intrínseca da característica liberal da ordem que tomou forma depois de 1945 (LIND; WOHLFORTH, 2019, p. 74).

Outros autores, como Murray (2018) dizem também que o revisionismo é apenas uma questão de percepção. Ou seja, uma potência é considerada revisionista quando há “a percepção que seu poder crescente e tentativas de alterar o status quo internacional são ilegítimas”

¹⁶ Neste trabalho, a definição de status quo segue aquela definida por Steven Ward (2017, p. 12): “[...] ordem social composta de um poder e relações de status entre Estados e uma série de normas e regras que ajudam a constituir e legitimar a ordem”.

(MURRAY, 2018, p. 6). Há ainda aqueles que classificam os tipos de revisionismo (“revisionismo duro”) ou que os revisionistas podem ter seus ímpetos mitigados e apenas terem objetivos “reformistas brandos” (definido pelos autores como coesão coalizacional e formação de comunidade) (BRUTSCH; PAPA, 2013, pp. 309–327). Outros dizem que revisionismo “refere à mudança de relações de poder e dominância no sistema internacional de relações entre Estados membros” (VREĚ, 2017, p. 352). Pode-se ver, então, que reformismo e revisionismo podem significar diferentes coisas para diferentes pessoas.

Diante desse problema conceitual, cabe propor uma definição própria para esses termos. Em primeiro lugar, será admitido que exista um espectro comportamental cujos os extremos serão tipos ideais. Em uma ponta estará o Estado de tipo conservador puro, aquele que deseja e age para que o sistema, suas estruturas e normas que o regem permaneçam as mesmas. Na outra, está localizado o tipo revisionista puro, dedicado à destruição e rejeição de tudo o que o conservador puro defende. Dentro desse espectro se encontram gradações desses dois tipos de comportamentos, chamados de reformadores. Dessa forma, a relação de aproximação com polo determinará as relações de determinado Estado para com o status quo no qual ele está inserido, tendendo mais para a manutenção ou para a mudança.



Esse modelo pode ser útil na compreensão comportamental das potências emergentes, notoriamente o BRICS, pois ele permite definir de forma mais refinada a intensidade e as intenções reformistas de cada potência. Isso se mostra quando se vê que parte da literatura (BARROS-PLATIAU, 2010; DENISOV et al., 2019; LAGUTINA, 2019; LAIDI, 2011; MENEGAZZI, 2020) considera o BRICS como reformistas sem fazer muitas distinções entre seus graus de reformismos. Por exemplo, o Brasil, que assinou o Tratado de Não-Proliferação, mas, ao mesmo tempo, pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU juntamente com a Índia, que não assinou o mesmo tratado, ao lado da China e Rússia, que são reticentes à reforma do Conselho (MALIK, 2005), mostra que ser um país reformista não

significa ser a mesma coisa para todos e nem querer reformar as mesmas coisas. Então, diante do que foi dito aqui cabe-se, finalmente, definir os conceitos de revisionismo e reformismo. Enquanto o primeiro é um termo guarda-chuva que define o estado de insatisfação de um Estado perante ao status quo em que ele está inserido, o reformismo define qual grau de insatisfação (independente do que ela se refere) que esse mesmo Estado possui perante ao mesmo status quo.

E como a literatura classifica o BRICS? Como já foi dito, revisionismo e reformismo tendem a diferenciar muito (inclusive, podem significar a mesma coisa) dependendo de cada autor. Desse modo, levando em consideração ao modelo proposto anteriormente será visto se a literatura tende a considerar o bloco mais como conservador puro ou como um revisionista puro. Apesar de alguns autores (BRUTSCH; PAPA, 2013; DUGGAN; AZALIA, 2020; GRATIUS, 2012) chamarem o bloco, ou os seus membros de revisionista, eles afirmam que esses países não possuem objetivos de destruir ou rejeitar sistematicamente a sociedade internacional de hoje. O que não os faz menos ambiciosos diante das suas demandas para mudanças no Conselho de Segurança da ONU (HIGASHI, 2012), na OMC (PABIS, 2015) e no FMI (BATISTA JR, 2019).

No entanto, outros autores (ACHARYA, 2018; LIPTON, 2017; STEPHEN, 2014; STUENKEL, 2017b; THAKUR, 2014) mostram que o BRICS tende a frear certas mudanças na sociedade internacional como a relativização de soberania e ingerência externa, rejeição do multilateralismo, direitos humanos e mitigação do controle do Estado através da liberalização econômica. Glosny (2010) diz que os membros do BRICS possuem laços mais estreitos com os EUA do que entre eles mesmos, Kahler (2013, p. 712) afirma que “eles são menos prováveis de serem reformadores radicais do conservadores”, já que suas “políticas domésticas e dilemas econômicos induzem uma aversão ao risco”. Lagutina (2019, p. 11) afirma ainda que “é importante enfatizar que o BRICS tende a reformar a atual ordem global, e não completamente destruí-la”. Portanto, é sensato dizer que, na escala entre os conservadores puros e revisionistas puros, o BRICS se encontra mais próximo do primeiro do que o último. Apesar das suas demandas de adequação aos seus novos papéis e espaços ocupados na comunidade internacional, eles ainda são receosos em ir além e não possuem projetos de substituição completa das instituições que regem hoje o sistema internacional. Pode-se concluir, portanto, que

os países do BRICS, em suas tentativas de criar novos espaços para eles mesmos na administração da economia global e sistemas financeiros, estão, no máximo, buscando reformar a ordem mundial dominada pelos EUA para acomodar seus poderes

econômicos emergentes e interesses, uma reforma completa da ordem mundial está fora de questão (NURUZZAMAN, 2020, pp. 52–53)

No entanto, ainda não está claro e não foi explicado o porquê de essas potências quererem investir recursos e correr riscos para mudarem certos aspectos da ordem internacional. A fim de sanar essa questão, a parte seguinte deste capítulo tratará dos incentivos que movem as potências emergentes nessa direção reformista. Além disso, buscar-se-á uma explicação que justifique a possibilidade de existência de diferentes graus de reformismos já que, segundo o modelo utilizado anteriormente, há aqueles mais próximos de conservadorismo puro e outros mais próximos do revisionismo puro.

1.3 Reconhecimento de status e identidades como motor das reformas

O que gera esse desejo do BRICS e das demais potências emergentes em demandar e alocar esforços em reformas do sistema internacional? Segundo a definição de potência emergente anteriormente oferecida, esse tipo de Estado deseja uma maior representação no sistema internacional devido ao seu aumento relativo de suas capacidades materiais e protagonismo internacional. Desse modo, pode-se concluir que as potências emergentes, apesar do aumento de seu poder material, não são percebidas pelos seus pares da sociedade internacional como elas próprias se autopercebem. Isso se explica pelo fato de “determinantes materiais como classe e riqueza podem figurar em um status do indivíduo, mas eles não são seus únicos determinantes” (FREEDMAN, 2016, p. 4). Portanto, pode-se ver que o “status preocupa muito o BRICS, e informa suas escolhas de política externa” (RØREN; BEAUMONT, 2019, p. 1).

Essa interpretação abre novas portas quando comparada aos outros motivos que sustentam as ações e os comportamentos dos Estados-nacionais no sistema internacional. Enquanto a interpretação realista tende a generalizar os comportamentos dos Estados como busca do acúmulo de capacidades materiais de poder e pela sobrevivência, o liberalismo concentra suas interpretações nas instituições e normas internacionais (GRIFFITHS; ROACH; SOLOMON, 2008). No entanto, pôde-se ver ao longo deste capítulo que essas abordagens clássicas das RI não possuem capacidade explicativa satisfatória para compreender o fenômeno do BRICS. Diante disso, a abordagem que leva em conta dinâmicas sociais perspectivas, como o status, se mostram uma boa alternativa para esse problema.

Partindo do princípio que status “é um fenômeno social que representa uma posição reconhecida do indivíduo dentro de uma hierarquia¹⁷ estabilizada” (FREEDMAN, 2016, p. 7)¹⁸. Isso acontece pois “todos os atores sociais – sejam eles indivíduos humanos, grupos sociais, ou Estados – comparam suas situações àsquelas dos outros dos seus tipos” (STOLTE, 2015, p. 30). Desse modo, já que um status favorável é desejado, o oposto é rejeitado. No entanto, deve-se levar em consideração que “status é também perceptual no sentido que ele é baseado em crenças. Não há nenhuma hierarquia de status ‘objetiva’ ou ‘natural’, nem há características imutáveis que conferem status” (RENSHON, 2017, p. 35). Ou seja, “[...] status é coletivo, subjetivo e relativo” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 8).

O caráter de coletividade do status é resultado do fato de que ele transcende “as percepções individuais do Estado” pois depende das crenças de outro sobre si para ter existência e efeitos sociais (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 8). Isso significa que nenhum Estado pode conferir o status de ninguém nem sobre si mesmo pois isso acontece somente na coletividade. O fator subjetivo se sustenta na ausência de significado intrínseco de atributos materiais e que esses mesmo significado “depende das percepções dos outros” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 8). A relatividade do status se deve ao fator que há necessidade da diferença de posições dentro da hierarquia em que os Estados estão imersos. Desse modo, “status é socialmente escasso no sentido que ele não pode ser gozado por todos. Se todos tem alto status, então ninguém o tem” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 9).

Assim, essas características do status dentro de uma comunidade de Estados geram certas preocupações naqueles que interpretam sua posição na hierarquia como desfavorável. Essas preocupações “denotam o nível de foco sobre questões relacionadas ao status, e a probabilidade de agir a fim de avançar ou salvar o próprio status” (RENSHON, 2017, p. 4). Ainda segundo Renshon (2017, p. 33), o desejo de avançar o próprio status vêm da autopercepção de um Estado, dentro da sua comunidade de pares, a qual indica que há um

¹⁷ Aqui hierarquia significa um modelo “sistêmico, no qual ordena as relações entre todas as unidades do sistema, apesar da ausência de um autoridade central, a qual os relacionistas internacionais chamam, um tanto confusamente, ‘anarquia’” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 17). Além do mais, “anarquia e a igualdade formal dos Estados como iguais soberanos não implica que as relações entre os atores no sistema internacional são igualmente anárquicas” (STOLTE, 2015, p. 16).

¹⁸ Essa definição conversa com outras definições de status presentes na literatura. Alguns definem status como “crenças coletivas sobre um dado ranqueamento de Estado sobre atributos de valor (riqueza, capacidades coercitivas, cultura, posição demográfica, organização sociopolítica, influência diplomática)” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 7). Para outros, status é como um Estado é percebido pelos *policy makers* de outros Estados dentro da comunidade internacional (VOLGY et al., 2011). Ainda há a definição que “status se refere à real posição ou identidade de um Estado” (RENSHON, 2017, p. 4).

“déficit de status dentro de uma dada comunidade de status”. Esse déficit se encontra em uma realidade de inconsistência entre a autopercepção do status que o indivíduo merece e aquele que o é atribuído pela comunidade internacional (RENSHON, 2016). Essa inconsistência, por sua vez, provem de expectativas dos atores geradas através de “observação de interações entre os membros do grupo” em relação ao nível de suas capacidades materiais como poder econômico e militar (RENSHON, 2016, p. 524).

Todavia, por que os Estados se preocupariam tanto com status, sua manutenção ou sua aquisição? Renshon (2017) oferece algumas razões para isso. A primeira razão se baseia na expectativa de que um status mais elevado “proverá benefícios tangíveis no futuro, tais como sinalizar competência ou prover acesso a poder e recursos” já que status alto “provê benefícios materiais significantes para seus possuidores” (RENSHON, 2017, p. 47). Uma outra razão dada pelo autor é questão dos benefícios psicológicos do status tornando-se um fim em si mesmo. Apesar de esse último tipo de interpretação ser mais direcionado ao aspecto individual (aos líderes dos Estados, por exemplo), o autor afirma que, “na verdade, os atores podem buscar status tanto por uma quanto por ambas dessas razões” já que os Estados podem gozar tantos dos “benefícios psicológicos intrínsecos” como dar ao status uma função instrumental (RENSHON, 2017, p. 49).

Outra explicação sobre o porquê dos Estados se preocuparem tanto com o status se encontra em uma realidade de inconsistência entre a autopercepção do status que o indivíduo merece e aquele que o é atribuído pela comunidade internacional (RENSHON, 2016). Essa inconsistência, por sua vez, provem de expectativas dos atores em relação ao nível de suas capacidades materiais como poder econômico e militar. Já que, para esses requerentes de status “demandam respeito e posição internacional [...]” (STOLTE, 2015, p. 37). Isso explica porque o BRICS se “materializou como uma entidade na política global para fazer lobby por reforma da ordem mundial com a intenção de acomodar com líderes tradicionais em algumas novas *policy-making* comuns” (DENISOV et al., 2019, p. 10).

No entanto, como isso se manifesta na realidade do sistema internacional? Há duas maneiras em que o status é percebido: a primeira é na “adesão de um clube definido de atores”, e a segunda é “a posição relativa dentro de tal clube” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 7). Ao dissertar sobre a primeira manifestação do status, esses autores (2014, p.7) afirmam que “membros na sociedade internacional” (definida por eles como soberania) “é um status buscado por muitos grupos de subestados”. A partir do momento que esse status é “conferido via reconhecimento por outros, um Estado pode eventualmente buscar membresia em um grupo

de status dentro do sistema geral de Estados [...]” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 7). Sobre a segunda, é dito que “há rankings posicionais menos formalizados dentro de clubes que se tornam particularmente salientes quando eles implicam alguma forma de primazia, liderança, ou status de “número um” (...)” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, pp. 7–8).

Diante de todo esse aspecto de relatividade e subjetividade, os Estados que buscam aumentar ou manter seus status perante aos seus pares procuram “influenciar as percepções dos outros de posição relativa de um Estado adquirindo símbolos de status” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 11). Segundo Stolte (2015, p. 37), “as potências emergentes frequentemente perseguem políticas simbólicas que miram em influenciar positivamente suas imagens internacionais”. Isso explica a hospedagem de eventos globais como a Copa do Mundo da FIFA¹⁹, as Olimpíadas de Verão²⁰ e outros megaeventos²¹, a frequente presença em assentos não-permanentes no Conselho de Segurança da ONU e a mobilização de negociações internacionais (STOLTE, 2015). Outro exemplo que sustenta esse argumento é que esses mesmos países se utilizam de organizações mais específicas (IBAS, BASIC, etc) para aumentar seus protagonismos em assuntos de relevância global como pobreza, energia, segurança e mudança climática (NARLIKAR, 2013). Além disso, pelo fato de que essas mesmas potências que buscam status não poderem moldar unilateralmente a percepção de seus pares em relação ao seu status, esse processo é intrinsecamente “profundamente incerto porque formação de identidade depende de respostas de reconhecimento imprevisíveis de outros Estados” (MURRAY, 2018, p. 7).

Por tais razões, potências que querem ser melhor representadas nas estruturas internacionais e assim reconhecidas pelos seus pares, buscam no acúmulo de capacidades materiais e outros símbolos para ancorar esse status aspirante (MURRAY, 2010; PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014). Então, “o desejo de um maior status pode levar a potências emergentes a gastar dinheiro em medidas altamente visíveis de status tais como programas espaciais e armas nucleares ao invés de usar suas riquezas aumentadas para melhorar o bem estar social”. (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 27) Além dessas capacidades materiais, as potências emergentes podem “melhorar seus status obtendo posições de liderança em instituições internacionais ou por participar de clubes de elite” já que esses órgãos “se

¹⁹ As últimas três Copas do Mundo ocorreram na África do Sul, no Brasil e na Rússia nos anos de 2010, 2014 e 2018, respectivamente.

²⁰ As edições de 2008 e 2016 ocorrem na China e no Brasil, respectivamente.

²¹ A edição dos Jogos Panamericanos de 2007 e os Jogos Militares Mundiais de 2011 ocorreram no Brasil, os Jogos Militares Mundiais de 2007 ocorreram na Índia, a edição desses jogos de 2019 ocorreu na China. A edição das Olimpíadas de Inverno de 2014 ocorreu na Rússia, a edição de 2022 ocorrerá na China.

tornaram muito mais importantes como arenas nas quais os Estados lutam por status [...]” (PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014, p. 23).

Os membros do BRICS, por sua vez, são os principais atores internacionais estatais que questionam tanto o ordenamento como o engessamento das principais organizações internacionais (RÜLAND, 2012). “Eles ressentem a distribuição internacional estabelecida do poder institucional a qual em suas visões não reflete adequadamente seus crescimentos de importância e capacidades” (RÜLAND, 2012, p. 257). Cabe dizer, também, que “os *policy makers* em potências emergentes são agudamente cientes da importância de hierarquia, especialmente das categorias sociais, dos clubes, das memberships, e os critérios para admissão através os quais a hierarquia em relações internacionais opera” (HURRELL, 2009, p. 2). Dentro desse assunto, Steven Ward (2017, pp. 13–14) seleciona alguns motivos institucionais pelos quais as organizações internacionais conquistaram um papel tão central nessa busca por status entre as potências emergentes.

O primeiro foi pelo fato de que “normas, regras e instituições produzem e sustentam hierarquias sociais por gerar bases intersubjetivas para comparações sociais entre atores, e por constituir atores com diferentes status e pacotes de direitos”. Os exemplos disso se encontra na própria constituição das grandes potências. Essas mesmas potências não são assim consideradas apenas pelas suas capacidades materiais, mas porque elas possuem “direitos para legitimamente possuir armas nucleares, para privilegiar posições nas instituições de governança global, e para intervenção no exterior para o propósito de manter paz e estabilidade internacional”.

O segundo motivo é que “normas, regras e instituições provêm as bases para ação legítima na política internacional” o que possibilita medidas como “intervenções militares, ocupações, sanções econômicas, e a formalização de compromissos de aliança [...]”. Steven Ward, usa dois fenômenos atuais para exemplificar essa legitimação. Ele diz que, hoje, os “atores ocidentais invocam padrões civilizacionais para justificar intervenção dentro e ocupação de Estados não-ocidentais”. O outro é a pressão internacional sobre o programa nuclear iraniano e as consequentes sanções comerciais sobre o país justificadas pela ilegitimidade das ações feitas por Teerã.

Em último lugar, elas “regulam as interações entre os Estados. Eles proíbem certos tipos de comportamento e prescrevem outros”. O exemplo dado pelo autor é o “direito internacional consuetudinário que regula interação interestatal nos reinos da guerra e comércio”. Então, “ambições para uma distribuição mais favorável de outros tipos de bens –

como status ou influência – [...] levam a demandas para uma reforma das instituições internacionais para acomodar reivindicações para uma voz mais importante para o Estado na governança global [...]” (WARD, 2017, p. 13). Portanto, explica-se o porquê do BRICS procurar “reformular não somente as estruturas das instituições de governança econômica global como o FMI e o Banco Mundial mas também as regras e normas que permitem ação coletiva dentro da governança econômica global” (DUGGAN, 2015, p. 22).

Além disso, o mesmo autor Ward (2017, p. 14) oferece explicações com base nas organizações e nas capacidades materiais que explicam esse fenômeno, já que, segundo ele, “o elemento normativo do status quo não é completamente independente do elemento distributivo”. O primeiro fator é que elas “parcialmente constituem e naturalizam o status quo da distribuição de recursos”²². Um exemplo oferecido seria o congelamento da posse de armas nucleares por algumas poucas potências e a proibição prática de que outras potências venham possuir o mesmo tipo de armamento devido ao Tratado de Não-Proliferação. Outra explicação é o fato de que essas mesmas instituições são “parcialmente determinadas pelas identidades, ações e características dos atores mais poderosos no sistema” (WARD, 2017, p. 15). Oliver Stuenkel (2017b, 2018) demonstra isso ao dizer que o maior papel e protagonismo das potências emergentes não-ocidentais criaram questionamentos de certas instituições e normas do sistema internacional por privilegiarem o Ocidente seja por fatores históricos (ao mesmo tempo vencedores das últimas guerras sistêmicas e formuladores das ordens seguintes), seja pelo valor ideológico dessas mesmas instituições (alto teor de ocidentocentrismo).

Diante de tudo isso, cabe-se fazer algumas conclusões sobre o papel do status no sistema internacional. Apesar dos Estados apresentarem uma igualdade jurídica no que tange à sua soberania, existe uma hierarquia entre eles determinada tanto pelas capacidades materiais, quanto pela percepção pelas outras partes e pelo papel atribuídos a eles. Nessa situação, a literatura mostrou que existe um ranking do posicionamento dentro da hierarquia desses Estados imersos em uma realidade comum. No entanto, vemos que esse mesmo ranking gera comparações entre as partes movidas pelo desejo de possuírem status favoráveis nessa mesma hierarquia.

A percepção de status dos Estados em relação a si e aos outros produz naqueles que se consideram posicionalmente desfavoráveis uma necessidade de aumentar seus status, ou

²² Um argumento pessimista sobre as instituições internacionais também pode ser encontrado em Mearsheimer (1994)

minimamente mantê-los. Esse desejo, por sua vez, é manifestado no sistema internacional pela busca do Estado por dois fatores principais os quais podem ser buscados tanto separadamente como juntos: o primeiro é fator psicológico embutido na atribuição de um certo status a um Estado pela sua comunidade; e o segundo, é uma possibilidade de instrumentalização de um melhor nível status a fim de ter acesso a recursos materiais e simbólicos anteriormente inacessíveis. Além do mais, alguns Estados, para serem considerados dignos de receberem esse tipo de reconhecimento da sua comunidade, buscam aumentar suas capacidades materiais e simbólicos. Isso acontece porque atores individuais não possuem capacidades de alterar unilateralmente as percepções de seus pares sobre si. Diante disso, esses símbolos de status ajudam na criação de respeito e credibilidade influenciando positivamente a percepção de outros sobre si. Como dito por Murray (2018, p.7), o processo de uma construção perceptiva favorável em relação a um determinado ator é “profundamente incerto porque a formação de identidade depende de repostas de reconhecimento imprevisíveis de outros Estados”. Então, potências requerentes desse reconhecimento buscam no acúmulo material, nos símbolos, nas adesões a clubes e nas participações de organizações o que contribui para a diminuição dessas mesmas incertezas.

Cabe dizer, também, que ser membro de certos clubes e participar de organizações específicas não seria suficiente na aquisição de status por potências requerentes dele já que as regras e instituições que sustentam essas mesmas organizações facilitam ou não esse processo. Isso porque, as regras e normas que regem essas organizações são, muitas das vezes, as responsáveis pela manutenção e congelamento de certas hierarquias dentro do sistema internacional. Então, juntamente com a empreitada de acumular capacidades materiais e adquirir ganhos simbólicos, as potências emergentes buscam reformar, mais ou menos intensamente, o funcionamento e as instituições que coordenam as essas organizações. Seja para diminuir privilégios dos Estados no topo da hierarquia, seja para aumentar o reconhecimento político, econômico e militar das potências emergentes, as organizações internacionais são um campo de batalha na aquisição e consolidação de status.

Então, como podemos ver ao longo deste capítulo, o debate sobre o BRICS e suas atuações no sistema internacional vêm recebendo atenções das mais diversas ferramentas de interpretações, tendo o uso da dinâmica social do status e construção de discursos como novas alternativas para abordagens explicativas. Para isso, vimos no início que o fim da Guerra Fria possibilitou o aparecimento de novos atores no sistema internacional, anteriormente ofuscados pelas dinâmicas da bipolaridade, notadamente grandes potências não-ocidentais. Apresentados

como capazes de alterar a distribuição das capacidades de poder dentro da comunidade internacional, esses países ficaram conhecidos como potências emergentes já que eles tomavam novas posturas internacionais nesse período. No entanto, para uma melhor análise, buscou-se uma definição do que seria uma potência emergente pois, além de terem recebido diversos nomes, não há um consenso na literatura em relação à sua conceituação. Depois dessa etapa, investigou-se as motivações que formam os desejos de possuir mais presença e voz em âmbito internacional onde foi definido que a busca de maior status é o motor da emergência dessas potências. Finalmente, revisamos a literatura sobre o BRICS em relação à busca por status e concluiu-se que o desejo de serem mais influentes e representados no sistema internacional seria uma parte intrínseca do seu projeto como entidade política.

2 AS IDENTIDADES COMO FENÔMENO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E A DINÂMICA DE OUTRIFICAÇÃO

Para compreender os significados declarações de cúpulas do BRICS tanto no processo de evolução do bloco como na construção de uma diferenciação em relação ao Outro e a busca de similaridades, esta parte deste trabalho tangenciará as seguintes questões. A primeira parte deste capítulo será destinada a fazer uma análise do papel da identidade nas relações internacionais e na disciplina das RI. Como fator escolhido para analisar a possibilidade de cooperação entre o BRICS, compreender o seu processo de formação e de funcionamento na política internacional são essenciais para o entendimento do tema abordado. A segunda parte será destinada a uma explicação metodológica sobre a análise de discurso demonstrando o porquê de ela se mostrar a mais adequada para satisfazer o objetivo desta pesquisa. A terceira parte se dedica a explicar o porquê da escolha das declarações de 2009, 2011 e 2014 em detrimento das outras. Nesse sentido, o entendimento das dinâmicas e elementos para a formação de identidades, baseadas aqui em processos de outrificação baseados em elementos dêiticos e por mecanismos de predicação e posicionamento de sujeito.

2.1 O papel das identidades nas relações internacionais

Como foi dito anteriormente, ao utilizar as principais teorias das RI (o liberalismo e o realismo), a compreensão do fenômeno do BRICS fica comprometida, pois elas não compreendem e nem levam em consideração outros fatores não-materiais relevantes que possibilitam a existência do bloco. Pode-se adicionar a essa questão que a própria origem do acrônimo do BRICS (baseado em capacidades materiais, principalmente na questão econômica e financeira) gera uma tendência em levar em consideração, primariamente, esses fatores marginalizando outros dinâmicas, como status, identidade, reconhecimento e etc. No entanto, existe uma literatura relevante que leva em consideração a questão do status e da identidade do BRICS e os usa para compreender melhor o funcionamento do bloco na política internacional, apesar de ela ser menor quando comparada à produção bibliográfica mais atrelada ao materialismo.

Por conseguinte, para uma melhor compreensão do assunto, será feito uma breve exposição do tema de identidade dentro do campo das Relações Internacionais e como esse

fator se tornou uma ferramenta útil para a compreensão de fenômenos na política internacional. Nesse sentido, Lebow (2016, p. 73) descreve que a identidade é “o descendente secular da alma e serve para os mesmos propósitos: prover singularidade e consistência a indivíduos” e que ela se tornou, para muitos construtivistas, “o mesmo tipo de prioridade ontológica que os realistas dão ao poder”. Por consequência, a identidade, assim como o poder para os realistas, é a responsável por moldar os interesses e comportamentos dos objetos analisados (KINNVALL; MITZEN, 2020; LEBOW, 2016; SUBOTIĆ, 2016).

Observando as origens da utilização da identidade como ferramenta explicativa, Lebow (2016) mostra que as capacidades que os indivíduos tem de manter uma biografia sua capaz de prover “singularidade e consistência” é estudada desde a década de 1950. Um dos principais exemplos que o autor traz é o pensamento de E. H. Erikson (1959, p. 22), o qual diz que “o sentimento consciente de ter uma identidade pessoal é baseada em duas observações simultâneas: a percepção imediata do seu *selfsameness* e a continuidade no tempo; e a percepção do fato de que outros reconhecem sua *sameness* e continuidade”. Assim, pode-se ver que a questão da autopercepção depende de um processo em que o há uma diferenciação do “Eu” do “Outro”, implicando numa necessidade do “Outro” existir para que o “Eu” também possa.

Levando o conceito de identidade para as RI, os autores que começaram a utilizá-lo afirmam que, além de “uma alternativa para o vocabulário realista-racionalista”, ele é “central para o nosso entendimento da política internacional” (BERENSKOETTER, 2010, p. 3595). Autores como David Campbell e Ted Hopf afirmam que tanto a segurança do sistema internacional como a existência dos próprios Estados dependem da identidade. Enquanto o primeiro diz que “a identidade é uma dimensão inescapável do ser” (CAMPBELL, 1992, p. 9), o segundo afirma que a ausência de identidade causaria um “mundo de caos, um mundo de incerteza pervasiva e irremediável, um mundo muito mais perigoso que a anarquia” (HOPF, 1998, p. 175).

Os posicionamentos desses autores, quando publicados, foram destoantes do conteúdo da produção *mainstream* das RI e anacrônicos quando comparado às outras ciências sociais. Enquanto a sociologia e antropologia já levavam em consideração a identidade como ferramenta ontológica de suas disciplinas na década de 1960, as Relações Internacionais (notadamente o neorealismo) se mantinha adepta à “inspiração metodológica dos modelos de microeconomia e deixou pouco espaço para análises de assuntos aparentemente esotéricos como ‘identidades’” (BERENSKOETTER, 2010, p. 3596). Foi somente no fim da década de

1980 e na década de 1990 que uma produção de RI voltada para uma análise identitária começou a tomar espaço relevante dentro da literatura. Então,

as questões de identidades apareceriam como uma alternativa para explicar o cenário internacional da época e se apresentariam como mais uma possibilidade de se entender os diversos contornos que a realidade internacional viesse a propor, visto que essas questões não eram percebidas como importantes para as Relações Internacionais (RESENDE; DA SILVA, 2020, p. 31)

Um dos motivos principais para a ascensão desse tipo de abordagem foi o fato de que, segundo Berenskoetter (2010, p. 3596), “o *Zeitgeist* pós-moderno encorajou o questionamento de categorias aceitas e ‘naturalizadas’ associadas com a modernidade [...] para estabelecer uma nova perspectiva sobre a política mundial” o que se traduzia no desafio aos preceitos ontológicos realistas e positivistas dominantes na disciplina das RI. “As novas inquietações que a crítica pós-moderna/pós-estruturalista apresentava às Relações Internacionais eram baseadas na forma como o Estado e suas ações eram percebidas” (RESENDE; DA SILVA, 2020, p. 31).

Ademais, “uma perspectiva de identidade também prometeu uma alternativa a suposições de escolha racional sobre interesses (entendidas através das lentes da ‘maximização de utilidade’)” (BERENSKOETTER, 2010, p. 3597). Assim, diversos autores começaram definir de que os interesses dos Estados não viriam mais das relações das capacidades materiais de poder (MORGENTHAU, 1948) e nem de vontade de sobreviver no sistema internacional (WALTZ, 1979), mas, sim, das suas identidades as quais moldariam suas percepções e interesses perante os outros atores (JEPPERSON et al., 1996; WENDT, 1992).

Ainda na esteira desse raciocínio, ao levar em consideração identidades e interesses, poder-se-ia ver que há uma reestruturação de questionamentos das relações entre esses dois elementos. Como diz Berenskoetter (2010, p. 3601), “[a]o invés de perguntar como o primeiro constitui o último, enfatiza-se o interesse salvaguardando uma certa identidade”. Dessa forma, os interesses seriam as manifestações de uma certa identidade pois só se entende os interesses de um Estado quando se conhece a sua identidade. Por conseguinte, é possível descartar a suposição tradicional de que a identidade é usada somente para explicar “atos irracionais” dos agentes, pois “se ação racional significa ação orientada para atingir um objetivo desejado, então qualquer tentativa de manifestar a identidade é racional e ainda pode ser lida em termos de custo/benefício” (BERENSKOETTER, 2010, p. 3601).

Ao encaixar os aspectos de identidades em uma lógica de racionalidade, é possível analisar a política externa de Estados através desse prisma. Resende e da Silva (2010, p. 56) mostram que dentro da lógica *mainstream* das RI, “os interesses dos Estados seriam pautados

pela segurança, poder militar e balança de poder para manter a ordem e uma forma de guia para os tomadores de decisão do Estado”. No entanto, após a virada pós-moderna das RI no fim do século XX, autores começaram a demonstrar que

[a] política externa passaria então a ser entendida como um processo de produção de diferenças que, por meio do estabelecimento da ‘Outricidade’, as fronteiras com o Outro seriam demarcadas e esse procedimento seria importante para a sobrevivência do Eu, nesse caso do Estado (RESENDE; DA SILVA, 2020, p. 57).

Diante dessa abordagem, a lógica moderna das análises de política externa e dos conceitos definidores das RI e de suas ontologias perdem sua aparência de pré-existência e objetividade já que a crítica pós/moderna/pós-estruturalista buscava “uma saída da reificação dos conceitos chaves em RI como Estado, anarquia e política externa” (RESENDE; DA SILVA, 2020, p. 57). David Campbell (1990, p. 265) diz que “em uma orientação pós-estruturalista as estruturas da história aparentemente intransigentes são efeitos [...] de uma variedade de práticas não coordenadas de diferenciação que servem para constituir significado e identidade através de uma série de exclusões”. O autor ainda afirma que “significado e identidade são, portanto, sempre a consequência de uma relação entre o eu e o outro que emerge através da imposição de uma interpretação ao invés de ser o produto de descobrir um campo exclusivo com suas próprias identidade pré-estabelecida” (CAMPBELL, 1990, p. 266).

Dentro desse raciocínio Campbell (1990) traz duas definições de política externa: uma com letras minúsculas (política externa) e a outra com letras maiúsculas (Política Externa). “A primeira é aquela na qual a política externa pode ser entendida como referente a todas relações de outricidade, práticas de diferenciação, ou modos de exclusão que constituem seus objetos como externos no processo de lidar com eles” (CAMPBELL, 1990, p. 270). De acordo com Resende e da Silva (2020, p. 58), “[d]entro desse processo, uma situação pode ocorrer: por meio de práticas discursivas, o Eu seria criado de maneira privilegiada como sendo bom, honesto, puro, sendo algumas vezes caracterizado como vítima”. A segunda definição oferecida por Campbell (1990, p. 271), é aquela que “serve para reproduzir a constituição da identidade tornada possível pela política externa e para conter desafios àquela identidade”.

A constituição da identidade baseada em articulações de diferenciação entre o Eu e o Outro, por sua vez, se encontram dentro da lógica de criação e reprodução de discursos. “Para auxiliar nesse processo a linguagem seria um fator fundamental para que essa articulação fosse realizada, na forma de caracterizar os Estados e promover suas políticas externas” (RESENDE; DA SILVA, 2020, p. 47). Lene Hansen (2013, p. 1) diz que “ao entender a política externa como um prática discursiva, o pós-estruturalismo argumenta que os discursos de política

externa articulam e entrelaçam fatores materiais e ideais em tal extensão que os dois não podem ser separados de um do outro”.

Quando essa lógica é transpassada para o caso do BRICS, Cooper (2010) não descarta o fato que cada país que forma esses acrônimos¹ age de maneira distinta no sistema internacional, embora haja “um forte componente de suas identidades que relaciona a como eles trabalham juntos [...]” (COOPER, 2010, p. 63). Especificamente sobre bloco, o autor afirma que esses países chamaram a atenção devido ao seu grande tamanho (demográfico, econômico, mercado consumidor, etc). O banco Goldman Sachs, responsável pela criação do acrônimo, se dedicou a analisar os atributos materiais desses países e como isso poderia influenciá-los a se tornarem grandes potências no futuro. A grande crítica trazida por Cooper, por sua vez, se localiza na falta de detalhamento das grandes diferenças entre os membros do bloco. O foco na capacidade material faz com que a literatura sobre o BRICS seja “grandementesilenciosa na maioria das questões políticas, estratégicas e sociais. Nenhuma diferenciação é feita entre aqueles que são democracias, com sociedades civis e mídia funcionais e aqueles que não são”, e rivalidades existentes entre eles sobre “fronteiras, recursos e até mesmo status” (COOPER, 2010, pp. 69-72).

Apesar dessas incompatibilidades entre os membros do bloco, Cooper (2010) mostrou que existe um componente nas identidades desses países que os possibilita a cooperar entre si. Todavia, ele acaba não define exatamente o que seja isso. Oliver Stuenkel (2014, p. 89) avança esse debate ao afirmar que a Primeira Cúpula do BRICS em 2009 foi possibilitada pelos interesses em “fortalecer o status internacional de cada país membro” muito devido “à relativa estabilidade econômica e à capacidade de responder à crise”. A transformação do BRICS de um acrônimo para uma entidade política atuante na política internacional mostraria que os membros tinham muito a ganhar com esse processo. Ainda segundo Stuenkel, as motivações para isso acontecer, apesar das grandes diferenças entre os membros e a falta de histórico de cooperação entre eles, não foram desejos anti-hegemônicas nem vontades endereçadas para uma maior cooperação intra-membros. O que teria feito a Primeira Cúpula dar certo teria sido a possibilidade do BRICS “se posicionar como os novos pilares de estabilidade da economia global” (2014, p. 98).

¹ Cooper (2010) investiga especificamente o BRICS, o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e o BRICSAM (BRICS mais México).

Dessa forma, a cúpula do BRISC “ajudou os Estados membros a elevar seus status internacionais, os quais provaram a ser úteis para alcançar objetivos nacionais conjuntos ou individuais posteriormente” (STUENKEL, 2014, p. 90). Como foi demonstrado anteriormente por Ward (2017), as instituições e organizações internacionais se tornaram os novos campos principais da luta dos Estados por mais status, tanto pela capacidade de formar como construir normas e regras para legitimar as hierarquias do sistema internacional. Portanto, Stuenkel (2014, p. 90) afirma que “as nações do BRIC foram capazes de usar seus poderes de barganha temporariamente aumentados para tornar em ‘definidores de agenda’ [...]”. Conclui-se, então, que o “termo BRIC pode servir a necessidade de cada para aumentar seu status internacional como uma potência dinâmica e emergente com um crescente papel nos assuntos globais” (STUENKEL, 2014, p. 91).

Outros autores (CONTIPELLI; PICCIAU, 2015, p. 121) ainda veem que o BRICS serve como plataforma institucional para desafiar o predomínio da hegemonia ocidental da ordem política e econômica desde o fim da Segunda Guerra Mundial, “gerando novas formas de cooperação internacional complexa”. Apesar de que isso pode significar diferentes coisas para cada um dos membros, o BRICS “opera em um modo pragmático para desenvolver interesses comuns através de ações conjuntas” com o objetivo de “satisfazer seus interesses econômicos e competir com as potências hegemônicas tradicionais” (CONTIPELLI; PICCIAU, 2015, pp. 120–121). Os autores baseiam essa lógica de competição no pensamento de Robert Cox quando diz que as “instituições refletem as relações de poder prevaletentes em seus pontos de origem e tendem, ao menos inicialmente, encorajar imagens coletivas consistentes com essas relações de poder” (COX, 1981, p. 136). Dessa forma, o BRICS foi arranjado pelos líderes desses países com o objetivo de não somente “estabelecer cooperação entre si a fim de lidar com interesses em comum”, mas, também, para “adotar um plano de ação comum nas organizações internacionais tradicionais com o objetivo de compartilhar poder com os países Ocidentais, nominalmente os EUA e a União Europeia” (CONTIPELLI; PICCIAU, 2015, p. 122).

Ainda há aqueles que buscam uma prospecção em relação a capacidade do BRICS de atingir um status de superpotência no futuro (CHUN, 2016). Ao dissertar sobre o crescimento econômico que esses países vem apresentando nas últimas décadas, Chun diz que eles podem usar o crescimento para “avançar outras formas de poder, como fortalecer a capacidade militar para promover domínio nas operações militares internacionais e outras guerras convencionais, implementar políticas externas e estabelecer relações diplomáticas emponderadas e bem equipadas” (CHUN, 2016, p. 5). Esse status se relacionaria intimamente com a maneira com

que os países do BRICS se percebem e querem ser percebidos. No entanto, o autor diz que “atingir o status de superpotência não é meramente uma questão de possuir ou controlar recursos em uma escala global, apesar disso ser um fator de empoderamento vital [...]” (CHUN, 2016, p. 30).

Os elementos que Chun identifica para um ter um status de super potência conversam diretamente com o que já foi apresentado até agora. Habilidades como “definir ou influenciar a agenda de segurança global” e possuir uma “agenda de política externa e a extensão a qual ela alcança outras nações” são possíveis de serem encaixadas dentro da categoria de percepção e status (CHUN, 2016, p. 30). Isso porque eles determinam “a posição do país na ordem de poder global” (CHUN, 2016, p. 30), ou seja, o ranking dentro da hierarquia global, como é dito por outros autores (MURRAY, 2018; PAUL; LARSON; WOHLFORTH, 2014; TAMMEN; KUGLER; LEMKE, 2000).

Outra interpretação sobre a relação do BRICS com o status internacional é oferecida por Van Noort (2017, 2019). Ao afirmar que o bloco se utiliza de uma narrativa cuja mensagem é a reconstituição da ordem internacional a fim de que ela seja mais justa e representativa, a autora diz que o BRICS se vê como potências merecedoras de maior voz na política internacional ao mesmo tempo que elas estão marginalizadas desses espaços. Segundo ela, esse espírito de insatisfação se acentuou após a crise econômica de 2008, que revelou os problemas de uma globalização assimétrica que gera descontentamento das economias emergentes. Além do mais, os membros do bloco usam-no para requerer maior voz e representação no concerto das nações baseando essa reivindicação em seus pesos econômicos e políticos, tornando o sistema internacional mais democrático e igualitário, assim adquirindo seu status devido.

A questão de reconhecimento do BRICS vem chamado tanta atenção que autores começaram a medir de forma quantitativa a performance dos países membros em busca de status (RØREN; BEAUMONT, 2019). Partindo do pressuposto que os países do bloco vem demonstrado interesse em buscar “status social mais altos”, essa abordagem teve o objetivo de “indicar o quão bem sucedidos os países geraram reconhecimento da sociedade internacional” (RØREN; BEAUMONT, 2019, p. 1). Isso demonstra como a importância do status vem adentrando o debate sobre o BRICS e se tornando um aspecto essencial para a sua compreensão no cenário internacional. Dessa forma, pode-se ver que

em termos gerais, os países do BRICS se juntaram para formar um grupo próximo por causa dos interesses compartilhados dos cinco países. Apesar das divergências em termos de suas histórias, culturas e sistemas sociais, o BRICS se vangloria um enorme

potencial de desenvolvimento como países de mercado-emergentes vigorosos e constituem tanto uma nova força no sistema econômico global e como construtores ativos da nova ordem política e econômica internacional (XIUJUN, 2020, p. 1).

2.2 Nota metodológica

2.2.1 A função da Dinâmica Eu/Outro na Construção da Identidade

O objetivo dessa seção é demonstrar a lógica do funcionamento das produções e reproduções discursivas que possibilitam as divisões ontológicas entre o Eu e o Outro. A escolha da análise de discurso como metodologia para esse objetivo se mostra compatível com as perspectivas teóricas utilizadas neste trabalho a partir do momento em que se desenvolve uma análise das declarações de cúpula dos BRICS. Segundo Alexander Wendt (1994), as interações entre os Estados possuem entre si um caráter originado dos processos de relações sociais baseadas em significados intersubjetivos identificados cognitivamente uns pelos outros. No entanto, Maja Zehfuss (2001) afirma que essas relações sociais não podem transmitir nem possuir esses mesmos significados apontados por Wendt se elas não estiverem respaldadas em veículo linguístico compreendido pelos atores envolvidos, pois sem a linguagem não haveria um meio de influenciar “o contexto subjetivo das regras sobre o comportamento humano” (ZEHFUSS, 2001, p. 71). “Em outras palavras, as interpretações e processos de raciocínio, os quais traduzem o contexto subjacente de normas em atos sociais, são baseados no uso da linguagem” (ZEHFUSS, 2001, p. 71).

Desse modo, a análise de discurso tem o objetivo de mostrar as estruturas de significado e significância da linguagem² sobre qual a realidade é construída já que “coisas não possuem significado (o mundo material não transfere significado); mas, as pessoas constroem o significado das coisas, usando sistemas de sinais (predominantemente, mas não exclusivamente linguístico)” (MILLIKEN, 1999, p. 229). Além do mais, ainda segundo Milliken (1999), o discurso tem duas funções, entre outras, as quais serão de grande utilidade para este texto. A primeira é questão da reprodutividade discursiva marcada, principalmente, pela capacidade do discurso de “tornar inteligível algumas maneiras de estar no, e agir ao encontro, mundo, e de operacionalizar um ‘regime de verdade’ particular enquanto exclui outros modos possíveis de identidade e ação” (MILLIKEN, 1999, p. 229). A segunda função é encontrada na capacidade

² O conceito de linguagem aqui utilizado será o mesmo aplicado por Resende (2017, p.26): “prática social de construção e significação da realidade, capaz de criar objetos, sujeitos, situações, relações e estruturas e lhes atribuir significados e identidades.”

gerar oposições binárias, ou seja, estruturas linguísticas que estabelecem relações de poder dentro da qual um dos elementos da binaridade é privilegiado. Assim, “a análise de discurso nos permite enfatizar o papel da linguagem, da interpretação e da subjetividade nos processos de construção da realidade” (RESENDE, 2017, p. 26).

No entanto, não basta os atores serem capazes de construir uma realidade. Eles precisam saber como agir dentro dessa realidade. Segundo Mitzen (2006, p. 342), essa capacidade de agência só é possível quando o indivíduo consegue sistematizar “um ambiente cognitivo estável” e que sem ele o indivíduo “não consegue sistematicamente relacionar os fins aos meios, e não se torna claro como atingir seus fins”. Por isso, os indivíduos são “motivados a criar certeza cognitiva e comportamental, a qual eles criam estabelecendo rotinas” (MITZEN, 2006, p. 342). Esse estabelecimento dessa rotina e de sistematização da realidade pelo indivíduo é chamado de identidade “já que os fins são constitutivos de identidade” (MITZEN, 2006, p. 342), ou seja, “o senso subjetivo de que se é, o qual possibilita e motiva ação e escolha” (MITZEN, 2006, p. 344)³.

Essa noção do “eu”, portanto, não é uma fator cognitivo pré-estabelecido ou inato do indivíduo, mas produto de um processo de relações sociais. A lógica de formação e autocompreensão do “eu” inicia quando percebe-se o que não se é através de um processo de diferenciação diante do “não-eu” (LACAN, 2001). Em outras palavras, essa dinâmica “se refere à construção de um outro em justaposição do eu” (CULLINAME; RYAN, 2015, p. 2), onde um não existe sem o outro. “Sem o outro [...] o sujeito não pode, na verdade, conhecer a si próprio nem o mundo porque o significado é criado no discurso, onde as consciências se encontram” (NEUMANN, 1999, p. 13). Desse modo, para identificar uma identidade comum compartilhada pelos países do BRICS no âmbito do bloco, é útil buscar tanto quem é o Eu como quem é o Outro/Não-Eu dentro dos seus atos discursivo, materializados nas declarações de cúpula.

De acordo com Connolly (1991, p. 54), “a identidade requer diferença para existir e converter essa diferença em Outricidade, a fim de garantir sua própria certeza”. Desse modo, o papel do discurso na formação da identidade e na identificação do Outro se dá no fato de que é, por ele, que a linguagem forma e dá significado à dinâmica Eu/Outro (RESENDE; DA SILVA, 2020). “As práticas discursivas ajudam a formar as identidades. Discursos com

³ Esse pensamento é confirmado por Patterson e Monroe (1998, p. 321) quando afirmam que “nós criamos narrativas para interpretar e entender as realidades políticas em nossos entornos”. Subotic (2016, p. 612) também diz que a identidade, produzida por narrativas e discursos, é capaz de oferecer “um senso de espaço e um sendo de lugar). Um outro autor que mantém pensamento semelhante é Steele (2007, p. 904) ao expressar que “agentes estatais dão significado às suas ações a outros através da narrativa”.

narrativas de uma passado comum, de anseios e medos compartilhados, e de projetos comuns para o futuro, são empregados para racionalizar, justificar e difundir opções políticas” (RESENDE; DA SILVA, 2020, p. 22). Então, pode-se, concluir que esses atos de fala conseguem produzir uma consciência e uma ontologia que possibilitam “um senso de estabilidade, permitindo-nos mover adiante” (SUBOTIĆ, 2016, p. 612).

Diante disso, se o discurso consegue organizar a realidade a ponto de os atores serem capazes de sistematizar seus fins e meios, é possível dizer, também, que a política externa obedece a essa mesma lógica.

A política externa passaria então a ser entendida como processo de produção de diferenças que, por meio do estabelecimento da “Outricidade”, as fronteiras com o Outro seriam demarcadas e esse processamento seria importante para a sobrevivência do Eu, nesse caso do Estado (RESENDE; DA SILVA, 2020, p. 57).

A conclusão que podemos retirar desse pensamento é de que os Estados interagem com outros através de sua política externa que, por sua vez, tem como base as cadeias de significados discursivos e interpretações intersubjetivas (RESENDE, 2017). Como afirma Doty (1993, p. 298), “eles pressupõem uma subjetividade particular [...], um contexto de práticas sociais/discursivas e significados os qual tornam possível as práticas bem como os atores sociais”.

O Outro, como foi dito, deve ser diferente do Eu. Desse modo, em uma identidade coletiva, como no caso do BRICS, deve-se apresentar “as atitudes, as quais todos os membros daquele grupo tem em comum em seus pensamentos e comportamentos, os quais os diferenciam dos Outros” (MÜNCH, 2001, p. 137). Esse processo faz com que o fato de pertencer a um grupo ou ser membro de uma coletividade implique na exclusão de outros membros pelo fato desses não apresentarem os pensamentos e comportamentos semelhantes (BRETHERTON; VOGLER, 2005). Então, a existência do Eu “pressupõe a presença de tanto o Outro generalizado como uma multidão de específicos Outros, os quais constituem a identidade do Eu, e os quais são, em sua vez, tomados como pontos de referência pelo Eu em definir, validar e performar sua identidade” (MOROZOV; RUMELILI, 2012, p. 30).

Ainda levando em consideração o fato de o BRICS ser um agente coletivo, ou seja, compostos por diferentes membros com relevantes diferenças entre si, é digno de nota mostrar que em suas declarações de cúpula o pronome “nós” (incluindo todas suas variações) se faz presente. Ao utilizar abordagens realizadas por Jacques Derrida (1986) para analisar a Declaração de Independência dos EUA, Cavalcanti (2012, p. 143) afirma que “as declarações, sejam ou não de independência, dirigem-se sempre aos outros. Por esta razão, elas costumam

ter uma estrutura semelhante. Geralmente, são iniciadas por pronomes da primeira pessoa, como ‘nós’. Assim, o “nós” tem o papel de atenuar as diferenças entre aqueles envolvidos na declaração ao mesmo tempo que possui a capacidade de criar “um efeito monológico no texto” (CAVALCANTI, 2012, p. 144).

Ademais esse pronome tem o “potencial para funcionar como significante flutuante porque possui função dêitica” (RESENDE, 2017, p. 187). Bebendo de fontes autores como Levinson (1984) e Nunberg (1993), Resende (2017, p. 187) afirma que “[a] figura da dêixis interpela o ouvinte a se posicionar em relação à fala e o falante, fazendo com que ele se identifique – ou não – como pertencente ao mesmo grupo, tempo, ou espaço do falante. Ele constrói o sentido de grupo”. O conceito da dêixis é útil para este trabalho à medida em que se trata de uma “poderosa estratégia discursiva para fixar referências, forjar identificação e associação entre falante e ouvinte, construir sentimento de pertencimento a uma coletividade, além de atrair e aglutinar terceiros para o polo do falante”, ou seja, “ela é criadora do ‘we-feeling’ ” (RESENDE, 2017, p. 188). Portanto, diante da heterogeneidade do BRICS, a dêixis “seria capaz de aglutinar particulares e articulá-las à totalidade do grupo de forma a criar um sentimento de ‘we-feeling’ entre os indivíduos que o compõe” (RESENDE, 2017, p. 242).

No entanto, é necessário destacar que tanto o Eu como o Outro são construções sociais formadas por relações de intersubjetividades entre os agentes. “Representações são, assim, um produto de construções mútuas do Eu e do Outro” (REINKE DE BUITRAGO, 2012, p. xiv) além de serem dependentes de ideias e conteúdos mentais subjetivos. Outra questão se dá na grande diferença e divergências de interesses entre o BRICS o que faz com que a associação do bloco seja “constantemente reproduzida nos textos oficiais das cúpulas” (CAVALCANTI, 2012, p. 23). De acordo com Cavalcanti (2012, p. 23) “[s]endo uma comunidade ‘sem fundamento’, ela só poderá continuar existindo enquanto *coup de force* do ato fundador (as declarações) puder ser repetido discursivamente”. Ela prossegue dizendo que “[o] fundamento é contingente e não definitivo. Daí a necessidade de uma constante repetição do ato fundacional” (CAVALCANTI, 2012, p. 23).

2.2.2 Técnicas de análise de discurso

Diante do que foi dito, é relevante reafirmar qual foi a pergunta-problema que inspirou a elaboração deste trabalho: “Como se constrói a identidade do BRICS e o que ela significa?”.

É importante ressaltar o tipo de pergunta feita para haver uma definição mais clara de qual metodologia usar para que a resposta seja mais eficiente em sua capacidade explicativa. Segundo Lynn Doty (1993, p. 298, grifo da autora), “as abordagens convencionais para análise de política externa não apresentam este tipo de *how-question*. Análise de política externa está geralmente preocupada com explicar o *porquê* de decisões particulares resultarem em cursos específicos de ação foram feitos”. Dessa forma, pode-se ver que para Doty (1993) existem dois tipos de perguntas: as perguntas “por quês” e as perguntas “como”.

É relevante destacar a diferença entre esses dois tipos de pergunta já que “explicações para perguntas-por que são incompletas de um jeito importante. Elas geralmente tomam como não-problemáticas a *possibilidade* que uma decisão ou curso particular de uma ação poderia acontecer” (DOTY, 1993, p. 298)⁴. A vantagem que a autora indica em relação às perguntas “como” em detrimento das perguntas “por que” é que a primeira possibilita a produção das cadeias de significados atrelados aos sujeitos e objetos analisados o que explica a possibilidade haver certas possibilidades de ação. “O que é explicado não é *por quê* um resultado particular foi obtido, mas *como* os sujeitos, objetos, e disposições interpretativas forma socialmente construídas a ponto que certas práticas foram feitas possíveis” (DOTY, 1993, p. 298, grifos da autora). Todavia, de que maneira essa interpretação é feita?

Segundo a própria autora, as perguntas-como “estão preocupada com a explicação de como estes significados, sujeitos e disposições são construídas” (DOTY, 1993, p. 299). Assim, a produção de significados é o ponto central desse tipo de abordagem já que é nas relações de poder em que essas subjetividades e interpretações possuem sustentação significativa. Partindo desse pressuposto, a autora afirma que existem três questões importantes possibilitadas por essa abordagem. De maneira resumida e não exaustiva, as questões são: 1) os sujeitos precisam estar dentro de uma ordem social para perceberem sua realidade; 2) ao privilegiar as percepções desses mesmos sujeitos, não é possível buscar uma realidade objetiva; e 3) o sujeito, em si mesmo, se torna um objeto problematizável (DOTY, 1993).

Por outro lado, esses mesmos sujeitos engajados na produção de realidade e significados não podem se encontrar isolados na sua ordem social já que a intersubjetividade é necessária

⁴ Um exemplo dado pela autora que explica muito bem a falta de problematização de certas percepções é quando se pergunta “Por que os Estados Unidos invadiram o Panamá?”. Ela afirma que algumas respostas para esse questionamento podem ser encontradas na vontade dos EUA de combater o tráfico de drogas na região ou que Washington queria fortalecer sua imagem internacional como um país forte e decisivo. No entanto, ela diz que apesar dessas explicações apresentarem diferentes capacidades de explicação, elas são incompletas pois partem de pressuposto de que a invasão poderia ocorrer. Então, ela diz que “a possibilidade de práticas pressupõem a habilidade de um agente de imaginar certos cursos de ação” (DOTY, 1993, p. 298).

para a construção de consciências (NEUMANN, 1999). Portanto, Doty (1993, p.302, grifo da autora) afirma que os “significantes (palavras, imagens) [...] se referem somente a outros significantes, daí criando a noção de *intertextualidade*, i.e., uma rede complexa e infinitamente expansora de possíveis significados”.

Isto é o porquê a noção de intertextualidade é importante. Textos sempre se referem de volta a outros textos os quais eles mesmos se referem a outros textos ainda. O poder que é inerente na linguagem não é, assim, algo que é centralizado, emanando de um sujeito pré-dado. Ao contrário, como as práticas discursivas nos quais ele herda, o poder é disperso e, mais importante, é produtivo de sujeitos e seus mundos (DOTY, 1993, p. 302).

Essa intertextualidade, portanto, é que o torna possível a compreensão dos textos e dos atos discursivos realizados pelos atores. Segundo a autora, para que eles possam comunicar sua mensagem de modo a serem entendidas, eles “devem fazer sentido e caber com o que o público geral toma como ‘realidade’” (DOTY, 1993, p. 303). Então, assim como a autora fez ao longo do seu artigo, eu replicarei sua metodologia na análise das declarações de cúpula do BRICS. “Não estou provendo uma interpretação das imagens conscientemente motivadas, auto interessadas construídas pelos participantes. Ao contrário, eu estou provendo uma interpretação do que as práticas discursivas fazem” (DOTY, 1993, p. 305).

Com esse objetivo, a autora utiliza os conceitos de pressuposição, predicação e posicionamento do sujeito. O primeiro conceito encontra sua funcionalidade no fato de que “afirmações raramente falam por si mesmas. Mesmo as afirmações mais diretas e ostensivamente claras trazem com elas todas as sortes de pressuposições ou conhecimento contextual que é tomado como verdade” (DOTY, 1993, p. 306). O segundo “envolve o ligamento de certas qualidade a sujeitos particulares através do uso de predicados e advérbios e adjetivos que os modificam” (DOTY, 1993, p. 306). O último conceito, finalmente, tem como papel a definição dos “relacionamentos que o sujeito é posicionado em relação aos outros tipos de sujeito” (DOTY, 1993, p. 306). Assim, essa metodologia será útil a este trabalho já que “estes mecanismos textuais, *predicação, pressuposição, e posicionamento do sujeito*, produzem um ‘mundo’ por prover posições para vários tipos de sujeitos e lhes dotando atributos particulares” (DOTY, 1993, p. 306–307, grifo da autora).

Desse modo, a técnica utilizada por Doty (1993) será muito relevante para a identificação da construção dos significados apresentados nos textos de declaração. No entanto, como foi visto anteriormente, a construção de uma identidade, ou seja, de um “Eu” ou “Nós”, é, em algum grau, edificado em relação a um “Outro” ou “Eles”. Além disso, por razões

políticas e diplomáticas, esses tipos de declarações não apresentam esse “Outro” de forma explícita e direta, mas silenciado. Diante disso, como encontrar esse “Outro” oculto?

Flávia Guerra Cavalcanti, ao analisar a construção discursiva da parceria estratégica entre a União Europeia com a América Latina e Caribe, oferece um caminho interpretativo e metodológico que satisfaz esse objetivo.

A ideia de um espaço birregional entre a UE e América Latina e Caribe é construída com base em uma suposta semelhança entre as duas regiões. Esta proximidade permitiria impulsionar um projeto de remodelamento da ordem internacional com características diferentes do projeto norte-americano. A criação do “nós” da associação estratégica dependia, portanto, de uma oposição desse “nós” ao “outro norte-americano” (CAVALCANTI, 2012, p. 13).

Ela prossegue: “[e]ssas relações com o ‘outro norte-americano’ ou com o “outro bárbaro latino-americano” não estão explícitas nas declarações de cúpula. Só chegamos a estes ‘outros’ pela análise das cadeias de significantes que, em variados contextos, produzem efeitos de diferenciação” (CAVALCANTI, 2012, p. 13).

O arcabouço teórico que permite essas inferências do “implícito” pode ser encontrado nos trabalhos de Mikhail Bakhtin em suas reflexões sobre o papel dialógico da linguagem. Ao refletir sobre o aparente aspecto monológico das cúpulas entre UE e América Latina e Caribe, Cavalcanti (2012, p. 148) diz que “o monologismo de discurso das cúpulas é apenas aparente, porque [...] todo discurso é dialógico, ainda que muitas vezes a polifonia esteja implícita.” Isso vai ao encontro das lógicas teóricas sobre o processo de formação de identidade utilizadas neste trabalho já que, nos casos das cúpulas analisadas por Cavalcanti (2012, p. 148), “[o] dialogismo implícito no texto das declarações aparece de diversas formas, por um lado, existe um ‘outro ausente’, os Estados Unidos, contra o qual a comunidade UE-ALC cria sua identidade.” Diante disso, este trabalho parte para uma breve exposição da teoria linguística de Bakhtin, suas percepções de dialogismo que possibilitam a identificação do “Outro”, mesmo que ele esteja oculto dentro do texto.

Em primeiro lugar, faz-se importante dizer que Bakhtin afirma que a percepção da realidade por qualquer sujeito só é possível através da linguagem (FIORIN, 2006). A justificativa para essa análise vem da percepção de que “um objeto qualquer do mundo interior ou exterior mostra-se sempre perpassado por ideias gerais, por pontos de vista, por apreciações dos outros; dá-se a conhecer para nós desacreditado, contestado, avaliado, exaltado, categorizado, iluminado pelo discurso alheio” (FIORIN, 2006, p. 22). Então, a visão de Bakhtin afirma que qualquer objeto existente está envolto em diferentes discursos que lhe dão sentido

social possibilitando que o enunciador sempre leve em consideração um outro alheio. Por isso que, para Bakhtin, “a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem propriedade de ser dialógica” e que “todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos” (FIORIN, 2006, p. 21).

No entanto, o que são os enunciados? “Os enunciado são concebidos como unidade de comunicação, como unidade de significação necessariamente contextualizado” (BRAIT; MELO, 2005, p. 63). Desse modo, ao serem transmitidos pelos enunciadores, as mensagens carregam “marcas da subjetividade, da intersubjetividade, da alteridade que caracterizam a linguagem em uso” (BRAIT; MELO, 2005, p. 63–64). Então, “o enunciado é uma posição assumida por um enunciador, é um sentido. O texto é a manifestação do enunciado, é uma realidade imediata, dotada de materialidade, que advém do fato de ser um conjunto de signos” (FIORIN, 2006, p. 57).

Cabe dizer, também, que o enunciador nunca age linguisticamente dentro de um vazio social, fazendo com que haja um destinatário desse ato de fala. “Nesse sentido, o enunciado tem autor e necessariamente destinatário. Esse destinatário tem várias faces, vários perfis, várias dimensões” (BRAIT; MELO, 2005, p. 71). Essa possibilidade de haver destinatários conversa diretamente com que “cada vez que se produz um enunciado o que se está fazendo é participar de um diálogo com outros discursos” (FIORIN, 2006, p. 24) já que “mesmo o texto mais aparentemente monológico não é produto de um indivíduo, mas de uma interação entre interlocutores e discursos” (CAVALCANTI, 2012, p. 114). Ainda segundo a interpretação de Fiorin (2006, p. 27), e diante dessa lógica de diálogo dos enunciados, é possível ouvir, “ao menos, duas vozes”, dentro deles, “a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói”.

Ainda segundo Cavalcanti (2012), essas duas ou mais vozes podem aparecer de duas maneiras diferentes dentro do texto: explicitamente ou implicitamente. A primeira forma seria caracterizada por um “momento em que as diferentes vozes estão presentes e em oposição explícita em uma cadeia de significantes” (CAVALCANTI, 2012, p. 118). Já a forma implícita “existe quando os termos presentes na cadeia de significantes se relacionam com termos ausentes. No entanto, o efeito produzido por esta relação entre significantes presentes e ausentes é monológico” (CAVALCANTI, 2012, p. 118). Então, “a declaração não argumenta diretamente contra alguém, mas comunica ao mundo o seu ponto de vista. Entretanto, ao fazê-lo, está indiretamente se contrapondo a outras opiniões” (CAVALCANTI, 2012, p. 148). Diante disso, este trabalho se utilizará dos métodos das duas autoras da seguinte forma: a fim de encontrar uma identidade comum do BRICS em suas declarações de cúpula, buscar-se-á

identificar um processo de outrificação através de cadeias de significantes baseados em pressuposição, predicação e/ou posicionamento do sujeito.

2.3 Declarações selecionadas

Apesar de haver doze declarações de cúpula do BRICS dentro do período analisado, tanto o tamanho e espaço alocado para a realização deste trabalho, juntamente com a grande quantidade de informações presentes em cada uma delas, faz com que somente algumas delas sejam selecionadas para a realização do trabalho. Apesar dessa delimitação suscitar questionamentos, as amostras escolhidas não foram feitas de forma arbitrária ou sem embasamento. De acordo com Bardin (2011), uma das principais vozes da metodologia de análise de conteúdo, não é necessário analisar de todos os textos a fim de esgotar o espaço amostral. Bastaria analisar o espaço amostral capaz de representar o objeto a ser pesquisado. Diante disso, o trabalho parte para a definição das declarações de cúpulas que serão analisadas além de explicitar sua capacidade representativa do conjunto total das declarações.

A primeira a ser analisada é a Declaração de Ecaterimburgo (2009). A razão da escolha dessa declaração se dá por dois fatores. A primeira razão se baseia no fato de que foi essa declaração que fundou o BRICS como bloco. Deve-se lembrar que a criação do acrônimo BRICS por Jim O'Neill não possuía nenhum compromisso político, servindo apenas a investidores internacionais na identificação de países que apresentavam oportunidades favoráveis de negócios. Desse modo, pode-se dizer que o BRICS é criado nesse momento. Parafraseando Jacques Derrida⁵ em relação à declaração de independência dos EUA: “O BRIC não existe. Ele não existe como uma entidade, ele não existe antes da declaração”. Então, a declaração define um padrão existencial para que o bloco continue existindo como uma entidade política. Essa lógica é explicada por Cavalcanti (2012, p. 23) quando ela diz que “[s]endo a comunidade ‘sem fundamento’, ela só poderá continuar existindo enquanto o *coup de force* do ator fundador (as declarações) puder ser repetido discursivamente”.

A segunda razão se dá pelo conteúdo da declaração. Como ato fundador, a *raison d'être* do bloco encontra-se ali. A declaração de 2009 é o plano diretor que influenciará tanto todas as

⁵ Originalmente a frase fala: “O povo não existe. Ele não existe como uma entidade, ele não existe antes da declaração” (DERRIDA, 1986, p. 10).

declarações seguintes do BRICS como as ações do bloco em pôr seus objetivos em prática. Portanto, a repetição do “espírito de Ecaterimburgo” seria um fenômeno de iterabilidade, ou seja, de repetição. Ainda segundo Cavalcanti (2012, p. 23), “[n]a lógica da iterabilidade, temos repetição mecânica e, ao mesmo tempo, transformação e singularidade, ou seja: a repetição produz a diferença. A repetição e a cópia sempre criam algo novo, diferente do original – uma nova singularidade”.

A segunda declaração a ser estudada é a Declaração de Nova Délhi (2013). O principal motivo da escolha é o fato de que se trata da primeira cúpula oficial do BRICS com a presença da África do Sul, o que demonstra o descolamento do propósito inicial do acrônimo destinado ao mercado financeiro privado em sua criação já que o a África do Sul não estava inserida inicialmente no bloco. Ao adicionar o país africano, o BRICS buscava uma maior projeção internacional e uma maior legitimidade perante o mundo em desenvolvimento (RIBEIRO; MORAES, 2015). A inclusão do país é justificada pelo “interesse dos demais membros do BRICS em construir um vínculo maior com o continente africano como um todo e ampliar a representatividade do grupo” (MEDEIROS, 2021, p. 130). Dessa forma, incluir a África do Sul foi, além de um ato estratégico e político, um símbolo da apropriação da sigla BRICS pelos países-membros, deu autonomia ao projeto.

A terceira declaração é a Declaração de Fortaleza (2014). A grande importância dessa reunião de cúpula foi a inauguração do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Criado como uma alternativa às tradicionais organizações internacionais financeiras, como o FMI e o Banco Mundial, (CORRÊA, 2014; STIGLITZ, 2014), o NDB pode ser considerado como um resultado de um processo de reconhecimento bloco em relação “um consenso para sua cooperação real e objetiva” (SAMAY, 2021, p. 15). A criação do NDB seria a materialização dos objetivos do BRICS, ou seja, a convergência de seus interesses e a maior institucionalização das suas relações a fim de consolidar o bloco como um ator internacional relevante. A criação do NDB tem ainda mais relevância quando Cavalcanti (2012, p. 28), ao falar sobre a parceria estratégica entre a UE e a América Latina e Caribe, diz que a União Europeia “declarou que a associação estratégica não poderia progredir enquanto não a América Latina não falasse com uma única voz”. Diante disso, pode-se afirmar que o BRICS, a partir de 2014, conseguiram encontrar uma “única voz” capaz de relacionar seus fins com seus meios (MITZEN, 2006). Dito de outra forma, o BRICS encontrou a expressão institucional de sua cooperação.

O próximo capítulo, por sua vez, será dedicado a uma breve retrospectiva da evolução do bloco do BRICS e a uma análise dessas três declarações da cúpula do BRICS. Utilizando os métodos de Doty (1993) e de Cavalcanti (2012), tentar-se-á compreender as construções discursivas do Eu e do Outro referenciais para a uma identidade comum. Além dos métodos de construção discursiva, este trabalho buscará elementos de construção dêitica a fim de encontrar comprovar a existência de um *we-feeling* compreendido dentro das declarações analisadas. No entanto, como foi mostrado anteriormente, a existência do Eu não se dá em um vácuo existencial, mas somente na existência de um Outro, mesmo que esse Outro seja ausente no texto. Por consequência, somado aos elementos dêiticos, buscar-se-á elementos que indicam as referências ao Outro. Por fim, será almejado a busca de similaridades e diferenças entre os três textos a fim de confirmar suas lógicas internas.

3 ELEMENTOS DE FORMAÇÃO DE IDENTIDADE COMUM NAS DECLARAÇÕES DO BRICS (2009, 2011, 2014)

Para compreender os significados declarações de cúpulas do BRICS tanto no processo de evolução do bloco como na construção de uma diferenciação em relação ao outro e busca de similaridades, este capítulo tangenciará as seguintes questões. A primeira parte deste capítulo será destinada a fazer uma retrospectiva da evolução do bloco, desde sua concepção de acrônimo produzido e destinado ao mercado financeiro, em 2001, até ao ano de 2020. Essa parte se justifica em sua responsabilidade de demonstrar as mudanças e periodizações do bloco ao longo de duas décadas assim como as mudanças dos seus principais interesses e desafios, o que é essencial para compreender a identidade do BRICS nos dias de hoje.

A segunda parte, utilizando as declarações de cúpula de Ecaterimburgo (2009), Sanya (2011) e Fortaleza (2014), buscar-se-á identificar as construções discursivas que reproduzam relações sociais estabelecidas de processos de diferenciação entre o “Eu” e o “Outro”, a fim de explorar uma possível identidade comum entre os BRICS. Para alcançar este objetivo, esse capítulo será dividido em duas partes. A primeira será destinada à identificação e definição dos significados das pressuposições, das predicções e dos posicionamentos de sujeito (1993). A segunda parte será destinada à identificação do “Outro” oculto dentro de uma lógica de binaridade na qual um dos elementos é privilegiado em detrimento do outro (MILLIKEN, 1999). Por meio da identificação das cadeias de significantes, Cavalcanti (2012) diz que é possível inferir um processo de identificação do “Outro” do qual o “Eu” se diferencia (RESENDE; DA SILVA, 2020).

3.1 Retrospectiva da evolução do BRICS

A história da criação e da evolução do BRICS não possui uma trajetória linear nem foi resultado de um pensamento a priori dos membros. Pensado pela primeira vez pelo mercado financeiro com o objetivo de indicar países com altas taxas de crescimento, PIB grande e relevante mercado consumidor, o acrônimo “era uma solução rápida e eficaz para lembrar onde estariam, em médio e longo prazos, boas oportunidades” (FONSECA JR, 2012, p. 13). Os

países do BRIC¹ nunca pensaram em construir, em forma conjunta, algo como o bloco é atualmente e foi somente “uma combinação de sem precedentes de fatores em 2008; que levou à cooperação sem precedentes, entre as potências ascendentes no contexto do grupo do BRICS” (STUENKEL, 2017, p. 25). Além disso, esses países não possuíam histórico de cooperação intensa, além de possuírem diferenças políticas, históricas e culturais profundas (LEÃO, 2012)². Assim, a atitude de formar um bloco foi recebida com surpresa e ceticismo por muitos, ao afirmarem que o membros do BRICS “são profundamente divididos em questão básicas e são rivais em muitas maneiras, não aliados, na economia global” (POLGREEN, 2013, s/p). No entanto, apesar de tudo, hoje o bloco possui uma “coordenação em reuniões e organizações internacionais” e desenvolve “uma agenda de cooperação multisetorial entre seus membros, a qual foca na esfera econômica, financeira e governança política” (SAMAY, 2021, p. 1). Então, como se deu a evolução de um simples acrônimo do mercado financeiro para bloco multilateral?

Antes de responder a essa questão, cabe, primeiro, definir as fases de evolução do bloco para uma melhor compreensão descritiva do fenômeno, devido à relação entre o tempo de existência do BRICS e a quantidade de informação disponível. Outro ponto digno de nota é que este trabalho não se propõe a ser um estudo historiográfico das interações entre Brasil, Rússia, Índia, China, e posteriormente, a África do Sul. Seu propósito é sintetizar os principais processos e acontecimentos para a transformação de um simples acrônimo para a formação de um bloco com aspectos políticos. Então, para fins deste trabalho e a fim de torna-lo mais didático, escolheu-se a divisão temporal feita por Mohammad Ali Samay (2021)³. Cabe-se dizer, também, que se optou por essa divisão pois ela abrange todo o período de existência do BRICS (tanto como conceito financeiro como bloco político), diferentemente das outras que

¹ A África do Sul não fazia parte do acrônimo original criado por Jim O’Neill. Inclusive, quando perguntado sobre o ingresso do país africano no bloco, O’Neill não via na África do Sul a potencialidade de crescimento e relevância que ele via nos outros membros do BRICS. Durante uma entrevista ele diz que “quando eu criei o acrônimo ‘Bric’ mais de 10 anos atrás, era destinado a descrever aqueles países grandes o suficiente hoje, ou os quais podem ser grandes o suficiente no futuro [...]”. Na mesma entrevista, ele continua: “Há muitos outros países maiores que a África do Sul que me abordaram e me pediram para considerar a usar um das suas iniciais como de um novo, mais amplo acrônimo, mas eu acho difícil ver como eles podem alcançar o status dessa simples definição” (PATEL, 2012, s/p).

² As principais diferenças entre o BRICS se dão no campo político, econômico e cultural. No primeiro ponto, é evidente a variedade dos seus regimes políticos. Enquanto a Índia, a África do Sul e o Brasil são democracias mais ou menos consolidadas, a China se considera uma república popular marxista e a Rússia é um país com características autocráticas. No campo econômico, é possível ver que a China é altamente industrializada ao passo que a África do Sul, Brasil e Rússia possuem uma grande dependência de produtos primários na sua pauta de exportação. Além desses dois fatores, a cultura desses países diferenciam muito entre si, sejam nos campos linguísticos, religiosos e filosóficos (ARMIJO, 2007).

³ Existem outras divisões feitas por outros autores. Stuenkel (2017) trabalha com cinco divisões: 2001-2006; 2006-2008; 2009-2010; 2011; 2012-2016. Já Medeiros (2021) utiliza três divisões: 2006-2010; 2010-2014; 2014-2020.

não possuem essa abrangência, tanto por razões cronológicas como por razões delimitação de pesquisa.

Essa divisão se divide em três eras: a primeira abrange desde 2001 até 2009; a segunda, de 2009 até 2014; e a terceira, de 2015 até 2021⁴. O primeiro período é marcado, segundo o autor, pela criação do acrônimo pelo Goldman Sachs e pela primeira cúpula do BRIC. No segundo período, “os países membros do BRICS trabalharam juntos para encontrar algum terreno comum para sua cooperação real e objetiva” (SAMAY, 2021, p. 15). Já a última parte é marcada pela o encontro desse “terreno comum” e o preparo para “cooperação prática como o estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS, como também o processo de construir instituições necessárias para uma cooperação do BRICS mais profunda e sustentável” (SAMAY, 2021, p. 16). Definida a divisão temporal, o trabalho parte agora para a descrição da evolução institucional do BRICS.

Tabela 1: Evolução institucional do BRICS

FASES	ACONTECIMENTOS
1ª fase (2001-2009)	Relatório do Goldman Sachs “Building Better Global Economic BRICS”
	Relatório do Goldman Sachs “Dreaming with the BRICs: The Path to 2050”
	Relatório do Goldman Sachs “How Solid are the BRICs?”
	1º Encontro de oficiais do governo dos BRIC à margem do 32º encontro do G8 em São Petersburgo
	1ª Reunião Informal dos Ministros das Relações Exteriores do BRICs em Nova York à margem da 61ª AGNU
	2ª Reunião Informal dos Ministros das Relações Exteriores do BRICs em Nova York à margem da 62ª AGNU
	1ª Reunião Independente dos Ministros das Relações Exteriores do BRICs
	1ª Reunião dos Líderes dos BRICs à margem da 34ª cúpula do G8 em Hokkaido
	Reunião à parte <i>ad hoc</i> dos ministros das Finanças dos BRICs em São Paulo
	Reunião dos Ministros das Finanças dos BRICs em preparação para a Cúpula do G20 em Londres
	I Cúpula do BRIC – Ecaterimburgo (Rússia)
	II Cúpula do BRIC – Brasília (Brasil)

⁴ No entanto, este trabalho se propõe somente analisar as declarações de cúpula de 2009 a 2020.

2ª fase (2009-2014)	III Cúpula do BRICS – Sanya (China)
	IV Cúpula do BRICS – Nova Déli (Índia)
	V Cúpula do BRICS – Durban (África do Sul)
3ª fase (2014-2020)	VI Cúpula do BRICS – Fortaleza (Brasil)
	VII Cúpula do BRICS – Ufá (Rússia)
	VIII Cúpula do BRICS – Goa (Índia)
	IX Cúpula do BRICS – Xiamen (China)
	X Cúpula do BRICS – Johannesburgo (África do Sul)
	XI Cúpula do BRICS – Brasília (Brasil)
XII Cúpula do BRICS – Moscou (Rússia)	

Fonte: AUTOR, 2021 baseada em Samay (2021)

3.1.1 1ª fase (2001-2009)

Tabela 2: 1ª fase da evolução institucional do BRICS

1ª fase (2001-2009)	Relatório do Goldman Sachs “Building Better Global Economic BRICS”
	Relatório do Goldman Sachs “Dreaming with the BRICs: The Path to 2050”
	Relatório do Goldman Sachs “How Solid are the BRICs?”
	1º Encontro de oficiais do governo dos BRIC à margem do 32º encontro do G8 em São Petersburgo
	1ª Reunião Informal dos Ministros das Relações Exteriores do BRICs em Nova York à margem da 61ª AGNU
	2ª Reunião Informal dos Ministros das Relações Exteriores do BRICs em Nova York à margem da 62ª AGNU
	1ª Reunião Independente dos Ministros das Relações Exteriores do BRICs
	1ª Reunião dos Líderes dos BRICs à margem da 34ª cúpula do G8 em Hokkaido
	Reunião à parte <i>ad hoc</i> dos ministros das Finaças dos BRICs em São Paulo
	Reunião dos Ministros das Finanças dos BRICs em preparação para a Cúpula do G20 em Londres

Fonte: AUTOR, 2021

Como visto anteriormente no capítulo 1, o fim inesperado da Guerra Fria causou uma reformulação dos cálculos dos tomadores de decisão e dos formuladores de política externa. A sensação de previsibilidade da bipolaridade terminou e o mundo se encontrava “à deriva” (MAHBUBANI, 2011). Ou seja, “[...] desde o fim da Guerra Fria, mas especialmente na entrada do século XXI, existe uma demanda de ordem e não está claro quem vai produzir a oferta” (FONSECA JR, 2012, p. 15). Diante disso, nesse ambiente complicado da década de 1990, “todos os grandes países estão reformando o ambiente internacional e reexaminando e ajustando suas políticas externas” (CHEN, 1993, p. 237). Diante desse cenário de incerteza, os países que posteriormente formariam o BRICS começaram a reformular seus direcionamentos de política externa já nesse período.

No caso do Brasil, segundo Maria Edileuza Fontenele Reis, representante do Brasil no BRICS, a Subsecretaria de Planejamento Político e Econômico do Itamaraty traçava “parcerias promissoras com países que, a exemplo do Brasil, eram detentores de vastos territórios, grandes populações, ricos em recursos naturais e detinham certo grau de desenvolvimento científico e tecnológico. Esses países eram a Rússia, a Índia e a China” (2012, p. 33). A Rússia, por sua vez, teve na Doutrina Primakov⁵ seu momento de buscar novos parceiros estratégicos (BELOPOLSKY, 2008). O país se percebia como “uma grande potência que quer manter relações de parcerias com todos e ao mesmo tempo manter distância nessas relações com ambos o Oriente e o Ocidente” (KUPRIYANOV, 2019, s/p). O caso indiano também faz eco com as posturas brasileira e russa. É dito que a “Índia precisou formar diferentes alianças estratégicas e táticas, especialmente em avançar sua política econômica internacional” (CHIRIYANKANDATH, 2004, p. 201)⁶. A China possui uma estratégia semelhantes as desses países. Além de continuar na sua tradição de cooperação com o Terceiro Mundo, o país “adotou uma política diplomática omnidirecional, definida como melhorar relações com todos os pises, ambos desenvolvidos e em desenvolvimento” (CHEN, 1993, p. 242)⁷. A África do Sul também apresenta um perfil de busca de maior integração e diversificação de parcerias no contexto internacional. Saindo do período do Apartheid, o país buscou ser um representante do continente africano nas organizações internacionais ao mesmo tempo que desenvolveu relações mais próximas com os seus vizinhos, depois de períodos de isolamento, e intensificou parcerias

⁵ Formulada pelo ministro das Relações Exteriores da Rússia Yevgeni Primakov, essa doutrina se caracterizava como “uma política externa multivetorial baseada na maximização dos interesses russos através de parcerias tanto como o Oriente como o Ocidente.” (BELOPOLSKY, 2008, p. 21)

⁶ Para saber mais sobre o posicionamento indiano no pós-Guerra Fria, ver Perkovich (2003), Ganguly e Pardesi (2009).

⁷ Outros autores que desenvolvem essa questão são Yi (1994) e Yan (2014).

com outros líderes regionais como o Brasil e a Índia dentro do arcabouço do IBAS (BARBER, 2005; FLEMES, 2009).

Tudo isso mostra que os países do BRICS já passavam por processos de diversificação de seus parceiros em política externa antes mesmo da criação do acrônimo, demonstrando, assim, que havia uma questão política e estratégia propícia para uma aproximação no futuro. No caso do Brasil, especificamente, essa diversificação da política externa teve início com as ações do ministro Celso Amorim como ministro das Relações Exteriores. Segundo Vigevani e Cepaluni (2018, p. 20),

[a] política externa de Amorim apresentava alguns elementos daquilo que denominamos de ‘autonomia pela diversificação’, na qual o país procura fortalecer suas parcerias estratégicas para ter não apenas maior poder de barganha com países ricos em fóruns multilaterais, mas também para ampliar seu espectro de interesses políticos, econômicos e tecnológicos, entre outros.

No entanto, apesar do governo Fernando Henrique Cardoso ter iniciado esse tipo de estratégia diplomática não houve um processo de institucionalização das parcerias que resultaram dessa autonomia pela diversificação. O governo Lula, por sua vez, “formou alianças estratégicas com países em desenvolvimento com capacidade similar de poder e que também desfrutavam de liderança em suas regiões”(VIGEVANI; CEPALUNI, 2018, p. 22)⁸. É importante dizer, também, que “a busca de aprofundamento de uma identidade internacional entre países em desenvolvimento com posições parcialmente similares na hierarquia de poder e com problemas sociais semelhantes é parte da estratégia da autonomia pela diversificação” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2018, p. 22–23). Conclui-se, então, que “[e]ssa estratégia se baseia em uma tentativa de influenciar a agenda de regimes internacionais por meio de coalizões de países em desenvolvimento que visam contrabalançar a agenda das nações desenvolvidas” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2018, p. 23). Dentro da lógica das divisões fornecidas por Samay (2021), a criação da sigla, em 2001, só veio reforçar a ideia uma estratégia, ainda que não pensada em conjunto pelos países membros, de diversificação e mudança nas suas respectivas políticas externas.

⁸ Segundo os próprios autores, o maior exemplo dessa estratégia no governo Cardoso foi o fortalecimento do Mercosul que “sempre foi pensado como uma plataforma de competição internacional no plano global” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2018, p. 21). Os exemplos do governo Lula foram a formalização de parceria estratégica do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), o reconhecimento da China como uma economia de mercado, além da criação do Grupo dos 20 (G20) durante a Rodada Doha em Cancún cujo “objetivo era reduzir os subsídios domésticos dos países ricos e aumentos o acesso aos mercados europeus e norte-americanos” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2018, p. 22)

Cabe dizer, também, que, em 2005, Jim O’Neill publicou um outro relatório chamado de “How Solid are the BRICs?”, que aumentou ainda mais a atenção em relação a esses países. Fazendo comparação ao relatório de 2003, o documento de 2005 afirmava que o crescimento do BRICs seria ainda mais rápido e intenso do que se esperava, além de declarar que os quatro países estão no topo do ranking dos países em desenvolvimento. No entanto, apesar de haver teorias que relacionam proporcionalmente o crescimento econômico com o nível de agência política dos Estados (GILPIN, 1981; KENNEDY, 1987; MORGENTHAU; THOMPSON; CLINTON, 1985), o BRICS era visto notadamente como uma questão de investimentos. Isso fica evidente no último parágrafo do relatório que diz: “Mas com o BRICs continuando a crescer em importância e suas interações de um com o outro e o mundo ainda crescendo, eles permanecerão um fator crítico no tema de investimento global de hoje e para muitos anos vindouros” (O’NEILL et al., 2005, p. 12). No entanto, foi no ano seguinte, em 2006, que foram lançadas as sementes políticas que frutificariam no BRICS como existe hoje.

Naquele mesmo ano, durante a cúpula do G8 em São Petersburgo⁹, houve o primeiro encontro dos países que formam o BRIC. A partir de uma iniciativa russa, o presidente Medvedev e o ministro das relações exteriores Lavrov, reuniram os representantes da China, Índia e Brasil “transformando a ideia de Jim O’Neill, então, numa realidade política” (STUENKEL, 2017, p. 27). Conforme visto anteriormente, esses países buscavam maior diversificação de suas parcerias. Moscou, em especial, depois do seu rebaixamento de superpotência após o fim da Guerra Fria (MACFARLANE, 2006), “buscava vincular o poder político-militar reemergente da Rússia com a ascensão econômica dos grandes países em desenvolvimento, apostando que esta ascensão iria futuramente se traduzir em poder político, diplomático e militar” (MEDEIROS, 2021, p. 71). Naquele mesmo ano ainda, uma reunião de caráter informal e discreto entre os ministros das relações exteriores aconteceu em Nova York, durante o encontro anual das Nações Unidas¹⁰ (COOPER, 2016). Apesar desse fator de não-

⁹ Esse encontro do G8 teve relevância significativa pois foi a primeira vez em que a Rússia se tornava anfitriã dessa reunião de cúpula. Com a pauta sendo definida tanto pelo anfitrião como pela conjuntura internacional, o G8 de 2006 discutiu assuntos como energia, educação e saúde pública tendo foco na segurança energética e na possibilidade de surgimentos de doenças infecciosas (PUTIN, 2006). No entanto havia problemas de segurança acabaram por ofuscar parte da agenda primária, como o conflito entre Israel e o Líbano, ambições nucleares do Irã e da Coreia do Norte (DW, 2006). Além desses temas, Brasil, China, África do Sul, México e Índia foram convidados para participar da reunião como modo de fortalecer a representatividade do G8. Desse modo, tanto a secundarização da pauta proposta por Putin quanto a insatisfação das potências emergentes em não serem membros plenos do G8 motivaram encontros em paralelo ao evento principal.

¹⁰ Segundo Stuenkel (2017), as discussões nesse encontro seguiram as tendências dos acontecimentos internacionais daquele momento, como a Guerra no Líbano. Além disso, a reunião anterior do G8 e a resistência das potências tradicionais em integrar os emergentes foram discutidas. Isso deu ímpeto para o surgimento de um “fator unificador entre os BRICs: o descontentamento crescente em relação à distribuição de poder no FMI e no

oficialidade, “os ministros comentaram um tema que havia lentamente surgido como um fator unificador entre os BRICS: o descontentamento crescente em relação à distribuição de poder no FMI e no Banco Mundial, bem como a indisposição prolongada do G8 em incluir potências emergentes” (STUENKEL, 2017, p. 28)¹¹.

Em 2007, também em paralelo a eventos das Nações Unidas¹², os representantes dos quatro países se encontram de novo, pela iniciativa do Brasil, e marcam um encontro em Ecatimburgo no ano seguinte. “Verifica-se, assim, que o forte ativismo e interesse do Brasil e da Rússia foram os principais motores do avanço do BRICs nos primeiros anos de formação, através da aposta nas possibilidades de identificação de interesses comuns e convergências” (MEDEIROS, 2021, p. 73). Assim, o ano de 2008¹³ marcaria “o momento em que o BRIC deixou de ser uma sigla que identificava quatro países ascendentes na ordem econômica internacional para se tornar uma entidade político-diplomática” (REIS, 2012, p. 36)¹⁴. Stuenkel

Banco Mundial” (STUENKEL, 2017, p. 28). O governo chinês também afirma que essa reunião progrediu no “aprofundamento da parceria estratégica do BRICS baseada no princípio de abertura, solidariedade, igualdade e entendimento mútuo, inclusão e cooperação benéfica mútua.” (CHINA, 2016, s/p). Muito disso se deu ao fato de que o assunto principal da Assembleia Geral da ONU em 2006 ser a “implementação de uma parceria global para o desenvolvimento” (ONU, 2006, s/p).

¹¹ Isso é reforçado por uma declaração feita pelo ex-Ministro das Relações Exteriores do Brasil Celso Amorim a um jornal brasileiro. Ele afirma que “o encontro diz mais sobre a multipolaridade do que quaisquer palavras. Os Brics são um exemplo de como países com culturas diversas podem se unir em torno de projetos comuns em favor da paz, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional. A convergência que soubemos cultivar, sem prejuízo da pluralidade de pontos de vista, deverá reforçar a ação dos quatro em diversas instâncias e foros multilaterais”(AMORIM, 2008, s/p).

¹² Esse ano foi marcado por acontecimentos que repercutiram principalmente na Rússia. Em 2007, a Bulgária e a Romênia entraram na União Europeia enquanto a Eslovênia aderiu ao bloco do Euro (BBC, 2007a). Isso é importante se levarmos em consideração que esses mesmos países estavam dentro da órbita de influência da antiga URSS. Outros países que historicamente eram parte da órbita de influência russa (República Tcheca, Estônia, Hungria, Lituânia, Letônia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia) aderiram ao acordo de Schengen (BBC, 2007b). Os fluxos de petróleo e gás da Rússia para a Polônia, Alemanha e Ucrânia foram cortados por três dias depois da decisão de Moscou (FINN, 2007). Alegações de ataques de helicópteros russos em instalações georgianas (RFERL, 2007). A Rússia assinou um tratado definindo as fronteiras com a Letônia (SHEETER, 2007). No que tange à China, o país ultrapassou a economia alemã em tamanho de PIB e se tornou a terceira maior economia global (DYER, 2009). Diante de todos esses eventos, houve uma insatisfação desses países em relação à pauta “respondendo à mudança climática” (ONU, 2007, s/p), fazendo com os BRICs dialogassem fora do escopo das Nações Unidas.

¹³ Naquele ano a crise de subprimes nos EUA já dominava os noticiários internacionais. Investidores olhavam mais para as potências emergentes e o preço do barril de petróleo chega a US\$ 100 pela primeira vez na história (KRAUSS, 2008). Houve um reconhecimento da proclamação unilateral de independência do Kosovo pelos EUA, uma área tradicionalmente influenciada pela Rússia (REPUBBLICA, 2008). A Rússia invadiu o território da Ossétia do Sul na Geórgia, e reconhece a independência tanto dessa região como da Abecásia (FINN, 2008). A China organizou o Jogos Olímpicos de Verão (BBC, 2008a). A Índia lançou sua primeira sonda orbital com o destino à Lua (BBC, 2008b). Foi fundada a Unasul (G1, 2008). Ocorreu a Cúpula da OTAN em Bucareste, onde foi lançado o interesse na absorção da Ucrânia e da Geórgia como membros da Organização, causando grandes críticas vindas de Vladimir Putin (ERLANGER; MYERS, 2008).

¹⁴ Medeiros (2021, p. 73) também afirma que “essa reunião marcou a saída da condição de informalidade que o arranjo possuía até então e, já ao final do evento fora divulgado um comunicado-conjunta do BRICS, o primeiro lançado desde que os chanceleres começaram a se reunir”. Apesar desse documento indicar algumas diretrizes que constariam no conteúdo da Primeira Declaração de Cúpula, ele não será analisado aqui, já que foge do escopo de objetos propostos a serem pesquisados.

(2017, p. 31), fazendo eco à afirmação de Reis, diz que “essa primeira reunião à parte pode ser vista como um momento decisivo, que marca a transformação dos BRICs de uma categoria de investimentos numa entidade política em assuntos globais”.

Em novembro do mesmo ano, dois meses após a falência do banco Lehman Brothers (símbolo da crise econômica dos *subprimes*¹⁵), os ministros das finanças do BRICS fizeram sua primeira reunião, em São Paulo¹⁶, da qual foi originada uma nota declarando que “os órgãos internacionais hoje devem rever suas estruturas normas e instrumentos que diz respeito a aspectos como representatividade, legitimidade e eficácia, além de fortalecerem sua capacidade de tratar as questões globais” (BRIC, 2008, s/p). No entanto, apesar de ter sido o passo definitivo para a politização do grupo, esses encontros não foram de caráter de cúpula, mas sim, de encontros de chanceleres desses países e de ministros das finanças. No entanto, eles são importantes devido à criação de oportunidades para os países envolvidos estabelecerem diretrizes e interesses comuns antes de qualquer encontro de cúpula. Como dito por Medeiros (2021, p. 75)

portanto, se destacava mais, no momento de criação do BRICs, as ideias de difusão, diversificação, pluralização e multiplicidade, ou seja, os emergentes, com suas agendas e interesses, iriam somar com mais possibilidades de cooperação, investimentos e instituições na ordem global.

No final daquele mês, Brasil e Rússia anunciam a realização, para 2009, do primeiro encontro de cúpula entre os países do BRIC (GRUDGINGS, 2008). No entanto, antes de ocorrer esse primeiro encontro de cúpula, houve uma reunião dos ministros das finanças do BRICS em paralelo ao encontro do G20¹⁷ de 2009, marcando o terceiro encontro oficial do BRICS em menos de um ano.

¹⁵ Segundo o site de arquivo histórico do Federal Reserve, “a crise de hipoteca de subprime de 2007-10 originou-se de uma expansão anterior de crédito hipotecário, incluindo para aqueles tomadores de empréstimo que anteriormente teriam tido dificuldades de obter hipotecas, a qual contribuiu tanto para quanto foi facilitada pelo rápido aumento de preços de imóveis.” (DUCA, 2013, s/p)

¹⁶ Segundo Stuenkel (2017, p. 256), devido à conjuntura internacional daquele momento “[d]istricutiram-se a crise financeira global e as possibilidades de evitar sua disseminação para o mundo em desenvolvimento.”

¹⁷ A pauta desse encontro foi a exigência desses países em “ter mais voz nos órgãos internacionais – o que sinalizou sua intenção política crescente de influenciar assuntos globais” e que “[o]s ministros das Finanças [...] não iriam fornecer mais recursos financeiros ao FMI, a não ser que reformas significativas fossem aprovadas para dar mais direito de voto às potências emergentes.” (STUENKEL, 2017, p. 257). A posição comum parece ter dado frutos significativos, já que, na declaração final do mesmo encontro do G20, foi dito, sobre as organizações financeiras internacionais, que “[n]ós reformaremos seus mandatos, escopo e governança para refletir as mudanças na economia mundial e os novos desafios da globalização, e que economias emergentes e em desenvolvimento, incluindo as mais pobres, tenham maior voz e representação.” (G20, 2009, §20)

Realizada em Ecatemburgo, a primeira cúpula do BRIC¹⁸ marcou tanto o fim como o início dos períodos demonstrados por Samay (2021). Considera-se como fim porque define o momento quando o BRICS deixou de ser apenas um acrônimo voltado para fins mercadológicos e financeiros, sem nenhum compromisso político para um momento de início de institucionalização. No entanto, como foi demonstrado, já havia interesse em diversificar parceiros internacionais, o que permitiu uma maior facilidade política de aproximação entre esses países. Além do mais, é de grande importância destacar que esses encontros de caráter não-oficial e feitos em paralelo a grandes eventos internacionais (Assembleia Geral da ONU e G20) serviram para diminuir o “déficit de confiança” entre os membros do grupo” (STUENKEL, 2017, p. 43).

Então, diante de tudo que foi dito até aqui, essa primeira fase das relações intra-BRIC foi marcada por um processo de aproximação com o objetivo de encontrar posicionamentos e percepções em comum, podendo ser classificado como um momento de mitigação de desconfiança e identificação de comunalidades.

3.1.2 2ª fase (2009-2014)

Tabela 3: 2ª fase da evolução institucional do BRICS

2ª fase (2009-2014)	I Cúpula do BRIC – Ecatemburgo (Rússia)
	II Cúpula do BRIC – Brasília (Brasil)
	III Cúpula do BRICS – Sanya (China)
	IV Cúpula do BRICS – Nova Déli (Índia)
	V Cúpula do BRICS – Durban (África do Sul)

Fonte: AUTOR, 2021

Segundo o próprio Samay (2021, p. 15), a segunda fase foi o período em que “os países membros do BRICS trabalharam juntos para encontrar algum terreno comum para sua cooperação real e objetiva”. Com base nas declarações emitidas anteriormente, esse período foi

¹⁸ Diante dos agravamentos da crise de 2008, o G20 se consolidou como o fórum mais relevante de coordenação macroeconômico de escala mundial, chegando a ocorrer duas vezes no mesmo ano de 2009. Isso fez com que a agenda da primeira cúpula fosse o momento em que os BRIC demonstraram sua insatisfação quanto à dependência relativas ao dólar e às estruturas defasadas das organizações internacionais.

pautado por as preocupações e quanto à crise dos *subprimes* de 2008, fazendo com que as questões econômicas e financeiras tivessem maior predominância. Medeiros (2021, p. 114) diz que essa agenda consolidou sua importância ao ser retratada no primeiro parágrafo da declaração de 2009: “a necessidade de coordenação de posições comuns entre os países do grupo na governança econômica e financeira global, destacando a importância da substituição do G8 para o G20 financeiro como foro mais importante no tratamento da crise econômica internacional”.

No entanto, essa agenda já era objeto de encontros anteriores o que possibilitou um alargamento maior dos assuntos a serem incluídos na declaração. Além das finanças e da economia, a segurança entrou no escopo de intenções para cooperação intra-BRIC. Ao tratar sobre terrorismo, tráfico de drogas e migração ilegal, a declaração de 2009 possibilitou que novas áreas da governança global fossem tratadas entre os países membros, o que explica o encontro regular de representantes da área de segurança (ABDENUR, 2017). Isso mostrou que o BRICS foi para uma configuração institucional “além do prisma da ideia de ‘mercados emergentes’ apenas” (RAMOS et al., 2018, p. 7)¹⁹. Então o BRICS percebeu que, diante do caos econômico e a consequente crise de liderança do Ocidente perante ao mundo, “era particularmente importante demonstrar confiança e projetar estabilidade” (STUENKEL, 2017, p. 47).

No entanto, para projetar estabilidade a fim de fazer parte da governança global, fez-se necessário que o BRICS projetasse estabilidade e previsibilidade. Desse modo, entre 2009 e 2014, houve um processo de adensamento institucional nas áreas de economia política internacional e segurança internacional para condizer com o papel que o BRICS desejava exercer em âmbito mundial (RAMOS et al., 2018). Isso pode ser visto em todas as declarações de cúpulas até 2014. A I Declaração, de 2009, “enfatizou a importância da reforma das instituições financeiras, a fim de aumentar a participação das potências médias emergentes na ordem internacional” (RAMOS et al., 2018, p. 9). Já na II Cúpula, de 2010, destacou-se questões como “apoio à reforma da ONU, pela ênfase na importância da estabilidade do sistema monetário internacional e pela defesa de uma solução para o problema da crise de legitimidade das organizações internacionais” (RAMOS et al., 2018, p. 9). A III Cúpula, de 2011, foi marcada especialmente pelo alargamento do BRIC para BRICS com a adição oficial da África do Sul ao grupo (tal tema será comentado mais posteriormente) e o “grande destaque para as

¹⁹ Isso é confirmado na fala do ex-presidente russo Dmitry Medvedev em que afirma que o BRIC teria papel no “desenvolvimento das quatro nações, segurança global e assegurar segurança econômica, alimentar e de energia”.

questões de segurança pela primeira vez, houve referência explícita na declaração final à reforma da ONU” (RAMOS et al., 2018, p. 9). A IV Declaração, de 2012, foi a primeira declaração oficial do BRICS a pronunciar uma intenção de criação de “um novo banco multilateral de desenvolvimento, o que culminou no compromisso de examinar a viabilidade de tal banco Além disso, a declaração final reiterou a importância da cooperação internacional” (RAMOS et al., 2018, p. 9).

A V Declaração, de 2013, possui um significado especial no que tange ao alargamento do bloco. Ela é resultado do primeiro encontro de cúpula do BRICS na África do Sul. Com esse acontecimento, o BRICS se descolou do aspecto financeiro de sua origem, e abraçou a sua importância geopolítica como uma autopercepção de serem representantes de um mundo emergente e de países em desenvolvimento (THAKUR, 2014).

Mais do que em qualquer cúpula anterior, essa cúpula sublinhou a seriedade do BRICS em sua empreitada para reformar, lenta, mas certamente, a ordem mundial, de modo que reflita melhor o deslocamento de poder global, saindo das mãos da Europa e dos Estados Unidos para, cada vez mais, passar para as mãos do mundo emergente (STUENKEL, 2017, p. 148–149).

A VI Declaração, de 2014, marcou, assim como a de 2009, segundo Samay (2021), o fim e início de um novo período para o processo de evolução do bloco. Fim, porque é nessa cúpula que o BRICS assina o acordo de Fortaleza que promulga a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), sendo o maior sinal de institucionalização e que o bloco “finalmente encontrou terreno comum para preparar para uma cooperação prática” (SAMAY, 2021, p. 16). Além disso, a fundação do NBD é interpretada como “o processo de construir instituições necessárias para uma cooperação do BRICS mais profunda e sustentável” (SAMAY, 2021, p. 16). Cabe dizer, também, que isso ajuda o BRICS

a articular com muito mais clareza suas visões fundamentais sobre como conquistar a estabilidade e o desenvolvimento econômicos e garantir um futuro sólido para o sistema financeiro e econômico e garantir um futuro sólido para o sistema financeiro e econômico global (STUENKEL, 2017, p. 157).

Assim, a criação do Banco possibilitou que o BRICS entrasse em uma nova era de cooperação. Segundo Medeiros (2021, p. 176),

se antes predominava uma postura mais demandante e extrabloco, no sentido de unir forças dentro do FMI e do Banco Mundial em prol de objetivos comuns, agora se trava de ampliar as relações intra-BRICS, negociando a criação de mecanismos financeiros a serem administrados em conjunto, o que poderia potencializar maiores divergências, mas permitiria o desenvolvimento de uma postura mais prática e proativa.

Além disso, segundo Paulo Nogueira Batista Jr (ex-vice presidente do NBD), esse banco “alçou a cooperação entre os cinco países a um novo patamar” (2019, p. 246). Dessa forma,

em sua busca por um mundo mais multipolar e representativo, o BRICS deixaram de focar em mudanças fora do seu controle e começaram a ter atitudes mais proativas e “na direção de um mundo mais multipolar” (BATISTA JR, 2019, p. 247).

Assim, a partir de 2009, o BRICS iniciou um processo de institucionalização e alargamento. A institucionalização se deu tanto pelo compromisso dos chefes de Estado se encontrarem todos os anos, como pelas intenções de agirem de forma mais ou menos coordenada, sendo o NDB sua maior expressão. O alargamento pôde ser visto tanto na inclusão da África do Sul, como sinal de apropriação do acrônimo, descolando-o de um sentido unicamente mercadológico, e avançando na direção da construção de uma nova governança global. Conclui-se, então, que 2014 deu início à “implementação das decisões feitas durante cúpulas anteriores, integrando os mecanismos de cooperação existentes, inovação, novos mecanismos de cooperação e continuidade de mecanismos do BRICS de cooperação mutuamente acordados existentes” (SAMAY, 2021, p. 16).

3.1.3 3ª fase (2014-2020)

Tabela 4: 3ª fase da evolução institucional do BRICS

3ª fase (2014-2020)	VI Cúpula do BRICS – Fortaleza (Brasil)
	VII Cúpula do BRICS – Ufá (Rússia)
	VIII Cúpula do BRICS – Goa (Índia)
	IX Cúpula do BRICS – Xiamen (China)
	X Cúpula do BRICS – Johannesburgo (África do Sul)
	XI Cúpula do BRICS – Brasília (Brasil)
	XII Cúpula do BRICS – Moscou (Rússia)

Fonte: AUTOR, 2021

A partir da cúpula de 2015, realizado em Ufá, o BRICS começou a reafirmar o seu caráter de ator internacional capaz de equilibrar o poder do Ocidente (COOPER, 2016). Segundo Medeiros (2021, p. 213), esse encontro “serviu para reforçar o caráter geopolítico e o papel estratégico que Moscou confere ao agrupamento”. Diante dos acontecimentos internacionais daquele ano (apoio russo ao regime de Bashar Al-Assad, envolvimento do país no conflito na Síria e na Ucrânia) e pelo fato da cúpula ser organizada na Rússia, houve a “a

existência de um espaço significativo para as questões de segurança” (RAMOS et al., 2018, p. 11–12). No entanto, apesar de todo esse cenário, a “ênfase permanece na resolução pacífica de conflitos” (BROSIG, 2019, p. 14) e ficou entendido que “qualquer ação fora da estrutura do Conselho de Segurança era considerada ilegítima” (BROSIG, 2019, p. 112).

Portanto, há dois pensamentos relevantes sobre da Declaração de 2015. Primeiro, apesar de haver um peso reconhecido ao tema da à segurança internacional, notadamente em questões que envolviam a Rússia, a Declaração afirma que as ONU deve ser a maior guardiã das regras e normas e compõem o sistema internacional. Segundo o próprio texto:

Reafirmamos nosso forte compromisso com as Nações Unidas, enquanto organização universal multilateral incumbida do mandato de ajudar a comunidade internacional a preservar a paz e a segurança internacionais, impulsionar o desenvolvimento global e promover e proteger os direitos humanos (INDIA, 2015, s/p).

Diretamente relacionada a essa afirmação, a segunda reflexão demonstra que o bloco não tem, como base de coesão entre os membros, um desejo de destruir as instituições e organizações que formam os arranjos da ordem internacional atual. Segundo Stuenkel:

os membros do grupo BRICS não buscam suplantar a ordem global. Em vez disso, eles procuram reformar as estruturas existentes ou criar outras complementares. Nenhuma das propostas do grupo questiona as regras e normas básicas que sustentam a ordem global de hoje, e a legitimidade de instituições-chave, como o Conselho de Segurança da ONU, não é questionada (STUENKEL, 2017, p. 182).

A VIII cúpula, ocorrida em 2016, foi um marco para a estratégia do BRICS de se tornar um modelo alternativo em relação às normas e instituições criadas pelo Ocidente e à “consolidação das instituições existentes” (STUENKEL, 2017, p. 188). No entanto, a questão mais relevante dentro de tudo isso seria a evolução imprevista e inesperada do BRICS desde sua oficialização como fórum de discussão das principais questões internacionais pelas principais potências emergentes. Segundo Stuenkel (2017, p. 189), o BRICS havia evoluído para “em algo muito maior do que a maioria dos analistas ocidentais gostaria de admitir, e a institucionalização tornou extremamente provável sua existência continuada pelos anos subsequentes”. O fator mais importante desse fenômeno foi o “início do funcionamento do NBD dos BRICS, seguido da emissão dos primeiros títulos e da aprovação do primeiro conjunto de empréstimos da instituição, em julho e agosto” (MEDEIROS, 2021, p. 218).

Além do funcionamento do NBD, a cúpula discutiu a criação de “uma agência de classificação de crédito dos BRICS” (MEDEIROS, 2021, p. 218). Isso foi proposto devido à percepção que os membros tinham em relação às grandes agências tradicionais de classificação de créditos (Moody’s, Standard & Poor’s, e a Fitch). Na visão dos membros, “os BRICS eram

muito dependentes de agências de classificação de crédito ocidentais, sobretudo dos EUA, que adotavam metodologias desfavoráveis às economias de países emergentes e em ascensão” (MEDEIROS, 2021, p. 218). Uma das razões de desfavorecimento é que “forças macroeconômicas emergentes e perspectivas de prazos mais longos de nações emergentes são sistematicamente descontadas em tais avaliações” (CHATURVEDI; SAHA, 2017, p. 172). Dentro dessa estratégia de criação de alternativas às instituições e normas internacionais, notadamente no que tange ao sistema financeiro, “avançou ainda a ideia da criação de um sistema de pagamento unificado do BRICS discutida pela primeira vez em Ufá, em 2015. Esse sistema seria uma alternativa ao SWIFT, baseado na Bélgica, que centraliza o transporte de informações sobre transações financeiras no meio digital” (MEDEIROS, 2021, p. 220).

Seguindo os passos dados na cúpula de 2015 em Ufá, a Cúpula de Goa apresentou alguns avanços e o alargamento das questões abordadas em relação a segurança. Incluindo agora questões espaciais e do cyberspaço, o BRICS percebeu que havia muitas potencial de cooperação na adoção de normas e regras nesses dois campos (ABDENUR, 2017; WANGLAI, 2018). Houve citações diretas às missões de *peacekeeping* reforçando a “aderência aos princípios estabelecidos do *peacekeeping* (estes são usualmente neutralidade e restrição do uso da força) mas também proteção de civis e fala sobre fortalecer missões” (BROSIG, 2019, p. 15). Além disso, a declaração abordou temas de segurança relevantes em 2016 (Afeganistão, Estado Islâmico, armas químicas e biológicas, conflito israelo-palestino, etc), mostrando a progressão da importância desse tema para o bloco (INDIA, 2016).

No ano seguinte, a IX Cúpula, de 2017, foi essencial para testar os limites da cooperação e do compromisso dos países membros com o bloco. Isso porque, nesse ano, “ocorreram diversos confrontos fronteiriços entre Índia e China em Doklam, poucas semanas antes da Cúpula dos BRICS em Xiamen, na China. A Índia chegou a ameaçar o boicote à cúpula, caso as tropas chinesas não fossem retiradas da região” (MEDEIROS, 2021, p. 60). Com isso, a Índia se opôs a algumas propostas chinesas em atrelar o projeto da Nova Rota da Seda ao BRICS e a ocorrência do BRICS-Plus, que seria “uma plataforma para agregar outros países em desenvolvimento em mecanismos de cooperação do grupo, incluindo em negociações comerciais” (MEDEIROS, 2021, p. 60)²⁰. No entanto, ao fim e ao cabo, as tensões foram mitigadas e a Cúpula ocorreu de forma usual, o que aumentou ainda mais a confiança e

²⁰ “O chanceler Wang Yi chegou a sugerir a incorporação do México, Paquistão e Sri Lanka com o objetivo de criar uma sociedade mais ampla de países em desenvolvimento como uma plataforma mais ativa de cooperação Sul-Sul (CSS)” (VADELL, 2019, p. 417).

resiliência do bloco como instituição para criar confiança entre os membros, mesmo aqueles que já possuíam desavenças entre si.

Pode-se dizer, também, que Xiamen foi “um momento no qual o BRICS foram capazes de amplificar seu caminho de longo prazo em direção a formas alternativas de governança econômica global” (MENEGAZZI, 2020, p. 144)²¹. Na declaração é dito, inclusive, que “nós [o BRICS] realçaremos a comunicação e a coordenação em melhorar a governança econômica global para criar uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa” (INDIA, 2017, s/p). Segundo Vadell (2019, p. 417), “para fortalecer a institucionalização financeira”, os BRICS acordaram entre si “a) um plano de ação para a inovação e cooperação (2017-2020); b) um marco estratégico para a cooperação aduaneira entre os BRICS; e c) um Memorando de Entendimentos de Cooperação (MOU) entre o Conselho de Negócios dos BRICS e o NBD”. Além disso, eles avançaram algumas “tratativas para estimular o uso de moedas locais em transações financeiras” (MEDEIROS, 2021, p. 227).

A X Cúpula, em 2018, realizada em Johannesburgo, foi marcada por duas questões. A primeira foi a instrumentalização do bloco pela China como plataforma de projeção de poder a fim de fazer frente às políticas protecionistas de Donald Trump na presidência dos EUA (XINHUA, 2018). A segunda foi o avanço tecnológico e Quarta Revolução Industrial (VADELL, 2019). Outro ponto relevante dessa cúpula foi a participação de vários países convidados. “Contou com a presença de autoridade de cerca de 20 países africanos, incluindo o presidente do Senegal, bem como representações de países de fora do continente, com Argentina, Turquia, Indonésia, Egito e Jamaica” (MEDEIROS, 2021, p. 252). Em relação ao conteúdo em si, uma grande mudança da Declaração de Johannesburgo para todas as outras anteriores, houve, pela primeira vez, mais referências diretas aos termos “paz” e “segurança” do que termos que se referem a “desenvolvimento” (RAMOS; ROCHA; ZAHREDDINE, 2021). Isso mostra que o BRICS estaria passando por mudanças em suas percepções de prioridades, o que foi reforçado na Declaração do ano seguinte.

A XI Declaração, feita em Brasília em 2019, registrou uma maior quantidade de referências à “paz” e “segurança” do que “desenvolvimento”. Portanto, essa declaração mostra que a “segurança internacional tornou-se área temática essencial para se compreender a cooperação dentro do BRICS” (RAMOS; ROCHA; ZAHREDDINE, 2021, p. 7). No entanto,

²¹ Lagutina (2019, p. 7) chega a dizer que essa declaração “pode ser chamada de um manifesto de um mundo multipolar substituindo a Pax Americana”.

devido à retórica anti-China do governo brasileiro, em 2019, “a especulação sobre qual seria o futuro da relação Brasil-China e, também, do BRICS, passou a ser frequente nos círculos políticos, empresariais e acadêmicos” (CARVALHO, 2019, s/p). Era provável que as decisões de política externa do Brasil causasse impactos negativos na agenda do BRICS (ZHEBIT, 2019). Assim como nas Cúpulas de Xiamen e de Ufá, o bloco “modificou sua atuação a partir tanto das condições sistêmicas quanto da sua composição de interesses” (MEDEIROS, 2021, p. v),. Para Carvalho:

o essencial que dá sentido ao BRICS foi mantido. A Declaração reafirma a continuidade da agenda reformista da ordem internacional ao reiterar que os países BRICS continuarão trabalhando para tornar o FMI, o Banco Mundial e a ONU ‘mais inclusivas, democráticas e representativas’ com ‘maior participação dos mercados emergentes e de países em desenvolvimento nas tomadas de decisão’. Há menção à reforma do Conselho de Segurança da ONU (CARVALHO, 2019, s/p).

A última cúpula aqui discutida é a que gera a XII Declaração, realizada virtualmente devido à pandemia do novo coronavírus, que recebeu o nome de Declaração de Moscou. O nível de distúrbio que a pandemia gerou obrigou a inclusão da saúde no rol de temas tradicionais. Então, pontos como o combate à pandemia, produção e distribuição de vacinas, e coordenação das ações dos membros em organizações multilaterais relacionadas às questões sanitárias (ex: OMS) foram adicionados à declaração de 2020 (VAZQUEZ, 2020). Além disso, algumas semanas antes da cúpula, houve algumas tensões fronteiriças entre a China e a Índia, e alguns boicotes indianos a empresas chinesas. Outros pontos de tensão entre os países nesse período foram as menções preconceituosas de oficiais brasileiros em relação à China (MEDEIROS, 2021)

Tudo isso fez com que essa declaração não apresentasse nada passível de gerar polêmicas ou rugas entre os membros. Isso é reforçado quando Vazquez (VAZQUEZ, 2020, s/b) afirma que “um dos princípios-chaves que guia o BRICS desde o início é que os países membros não cruzam as linhas vermelhas de cada um e seguem o princípio geral do club de não publicar desacordos dos membros”. Apesar de tudo isso, a presidência russa do bloco conseguiu extrair frutos dessa reunião. Em termos econômicos, foi lançada a Parceria Econômica 2020-2025, aprovação de 10 bilhões de dólares do NDB para que os membros enfrentassem as consequências da pandemia, além de uma sintonia da Índia e África do Sul em relação à facilitação do acesso a patentes e propriedade intelectual no que tange a vacinas contra a Covid-19 (INDIA, 2020). Portanto, diante de todos os desafios enfrentados pelo BRICS ao longo dos anos, “é notável que o próprio arranjo tenha sobrevivido ao longo do tempo [...]

mesmo com um conflito militar direto entre dois de seus principais membros e uma mudança brusca na orientação de política externa do Brasil” (MEDEIROS, 2021, p. 258).

Conclui-se, então, que o processo evolutivo do BRICS não foi apenas um fenômeno criado por uma moda passageira, como dizem alguns autores (ACHARYA, 2018; ARMIJO; ROBERTS, 2014; HOPEWELL, 2017; ROWLANDS, 2012). Na verdade, foi um processo de construção de mais de uma década com base na própria noção dos atuais membros sobre a necessidade de diversificar suas parcerias globais desde a década de 1990.

Diante disso, é possível ver que a 1ª fase (2001-2009) é marcada tanto pela construção e consolidação do próprio acrônimo dentro da lógica dos agentes do mercado financeiro, sem ter nenhum compromisso político e estratégico, como pela aproximação e aumento de confiança entre os membros. Já na 2ª fase (2009-2014), foi visto que o BRICS toma para si a sigla e a descolam do mercado financeiro, transformando-a em um conceito estratégico e lançado as bases para sua institucionalização como um ator geopolítico internacional relevante e termina com o acordo de Fortaleza definindo a criação do Novo Banco de Desenvolvimento. A 3ª fase (2014-2020), por sua vez, foi marcada pela consolidação do bloco, pela sua contínua institucionalização, sendo objeto de atração de outros países, e pela definição das suas razões de ser para além da economia e das finanças internacionais, onde a segurança se mostra cada vez mais relevante nas declarações, a partir da Cúpula de Johannesburgo. Além disso, houve um claro amadurecimento no que tange ao compromisso com os motivos que possibilitaram a formação do bloco em primeiro lugar.

Tabela 5: classificação das fases de evolução institucional do BRICS

FASES	NOME DAS FASES
1ª Fase	Mitigação de desconfiança e identificação de comunalidades
2ª Fase	Institucionalização e alargamento
3ª Fase	Consolidação

Fonte: AUTOR, 2021

No entanto, esse processo de amadurecimento do bloco não é visto de forma igualitária em todas as declarações, o que faz necessário apontar quando e quais foram as principais declarações de cúpulas que definiram os contornos que o BRICS possui hoje. Para compreender

mais esses pontos de inflexão institucionais e narrativos, serão analisadas três declarações principais (2009, 2011, 2014). Longe de serem escolhas arbitrárias, essas declarações definiram o destino do BRICS e as razões para isso serão explicadas na próxima sessão.

3.2 Análise dos discursos de construção do “Eu” e do “Outro” nas declarações do BRICS (2009, 2011, e 2014)

3.2.1 A Construção do “Eu”

Em primeiro lugar, diante do estudo das declarações analisadas, foram escolhidos termos que dentro das cadeias de significados dos textos possuem uma conexão direta na construção do BRICS e do seu “Outro” ao mesmo tempo que espelham relações sociais cognitivamente intersubjetivas construindo uma realidade (RESENDE, 2017). Em seguida, mostraremos como esses termos se encaixam nas lógicas de predicação, pressuposição e posicionamento do sujeito.

Em relação aos termos que se relacionam com o “Eu”, vemos que ambas as palavras BRIC e BRICS não se apresentam como o significante mais frequente dentro dos textos. Em 2009, o termo apareceu 9 vezes (0,40% do total das 977 palavras), em 2011, foram 36 vezes (1,35% de 2663), em 2014, foram 86 vezes (1,02% de 8399), um total de 126 vezes. O termo mais frequente foi o pronome pessoal na primeira pessoa do singular “*we*”. Essa palavra aparece 26 vezes em 2009 (2,66%), em 2011, foram 55 vezes (2,06%), em 2014, foram 226 vezes (2,69%), um total de 307 vezes. O pronome possessivo dessa palavra, “*our*”, também aparece em numerosa quantidade. Em 2009, foram 8 vezes (0,81%), em 2011, foram 17 vezes (0,63%), em 2014, foram 88 vezes (1,04%), um total de 113 vezes. No entanto, quando esse pronome apresenta função de objeto, “*us*”, sua quantidade cai drasticamente, não aparecendo nenhuma vez tanto em 2009 como em 2011, e só uma vez em 2014.

Além dessa indicação direta, o BRICS também se utilizam de termos com funções de locução nominal e locução adverbial para se referirem de forma indireta. Em relação à locução adverbial “em desenvolvimento” (em inglês, *developing*) serve para referir os termos “países” (*countries*), “economias” / “economia de mercado” (*economies/market economies*) e “mundo” (*world*). Em relação a *developing countries* e *developing economies* foram encontrados três vezes em 2009 (0,30%), em 2011, foram cinco vezes (0,18%), em 2014, foram quatro vezes (0,04%), totalizando 12 vezes. Já em relação às locuções nominais, “países emergentes”

(*emerging countries*), e “economias emergentes” (*emerging economies*) e/ou “economias emergentes de mercado” (*emerging market economies*) são também utilizadas como sinédoques. No que tange a esses últimos termos, estes aparecem duas vezes em 2009 (0,2%), em 2011, foram cinco vezes (0,18%), em 2014, foram três vezes (0,03%), totalizando 10 vezes. Na declaração de 2014, existe a criação de uma sigla (EMDCs) para representar os *emerging market economies and developing countries*, essa sigla aparece cinco vezes (0,05%).

Feito isso, partiremos para uma tabela indicando tanto os predicados quanto as pressuposições e posicionamentos de sujeitos em relação a esses termos encontrados, de cada uma das declarações, quando for possível. Esse processo é para analisar como a narrativa “é construída de acordo com os significados os quais simultaneamente produzem as identidades do sujeito e suas posições vis-à-vis uns aos outros” (DOTY, 1993, p. 305).

Tabela 6: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Eu" na declaração de 2009

<i>BRIC/BRICS/We²² (e suas derivações sintáticas)</i>	<i>Developing countries, developing economies</i>	<i>Emerging countries, emerging economies, emerging market economies</i>
<p><i>Serving common interests of emerging market economies and developing countries</i></p> <p><i>Stress the central role played by the G20</i></p> <p><i>Committed to advance the reform of international financial institutions, so as to reflect change in the global economy</i></p> <p><i>Believe that there is a strong need for a stance, predictable and more diversified</i></p>	<p><i>Must have a greater voice and representation in international financial institutions</i></p>	<p><i>Must have a greater voice and representation in international financial institutions</i></p>

²² A união dos termos BRIC, BRICS e *We* se justifica pela intercambialidade ontológica desses três termos. Inclusive, a maior predominância do termo *we* e suas derivações pode ser explicada como uma estratégia de criar um consenso ontológico do sujeito a fim de atenuar as sensíveis diferenças entre os componentes individuais que compõem o bloco (CAVALCANTI, 2012).

<p><i>international monetary system</i></p> <p><i>Convinced that a reformed financial and economic architecture should be based, inter alia, on the following principles:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Democratic and transparent decision-making</i> <p><i>Urge the international community to keep the multilateral trading system stable</i></p> <p><i>To deal with the climate change based on the principle of common but differentiated responsibility</i></p> <p><i>Underline our support for a more democratic and just multi-polar world order</i></p> <p><i>Strong commitment to multilateral diplomacy</i></p> <p><i>Reaffirm the need for a comprehensive reform of the UN with a view to making it more efficient</i></p>		
--	--	--

Fonte: AUTOR, 2022

As construções discursivas sobre o “Eu” (aqui traduzido como BRICS e nós) trazem predicados e pressuposições que definem as percepções e objetivos do bloco perante ao sistema internacional. Diante disso, pode-se ver que na declaração de 2009, o BRICS se posiciona de três formas diferentes, mas que ao mesmo tempo se complementam. O primeiro posicionamento

define o BRICS como um conjunto de países que representaria o mundo em desenvolvimento. Ao dizer que eles existem para, dentre outros elementos, “servirem os interesses comuns de economias de mercado emergente e países em desenvolvimento” (INDIA, 2009, s/p), eles se auto declaram como porta-vozes desses países. Dentro do pensamento de Doty (1993), a possibilidade de o BRIC dizer isso mostra que haveria uma pressuposição de que esses países não possuem uma plataforma de ação em conjunto capaz de representá-los, cabendo ao bloco esse papel.

O segundo posicionamento do bloco se dá em uma intensificação e melhoramento das instituições e normas que regem a ordem internacional erigida a partir de 1945. Ao citar a importância das Nações Unidas na resolução de conflitos e a necessidade da diplomacia multilateral no enfrentamento de questões como mudanças climáticas e aumento do comércio internacional, o BRIC não apresenta intenção de superar a ordem internacional nem a revisão total das bases institucionais que definem essa ordem. No entanto, ao mesmo tempo que o bloco preza pela manutenção dos órgãos e estruturas da ordem liberal, percebe-se que há questionamentos em como a configuração dessa mesma ordem se dá na prática.

Esses questionamentos são os elementos que dão sustentação ao terceiro posicionamento do BRIC. Ao afirmarem que as “economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior voz e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos líderes e executivos deveriam ser apontados através de um processo de seleção aberto, transparente e baseado em mérito” (INDIA, 2009, s/p), o BRICS mostra que haveria uma pressuposição de que essas economias sejam sub-representadas. Além disso, a predicação de como o processo das escolhas dos líderes dessas organizações são feitas mostra que haveria uma percepção de que existiria uma certa injustiça, além de privilégios dos EUA e da Europa na escolha desses mesmos líderes (BATISTA JR, 2019).

Essa lógica se espalha para as outras afirmações sobre a necessidade de mudanças e reformas na ordem internacional. Ao afirmarem que há necessidades de “reformas [...] para refletir a mudança na economia global”, de um “sistema monetário internacional diversificado”, de uma “reforma abrangente da ONU com a visão de torna-la mais eficiente”, e, principalmente, apoio deles “para uma ordem mundial democrática e multipolar justa”, o BRICS mostra que haveria uma insatisfação do *status quo*. Todas essas afirmações mostram pressuposições de que o BRIC é sub-representado e que a realidade da nova distribuição das capacidades de poder no sistema internacional cria uma demanda de maior representação. Em outras palavras, haveria um posicionamento do sujeito da seguinte maneira: a estruturação atual da ordem internacional

é obsoleta diante do fenômeno do BRIC necessitando de uma mudança a fim de se tornar mais eficiente, representativa e, por conseguinte, legítima.

Tabela 7: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Eu" na declaração de 2011

<i>BRIC/BRICS/We (e suas derivações sintáticas)</i>	<i>Developing countries, developing economies</i>	<i>Emerging countries, emerging economies, emerging market economies</i>
<p><i>Countries with a total population of nearly 3 billion</i></p> <p><i>Aims at contributing significantly to the development of humanity and establish a more equitable and fairer world</i></p> <p><i>Have played an important role in contributing to world peace, security and stability, boosting global economic growth, enhancing multilateralism and promoting greater democracy in international relations</i></p> <p><i>Serves as a major platform for dialogue and cooperation</i></p> <p><i>Reiterate that such cooperation is inclusive and non-confrontational</i></p> <p><i>Open to increasing engagement and cooperation with non-BRICS countries, in particular emerging and developing</i></p>	<p><i>the voice of emerging and developing countries in international affairs should be enhanced</i></p> <p><i>Increasing the voice and representation of emerging economies and developing countries</i></p> <p><i>The international community should work together to increase production capacity, strengthen producer-consumer dialogue to balance supply and demand, and increase support to the developing countries in terms of funding and technologies</i></p> <p><i>Accelerating sustainable growth of developing countries is one of the major challenges for the world.</i></p>	<p><i>Other emerging countries have played an important role in contributing to world peace, security and stability, boosting global economic growth, enhancing multilateralism and promoting greater democracy in international relations</i></p> <p><i>The voice of emerging and developing countries in international affairs should be enhanced</i></p> <p><i>The governing structure of the international financial institutions should reflect the changes in the world economy, increasing the voice and representation of emerging economies</i></p> <p><i>Risks of massive crossborder capital flows now faced by the emerging economies.</i></p>

<p><i>countries and relevant international and regional organizations</i></p> <p><i>Share the view that the world is undergoing far-reaching, complex and profound changes, marked by the strengthening of multipolarity</i></p> <p><i>Express our strong commitment to multilateral diplomacy with the United Nations</i></p> <p><i>Reaffirm the need for a comprehensive reform of the UN</i></p> <p><i>maintain that the independence, sovereignty, unity and territorial integrity of each nation should be respected</i></p> <p><i>support the Group of Twenty (G20) in playing a bigger role in global economic governance as the premier forum for international economic cooperation</i></p> <p><i>Call for a quick achievement of the targets for the reform of the International Monetary Fund</i></p> <p><i>Support the reform and improvement of the international monetary system</i></p>		
--	--	--

Fonte: AUTOR, 2022

Na declaração de 2011, pode-se ver que haveria algumas mudanças e continuidades das predicações e pressuposições manifestadas na declaração anterior. A primeira grande mudança é a aparente exaltação da relevância e do papel que o agora o BRICS (a África do Sul já fora adicionada) possui perante à comunidade internacional. Indicações de números em relação às suas demografias e ressaltando que o BRICS “exerceu um papel importante em contribuir para a paz, segurança e estabilidade mundial, aumentando o crescimento econômico global, melhorando o multilateralismo e promovendo maior democracia nas relações internacionais” (INDIA, 2011, s/p), mostram que o BRICS não é somente um ator importante, mas essencial no sistema internacional, e que reforça as principais instituições que lhe dão sustentação: democracia, multilateralismo e crescimento econômico.

A segunda mudança é a explicitação de que o bloco não teria características de confronto e que prezaria pela inclusão. Isso reforça a ideia de que ao mesmo tempo que o bloco busca reformas e adequações à nova realidade internacional, ele não busca uma revisão total do sistema. O maior exemplo disso é apoio ao G20 em “exercer um maior papel na governança econômica como o fórum primária para cooperação econômica internacional” (INDIA, 2011, s/p), pois, ao mesmo tempo que há um desejo de superar o G8, haveria uma vontade de maior participação de economias emergentes e países em desenvolvimento no processo.

Em relação às continuidades, as predicações e pressuposições continuam a mesmas, o que reforça o papel da declaração de 2009 como criadora de um “espírito de Ecatimburgo”. Desse modo, o BRICS continua se mostrando como representantes do mundo em desenvolvimento buscando maior representação desses países nos principais organismos internacionais (FMI e ONU) através de reformas. Essas reformas, por sua vez, ainda continuam com o objetivo primário de tornar a ordem internacional mais democrática, justa e igualitária. Além disso, é dito que eles compartilham “a visão que o mundo está passando por mudanças vasta, complexa e profunda, marcada pelo fortalecimento da multipolaridade” (INDIA, 2011, s/p). Essa frase revela que o bloco percebe as distribuições das capacidades de poder no sistema internacional como não mais a mesmas que em 2009. Por conseguinte, urge-se a necessidade de uma ordem que reflita essa nova realidade.

Tabela 8: Pressuposição e predicção de sujeitos relacionados ao "Eu" na declaração de 2014

<i>BRIC/BRICS/We (e suas derivações sintáticas)</i>	<i>Developing countries, developing economies</i>	<i>Emerging countries, emerging economies, emerging market economies</i>	EMDCs
<p><i>Have been guided by the overarching objectives of peace, security, development and cooperation.</i></p> <p><i>Important force for incremental change and reform of current institutions towards a more representative and equitable governance</i></p> <p><i>Continue to contribute significantly to global growth</i></p> <p><i>Remain committed to deliver constructive responses to global economic and financial challenges and to serve as a strong voice for the promotion of sustainable development, inclusive growth, financial stability and of more representative international economic governance.</i></p> <p><i>Continue to pursue our fruitful coordination and to promote our development goals within the international economic system and financial architecture</i></p> <p><i>Remain disappointed and seriously concerned with the current non-implementation of the 2010 International Monetary Fund (IMF) reforms, which negatively</i></p>	<p><i>Developing countries (EMDCs) continue to contribute significantly to global growth and will do so in the years to come.</i></p>		<p><i>Strong macroeconomic framework, well regulated financial markets and robust levels of reserves have allowed EMDCs [...] to better deal with the risks</i></p> <p><i>The IMF reform process is based on high-level commitments, which already strengthened the Fund's resources and must also lead to the modernization of its governance structure so as to better reflect the increase weight of EMDCs in the world economy</i></p>

<p><i>impacts on the IMF's legitimacy, credibility and effectiveness.</i></p> <p><i>Call on the membership of the IMF to find ways to implement the 14th General Review of Quotas without further delay.</i></p> <p><i>Reiterate our call on the IMF to develop options to move ahead with its reform process, with a view to ensuring increased voice and representation of EMDCs</i></p> <p><i>We look forward to initiating the work on the next shareholding review at the World Bank as soon as possible in order to meet the agreed deadline of October 2015.</i></p> <p><i>Have been very active in improving the international financial architecture [...] which will [...] increase the diversity and availability of resources</i></p> <p><i>Believe all countries should enjoy due rights, equal opportunities and fair participation in global economic, financial and trade affairs</i></p> <p><i>Reaffirm the need for a comprehensive reform of the UN, including tis Security Council, with a view to making more representative effective and efficient so that it can adequately respond to global challenges.</i></p> <p><i>Condemn unilateral military interventions and economic</i></p>			
---	--	--	--

<i>sanctions in violation of international law and universally recognized norms of international relations.</i>			
---	--	--	--

Fonte: AUTOR, 2022

Diante dos predicados e pressuposições da declaração de 2014, pode-se ver que não é apresentado nada de diferente do que foi visto nas duas últimas declarações. A dedicação do grupo em transformar as configurações da ordem internacional ao mesmo tempo que não lhe apresenta uma alternativa estrutural, é vista com clareza e como sinal de definição do “Eu” do BRICS. Desse modo, o fato de não haver grandes mudanças vai ao encontro do que foi defendido até aqui. De acordo com Samay (2021), a segunda fase do processo de evolução do BRICS começa em 2009 e termina em 2014 e foi marcado pela definição de pontos em comum entre os membros do bloco em relação aos seus objetivos, percepções e comportamentos.

Dito isso, a declaração de 2014 consolida esses pontos em comum ao promulgar a criação do NDB como a primeira materialização de grande proporção dos objetivos do bloco. Esse acontecimento, por sua vez, é explicado por Mitzen (2006) ao afirmar que a identidade possibilita que os sujeitos podem saber de onde vieram e para aonde vão, já que ela é responsável pela sistematização entre os fins e os meios. Dessa forma, unindo os pensamentos de Samay (2021) e Mitzen (2006) com as predicções, pressuposições e posicionamentos de sujeito aqui analisadas, pode-se inferir que o BRICS construiu uma identidade comum desde 2009 até 2014.

No entanto, antes de compreender o que essa identidade significa, precisamos completar a lógica da outrificação. Como foi dito anteriormente por Resende e Da Silva (2020), para haver um “Eu” precisa haver um “Outro” para que o processo de diferenciação e definição de limites identitários sejam concluídos. Diante disso, o trabalho parte agora para a localização e definição desse “Outro” dentro das mesmas declarações analisada juntamente com seus predicados, pressuposições e posicionamentos de sujeito identificados.

3.2.2 A Construção do “Outro”

Na sessão anterior, vimos que o pronome pessoal “Nós” e todas as suas derivações sintáticas é a palavra que mais aparece para indicar o BRICS como um agente ativo. Esse fato é de grande relevância, pois gera uma aparente característica de monólogo dentro do texto ao mesmo tempo que tende a marginalizar qualquer tipo de alternativa à visão do BRICS como ator internacional e principal sujeito do texto.

No entanto, de acordo com o pensamento de Bakhtin (1981), apesar de haver uma aparência de ser um monólogo, as cúpulas do BRICS estão, necessariamente, dentro de uma lógica de diálogo pois “todo o discurso é dialógico, ainda que muitas vezes a polifonia esteja implícita” (CAVALCANTI, 2012, p. 148). Dentro da lógica de outrificação, esse diálogo se torna base para a constituição da identidade de um sujeito já que “o princípio geral do agir é que o sujeito age em relação aos outros; o indivíduo constitui-se em relação ao outro” (FIORIN, 2006, p. 60). “No entanto, qualquer motivações subjacentes que possam ser, a visão e o entendimento do Eu é sempre relacionado a visões do Outro – pois não poderia haver nenhum Eu sem o Outro e nenhum Outro sem o Eu” (DE BUITRAGO, 2012, p. xiv). Então, o outro o qual aqui será analisado é aquele que a declaração não indica diretamente, mas mesmo assim se faz presente indiretamente sendo o contraponto do enunciado.

Na primeira declaração do BRIC em Ecatemburgo, de 2009, há uma frase que explicitaria o diálogo formado pelas declarações. Ao dizer que “[r]essaltamos o papel central desempenhado pelas Cúpulas do G20 no tratamento da crise financeira” (INDIA, 2009, s/p), o texto faz referência ao ofuscamento do G8 como o maior fórum macroeconômico mundial. Ao dar esse tipo de declaração, é visto que a inclusão de potências econômicas além daquelas mais industrializadas, representaria a composição ideal de um fórum relevante. Ao passo que o G8, sozinho, não teria capacidade para tal.

A preferência pela inclusão de outras potências econômicas é refletida na seguinte frase: “[e]stamos empenhados em avançar a reforma das instituições financeiras internacionais, de modo a refletir as mudanças na economia global” (INDIA, 2009 s/p). Apesar de não citar diretamente, a declaração se refere ao FMI e Banco Mundial, cuja estrutura refletiria um ambiente do pós-Segunda Guerra Mundial, quando os EUA e Europa possuíam hegemonia no sistema capitalista. Para o BRIC é um anacronismo (ou seja, o Ocidente possui uma representatividade nas organizações internacional desproporcional ao seu papel atual, como herança dos eventos do século XX), apesar de configurarem como umas das maiores economias do mundo, terem parcelas de quotas de participação menores em relação ao tamanho do seu

PIB do que alguns países europeus no FMI (BATISTA JR, 2019), como demonstra a tabela abaixo elaborada por Lesage et al (2013, p. 564).

Tabela 9: Quotas e parcelas individuais efetivas calculadas por membros (em percentagem)

	<i>Parcela de quotas calculadas</i>			<i>Parcelas reais de quotas</i>			<i>Parcela de votos</i>
	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>	<i>Pré-Singapura</i>	<i>Pós-reforma de 2008</i>	<i>Pós-reforma de 2010</i>	<i>Pós-reforma de 2010</i>
Estados Unidos	18.988	17.816	16.987	17.380	16.727	16.479	16.479
Japão	8.030	6.987	6.493	6.228	6.225	6.138	6.138
Alemanha	6.226	5.888	5.678	6.086	5.803	5.308	5.308
França	4.015	4.213	3.789	5.024	4.286	4.024	4.024
Reino Unido	4.428	4.584	4.663	5.024	4.286	4.024	4.024
China	6.389	7.474	7.917	2.980	3.806	6.071	6.071
Itália	3.336	3.098	2.992	3.301	3.154	3.016	3.016
Arábia Saudita	0.835	0.850	1.337	3.268	2.799	2.010	2.010
Canadá	2.569	2.423	2.303	2.980	2.554	2.214	2.214
Federação Russa	2.053	2.434	2.938	2.782	2.386	2.587	2.587
Índia	1.997	2.184	2.403	1.945	2.337	2.629	2.629
Países Baixos	1.930	1.898	1.857	2.415	2.076	1.761	1.761
Bélgica	1.504	1.362	1.324	2.155	1.855	1.300	1.300
Brasil	1.725	1.969	2.153	1.420	1.714	2.218	2.218
Espanha	2.304	2.243	2.236	1.426	1.624	1.919	1.919
México	1.969	1.864	1.793	1.210	1.467	1.796	1.796
Suíça	1.211	1.234	1.227	1.618	1.400	1.173	1.173
República da Coreia	2.245	2.176	2.108	0.764	1.364	1.731	1.731
Austrália	1.321	1.326	1.396	1.514	1.312	1.332	1.332
R. B. de Venezuela	0.427	0.455	0.484	1.244	1.084	0.767	0.767

Fonte: IMF.

Fonte: AUTOR, 2022 baseada na tabela extraída de Lesage et (2013).

Outro exemplo de diálogo implícito dentro do texto se dá em relação ao processo de escolha dos líderes do FMI e do Banco Mundial. Historicamente, a escolha dos chefes dessas duas organizações é feita através de um acordo não-escrito entre os EUA e a Europa, segundo o qual a Europa indica o líder do FMI, enquanto que o EUA indica o líder do Banco (BATISTA JR, 2019). A declaração dialoga com essa realidade ao dizer que “[a]s economias emergentes e em desenvolvimento devem ter maior voz e representação nas instituições financeiras internacionais, cujos chefes e executivos devem ser indicados por meio de um processo de seleção aberto, transparente e baseado no mérito” (INDIA, 2009 s/p). Dessa forma, o BRIC perceberia que as escolhas dessas lideranças não se fazem de forma justa e baseada no mérito, e sim atendendo aos interesses daqueles que indicam essas mesmas lideranças, ou seja, EUA e a Europa, o que mitigaria a representatividade dos emergentes.

A concentração da representatividade nos países desenvolvidos também é problematizada no funcionamento e nas características do sistema monetário internacional. Ao afirmarem que “[a]creditamos também que existe uma grande necessidade de um sistema

monetário internacional estável, previsível e mais diversificado” (INDIA, 2009, s/p), o BRIC interpreta o atual estado das estruturas monetárias como facilitadores de crises. Devido ao fato de o dólar ser a principal moeda utilizada em transações internacionais, o BRICS vê essa supremacia da moeda norte-americana como catalizadora de instabilidade devido ao fato de que ela pode ser usada como ferramenta soberana de política externa de Washington e, assim, atender exclusivamente aos seus interesses. Dessa forma, um sistema monetário mais diversificado (em outras palavras, menos dependente do dólar) seria uma forma de trazer estabilidade às finanças internacionais. Ademais, o espírito neoliberal e seu papel marginal designado ao Estado como estabilizador dos possíveis desequilíbrios econômicos causados pela especulação, rentismos e volatilidade do fluxo de capitais foram vistos pelo BRICS como catalizador de crises econômicas. Portanto, o modelo que o BRICS propõe tanto ao mundo financeiro como ao mundo econômico se mostram como uma abordagem alternativa que mitiga os malefícios do sistema em voga demonstrados com a crise de 2008.

Se considerarmos que a cúpula de 2009 foi realizada um ano após ao espalhamento internacional da crise dos *subprimes*, é de se notar que essa declaração está estabelecendo um diálogo direto com o domínio do dólar como moeda franca internacionalmente e com os princípios de livre-mercado e especulação financeira. Essa necessidade de mudanças nas principais instituições internacionais é vista, também, mesmo naquelas organizações que se propõem a democratizar e a atender os interesses de todas as nações membros. Isso é defendido na parte da Declaração quando é dito que:

Expressamos nosso forte compromisso com a diplomacia multilateral, com as Nações Unidas desempenhando um papel central no tratamento dos desafios e ameaças globais. A esse respeito, reafirmamos a necessidade de uma reforma abrangente da ONU com vistas a torná-las mais eficientes para que possa lidar com os desafios globais da atualidade de forma mais eficaz (INDIA, 2009 s/p).

Tal afirmação revela dois posicionamentos distintos. De um lado, embora o BRIC deseje mudanças nas estruturas e organizações internacionais, ela não significaria uma revisão radical das bases que a sustentam. A ausência de demandas destrutivas em relação ao Banco Mundial, ao FMI e à ONU demonstraria uma percepção de legitimidade e integração dos países do bloco a esse sistema já que princípios como cooperação, diplomacia multilateral, democracia e comércio (basilares dessas organizações) são defendidos e afirmados na Declaração. De outro, observa-se o estabelecimento de uma relação diretamente proporcional entre diversidade e eficiência. Além disso, pode-se dizer que, ao tangenciarem temas como “desafios e ameaças globais”, o BRICS revela a importância dos temas de segurança. Assim, a principal reforma desejada na ONU pelo BRICS seria no Conselho de Segurança (CSNU).

O desejo por um CSNU mais diverso é sustentado, por sua vez, pelo “apoio a uma ordem mundial multipolar mais democrática e justa, baseada no Estado de Direito Internacional, igualdade, respeito mútuo, cooperação, ação coordenada e tomada de decisão coletiva de todos os Estados” (INDIA, 2009 s/p). Assim como na reforma do CSNU, um mundo mais multipolar seria o reflexo de um avanço democrático na relação entre os Estados já que, segundo essa percepção do bloco, não parece ser uma realidade. A própria necessidade de dizê-lo mostra que haveria um enunciado contrário ao discurso do BRIC e favorável ao status quo.

Além do mais, o BRIC indica que as economias desenvolvidas adiam o fim do subdesenvolvimento, pobreza e atraso tecnológico em diversos países em desenvolvimento, e pelo fato de eles se considerarem como seus representantes, esse adiamento seria sentido pelo próprio bloco, também. Esse pensamento é inferido da seguinte declaração:

Os países desenvolvidos devem cumprir seu compromisso de 0,7% da Renda Nacional Bruta para a Assistência Oficial ao Desenvolvimento e fazer mais esforços para aumentar a assistência, o alívio da dívida, ao acesso de mercado e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento (INDIA, 2009, p. s/p)

Ao proporem medidas austeras e diminuir o compartilhamento tecnológico, as economias ricas estariam agravando a própria crise financeira e as desigualdades econômicas na comunidade internacional. Diante da análise da declaração de 2009, a tabela abaixo tem o objetivo de facilitar a compreensão das relações dialógicas entre o BRIC e o Outro ocidental (isso será feito nas duas declarações seguintes).

Tabela 10: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Outro" na declaração de 2009

BRIC	OCIDENTE/ORDEM OCIDENTAL
Inclusivo	Autocentrado
Atual	Ultrapassado
Reformista	Injustos
Democrático	Egoístas

Fonte: AUTOR, 2022

Na declaração de 2011, feita em Sanya, o dialogismo do BRICS com a forma com que as principais organizações internacionais são estruturadas ainda é evidente quando comparadas à declaração anteriormente analisada. Ao afirmarem que o BRICS tem papel importante “ao impulsionar o crescimento econômico global, ao reforçar o multilateralismo e ao promover a

democratização das relações internacionais” (INDIA, 2011, s/p), pode-se inferir duas conclusões. A primeira é a comparação do BRICS com o mundo desenvolvido em relação ao crescimento econômico, demonstrando a maior resiliência do bloco em lidar com os reflexos da crise do *subprime*. Em segundo lugar, a percepção de que eles contribuíram para uma democratização das relações internacionais dialoga com uma percepção de que as potências tradicionais (EUA, Europa e Japão) tendem a centralizar o poder no sistema internacional, marginalizando a participação de outros atores na governança global.

Essa busca por maior participação é reforçada quando é dito que “a democracia nas relações internacionais deve ser estimulada, e a voz dos países emergentes e em desenvolvimento deve ganhar maior ressonância nas relações internacionais” (INDIA, 2011, s/p). Segundo a teoria de Bakhtin (1981), esse enunciado só faz sentido pois ele está em contraposição a um outro que não privilegia essa perspectiva. Isso explica o apoio ao “Grupo dos Vinte (G20), para que tenha papel cada vez maior nas questões de governança como o principal fórum para a cooperação econômica internacional” (INDIA, 2011 s/p) e ao “estabelecimento de um mundo mais justo e equânime” (INDIA, 2011 s/p). Portanto, o G20 teria um caráter mais representativo dessa ordem multipolar afirmada na Declaração possibilitando, assim, uma maior democratização nas relações internacionais.

Pode-se dizer, também, que a percepção da necessidade de uma ordem mais democrática seja baseada na “visão de que o mundo está passando por amplas, complexas e profundas mudanças pelo fortalecimento da multipolaridade, pela globalização econômica e pela crescente interdependência” (INDIA, 2011, s/p). Dialogando com as perspectivas de uma liderança norte-americana nas relações internacionais (HUNTINGTON, 1999; KRAUTHAMMER, 1990; WOHLFORTH, 1999), o BRICS destaca o seu papel na transformação da distribuição das capacidades de poder no sistema internacional demonstrando interesse em uma ordem que ultrapassa o que Roxanne Lynn Doty (1996) chama de *western bond* (uma aliança política entre os EUA e a Europa Ocidental baseada em valores liberais).

Diante dessa lógica do BRICS, faz sentido, portanto, as suas demandas por reformas no funcionamento das principais organizações internacionais (FMI, Banco Mundial e ONU). Ao demandarem uma maior representação democrática do sistema internacional baseada no aumento de poder relativo de seus membros, as reformas propostas pelo BRICS têm como objetivo maior uma institucionalização dessa mesma mudança (BATISTA JR, 2019; STUENKEL, 2017). Assim, quando eles veem “a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo seu Conselho de Segurança, para assegurar maior eficácia, eficiência

e representatividade de modo a que possa melhor enfrentar os desafios globais da atualidade” (INDIA, 2011 s/p), haveria a suposição de que a atual configuração do CSNU seria ineficiente e ineficaz e, assim, ele se torna deficiente na sua capacidade de enfrentar as principais questões abarcadas pelas suas funções.

Essa percepção do CSNU ser problemático é exemplificada na seguinte frase da declaração: “Compartilhamos o princípio de que o uso da força deve ser evitado. Afirmamos que a independência, a soberania, a unidade e a integridade territorial de cada nação devem ser respeitadas” (INDIA, 2011 s/p). Apesar de não haver nenhuma referência direta, é relevante destacar que essa declaração ocorreu no mesmo ano que ocorreu a invasão da Líbia pelo Ocidente. Desse modo, é possível dizer que o enunciado está estabelecendo uma posição diante do discurso de intervencionismo ocidental em países que apresentam dificuldades nos assuntos de direitos humanos e democracia perante ao zelo que os países do BRICS possuem em relação às suas respectivas soberanias (ABDENUR, 2016; LAGUTINA, 2019; STUENKEL, 2014). Dessa forma, apesar de ausente, o “outro” é presente nessa declaração servindo de referência para a construção do “Eu”.

A demanda por reformas das organizações não se limita às razões políticas e de segurança. Na verdade, ela se inscreve em uma proposta do BRICS para um mundo mais democrático e justo. Sempre levando em consideração o aumento do protagonismo e da importância de suas economias no cenário mundial, o BRICS insiste em mudanças estruturais no FMI. O predomínio quase exclusivo do *western bond* dentro dessas organizações é visto como um anacronismo pelo bloco diante da superação, em tamanho, das suas economias perante alguns países europeus ao mesmo tempo que esses possuem maior papel de destaque institucional. Além do mais, o fato do Banco Mundial e do FMI serem chefiados apenas por representantes europeus e norte-americanos é posto como uma questão que representa uma realidade que não existiria mais, ou seja, seria ultrapassada. Um exemplo disso é a seguinte frase:

Instamos que sejam atingidas de maneira rápida as metas de reforma do Fundo Monetário Internacional, acordadas em Cúpulas anteriores do G20, e reiteramos que a estrutura de direção das instituições financeiras internacionais deve refletir as mudanças na economia mundial, ampliando a voz e a representação dos países emergentes e em desenvolvimento (INDIA, 2011 s/p).

Outra crítica feita pelo BRICS no que tange ao mundo financeiro são os problemas causados pelos modelos econômicos propagados pelo Ocidente. Ao dizer que “a crise financeira internacional evidenciou as inadequações e deficiências do sistema monetário e financeiro

internacional existente” (INDIA, 2011 s/p), a declaração faz oposição aos princípios de *laissez-faire* e à especulação financeira defendidos pelo Consenso de Washington (ALTMAN, 2009; FOURCADE, 2013). Para mitigar essa situação, o bloco apoia uma “reforma e aperfeiçoamento do sistema monetário internacional” (INDIA, 2011 s/p).

Tabela 11: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Outro" na declaração de 2011

BRICS	OCIDENTE / ORDEM OCIDENTAL
Economicamente dinâmico	Centralizador
Democrático	Injusto
Representativo	Desigual
Reformista	Conservador
Atual	Ineficiente
Juridicamente responsável	Juridicamente irresponsável
	Obsoleto
	Deficiente

Fonte: AUTOR, 2022

A declaração de 2014 pode ser vista como um enunciado em que o BRICS, ao mesmo tempo em que preza pela manutenção da ordem internacional vigente, busca se tornar mais autônomo em relação a ela. Esse posicionamento pode ser verificado em uma das primeiras frases da declaração: “Nossas visões compartilhadas e nosso compromisso com o direito internacional e com o multilateralismo, com as Nações Unidas como seu centro e fundamento, são amplamente reconhecidas e constituem importante contribuição para a paz mundial” (INDIA, 2014, s/p). Como uma forma de mitigar as desconfianças da comunidade internacional (principalmente, o Ocidente) em relação a uma posição revisionista do bloco (CORRÊA, 2014; DUGGAN, 2015; RADULESCU; PANAIT; VOICA, 2014), o BRICS busca evitar a essas suspeitas reforçando a sua aderência à ordem liberal. Entretanto, o bloco percebe as estruturas dessa mesma ordem como carentes de atualizações e de reformas para que elas se adequem às mudanças geo-econômicas ocorridas desde a década de 1990 e que isso pode acentuar a incapacidade dessas estruturas em lidar com os problemas atuais. Tal abordagem é demonstrada no seguinte enunciado:

Por outro lado, estruturas de governança internacional concebidas em uma configuração de poder distinta demonstram sinais crescentemente evidentes de perda

de legitimidade e eficácia, ao passo que arranjos transitórios e ad hoc se tornam cada vez mais frequentes, muitas vezes à custa do multilateralismo. Acreditamos que o BRICS é uma importante força para mudanças e reformas incrementais das atuais instituições em direção à governança mais representativa e equitativa, capaz de gerar crescimento global mais inclusivo e de proporcionar um mundo estável, pacífico e próspero (INDIA, 2014, s/p).

Pode-se dizer, também, que o BRICS se apresenta como parte essencial do crescimento econômico mundial e da geração de riqueza internacional, demonstrando certa excepcionalidade em relação às economias desenvolvidas, pois, enquanto a economia internacional “se recupera da recente crise econômica e financeira mundial”, “nossas economias [BRICS] consolidaram coletivamente suas posições como os principais motores do ritmo da economia internacional” (INDIA, 2014, s/p). Além disso, é afirmado que “nosso crescimento econômico e nossas políticas de inclusão social ajudaram a estabilizar a economia global” (INDIA, 2014 s/p). Desse modo, pode-se ver que o BRICS postula uma diferença do “Nós” estáveis, dinâmicos e prósperos diante de um “Outro” ainda em processo de recuperação.

Outra parte da declaração que afirma essa percepção é a interpretação do Ocidente como possível catalisador de crises econômicas. Ao dizer que “mesmo que a economia global se fortaleça, decisões de política monetária em algumas economias avançadas podem causar estresse e volatilidade renovados para os mercados financeiros [...] a fim de minimizar repercussões negativas” (INDIA, 2014, s/p). Diante disso, a declaração contrasta as políticas baseadas no Consenso de Washington praticadas pelo Ocidente com as políticas econômicas praticadas pelos emergentes.

Estruturas macroeconômicas fortes, mercados financeiros bem regulados e níveis robustos de reservas têm permitido que economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento em geral, e os BRICS em particular, lidem melhor com os riscos e alastramentos decorrentes das condições econômicas desafiadoras dos últimos anos (INDIA, 2014, s/p).

Assim, o BRICS se define como uma fonte de estabilidade e crescimento, enquanto o Ocidente é visto como um gerador de instabilidade, crise, logo, problemático.

Ainda na perspectiva econômica e financeira, o BRICS sempre se posicionou a favor de uma reformulação tanto da estrutura quanto das lideranças das principais organizações internacionais que lidam com esses temas (notadamente o FMI e o Banco Mundial). Dessa forma, a declaração de 2014 repete as de 2009 e 2011 no que concerne o apoio do bloco ao G20 em detrimento de G8 como a principal e mais eficiente ferramenta de coordenação e cooperação macroeconômica da atualidade. Isso é visto na seguinte frase: “a continuidade da coordenação macroeconômica entre todas as principais economias, em particular no G20, permanece fator crítico para o fortalecimento de perspectivas para uma recuperação mundial vigorosa e

sustentável” (INDIA, 2014, s/p). Todavia, em 2014, o BRICS parte para uma nova abordagem em lidar com necessidade de atualizar as organizações internacionais ao se dedicar na construção autônomas de alternativas ao FMI e ao Banco Mundial, tradicionalmente controladas pelo Ocidente (MEARSHEIMER, 1994).

Dizendo que eles se mantêm “comprometidos em oferecer respostas construtivas para os desafios econômicos e financeiros mundiais, e em servir como uma voz firme para a [...] governança econômica internacional mais representativa” (INDIA, 2014, s/p), o BRICS lança mão das suas primeiras concretizações institucionais: a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e o Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Não se atendo a termos técnicos aqui, os principais significados dessas instituições se dão no caráter de complementar “os esforços de instituições financeiras multilaterais” e “arranjos internacionais existentes”. Dessa forma, segundo o BRICS, os mecanismos financeiros internacionais precisariam ser complementados, o que demonstraria uma insatisfação com os mecanismos existentes devido à incapacidade de se adequarem às novas realidades das relações internacionais. Isso é reforçado ainda mais quando é dito que “[t]emos sido muito ativos na melhoria da arquitetura financeira mundial por de nossa coordenação multilateral e de nossas iniciativas de cooperação financeira” (INDIA, 2014, s/p).

No entanto, como já apontado, o BRICS ainda se percebe a ordem internacional liberal e suas organizações como indispensáveis, apesar de serem carentes de atualizações. Isso porque, apesar de estarem “desapontados e seriamente preocupados com a presente nãoimplementação das reformas do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2010, o que impactanegativamente na legitimidade, na credibilidade e na eficácia do fundo” (INDIA, 2014, s/p), não é percebida qualquer rejeição ou demanda destrutiva da organização. Além do mais, o apoio “a estruturas de governança mais democráticas” e à garantia de “maior voz e representação daseconomias de mercado emergente e países em desenvolvimento” serviriam para aumentar ainda mais a eficiência dessas organizações tradicionais.

Indo além de questões econômicas e financeiras, o BRICS ainda se mostra desejoso de mudanças nas estruturas de segurança da ONU, principalmente o CSNU. Reafirmando “a necessidade de uma reforma abrangente das Nações Unidas, incluindo o seu Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo, eficaz e eficiente, de modo que possa responder adequadamente a desafios globais” (INDIA, 2014, s/p), o aumento de maior diversidade dos membros seria sinônimo de maior capacidade de resposta e, portanto, maior

capacidade de oferecer segurança internacional. No entanto, haveria uma relação dialógica nessa proposta.

O documento segue dizendo que “China e Rússia reiteram a importância que atribuem ao status e papel de Brasil, Índia e África do Sul em assuntos internacionais e apoiam sua aspiração de desempenhar um papel maior nas Nações Unidas” (INDIA, 2014, s/p). No entanto, ao dizer que a China e Rússia apoiam essa proposta, o não-dito é que a atualização do Conselho não ocorreria porque os outros membros não concordariam com isso. Esses membros, por sua vez, seriam os Estados Unidos, o Reino Unido e a França que são as maiores potências militares do Ocidente. Dessa forma, o “outro ausente” que impediria o ingresso da África do Sul, Brasil e Índia é o mesmo “Outro” que, dentro da lógica dialógica das declarações do BRICS, obstruiria reformas dentro do FMI e do Banco Mundial.

Atendo-se ao assunto das Nações Unidas, a declaração ainda afirma que:

Enfatizamos nosso compromisso com a solução sustentável e pacífica de conflitos, conforme os princípios e objetivos da Carta da ONU. Condenamos intervenções militares unilaterais e sanções econômicas em violação ao direito internacional e normas universalmente reconhecidas das relações internacionais. Tendo isso presente, enfatizamos a singular importância da natureza indivisível da segurança e que nenhum Estado deve fortalecer sua segurança em detrimento da segurança dos demais (INDIA, 2014, s/p).

Esse enunciado é relevante quando leva-se em consideração alguns acontecimentos daquele ano os quais, apesar de não serem parte do escopo deste trabalho, são dignos de nota para melhor compreensão. Em 2014, havia uma grande crise no Oriente Médio devido ao surgimento do Estado Islâmico (ISIS) na região, notadamente no Iraque e na Síria. No mesmo ano, os EUA fizeram uma reunião com Austrália, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Turquia, e Reino Unido (aliados tradicionais dos EUA e ocidentais em sua maioria) para encontrar soluções para a situação (NICKS, 2014). Na segunda metade daquele ano, os EUA bombardearam o Iraque em áreas dominadas pelo ISIS sem aval do CSNU (AL JAZEERA, 2014). Naquele mesmo ano houve bombardeios australianos (SMH, 2014), britânicos (REINO UNIDO, 2014), franceses (BBC, 2014), entre outros. Assim, o BRICS tenta se posicionar como um defensor dos princípios da Carta da ONU enquanto demonstra as transgressões dos outros à Carta pelo Ocidente. Haveria uma construção de diferenciação entre um Ocidente invasor e desrespeitador de regras e normas, um BRICS preocupado com o direito internacional e com a soberania de países alheios.

Tabela 12: Pressuposição e predicação de sujeitos relacionados ao "Outro" na declaração de 2014

BRICS	OCIDENTE/ORDEM OCIDENTAL
Responsável	Ilegítimo
Comprometido com a Carta da ONU	Ineficaz
Multilateral	Unilateral
Pacífico	Desigual
Inclusivo	Excludente
Dinâmico	Lento
Seguro	Irresponsável
Democrático	Incompleto

Fonte: AUTOR, 2022

Vimos, então, que as declarações de cúpula do BRICS de 2009, 2011 e 2014 demonstram um descompasso entre a realidade do sistema internacional e o funcionamento das organizações internacionais que ordenam esse mesmo sistema. Segundo as declarações, os BRICS e os demais emergentes e adquiriram uma nova importância política e econômica a ponto de criar uma necessidade de organizações internacionais se adequassem a essa realidade. Assim, o BRICS se consagraria como o principal representante desses novos atores. O bloco legitimaria, portanto, sua demanda reformas institucionais das organizações internacionais.

Além disso, não haveria um posicionamento de confronto ou revisão radical tanto nas demandas quanto nas ações direcionadas à mudança dessa ordem internacional. Apesar da demanda por mudança, o bloco não negaria a importância das organizações, visto que exaltaria sua centralidade na resolução das principais questões nas relações internacionais como desenvolvimento, segurança e comércio. Outro ponto relevante a ser destacado é o posicionamento hierárquico que o BRICS define entre ele e o Ocidente ao que tange os esforços por reformas e ao respeito às normas internacionais.

Enquanto o BRICS defenderia por uma ordem internacional mais representativa, diversa, democrática, responsável, o Ocidente seria retratado como irracional, inconsequente economicamente, juridicamente irresponsável, resistente à diversidade, autocentrado e egoísta. Os resultados obtidos até aqui demonstram que haveria uma dinâmica de construção do Outro através um processo de pressuposição, predicação e posicionamento do sujeito, ao mesmo tempo em que haveria uma dinâmica de diálogo dos enunciados do BRICS e sobre como eles percebem o sistema internacional em relação aos enunciados ocidentais e suas práticas no

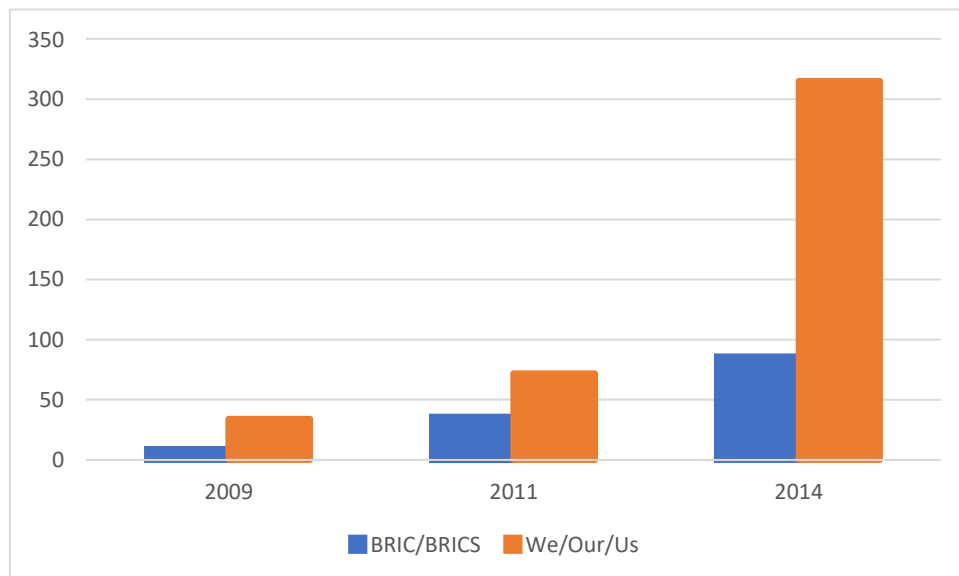
mesmo sistema. Dessa forma, podemos ver que tanto o que BRICS diz de si mesmo quanto o que diz sobre o Outro mostra “como a linguagem trabalha para produzir sujeitos e suas relações” (DOTY, 1993, p. 305). Ainda segundo Doty (1993), podemos ver como as construções de realidade produzida por esses atores é baseada nos diversos tipos de identidades

3.3 Conclusão

Então, pode-se depreender desta análise e retornando para autorizar a comprovação da hipótese, foram buscados fenômenos de dêixis para comprovar a existência de um sentido de *we-feeling* e pertencimento de grupo. No entanto, como foi demonstrado no capítulo anterior, a existência do Eu não se dá em um vazio existencial e fora de contexto, mas, sim, precisa-se de um Outro, ausente ou não, para que haja delimitações ontológicas entre os sujeitos. Dessa forma, além dos fenômenos dêiticos, foi verificado elementos que indicam a existência desse Outro.

Em relação aos fenômenos de dêixis, pôde-se ver que, dentro do escopo de dados analisados, há um aumento progressivo desses elementos ao longo dos anos. Com o objetivo de “aglutinar particulares e articulá-las à totalidade do grupo de forma a criar um sentimento de ‘we-feeling’ entre os indivíduos que o compõe” (RESENDE, 2017, p. 242), esses elementos se encontram em formas tanto de pronome (nós e suas variações) ou substantivos próprios (BRIC/BRICS), como também em fenômenos de predicação. Em relação ao primeiro tipo de elemento, foi visto que o aumento do número de membros e da robustez institucional do bloco demandou um aumento similar dos fenômenos de dêixis presentes nas declarações. O gráfico abaixo demonstra esse crescimento.

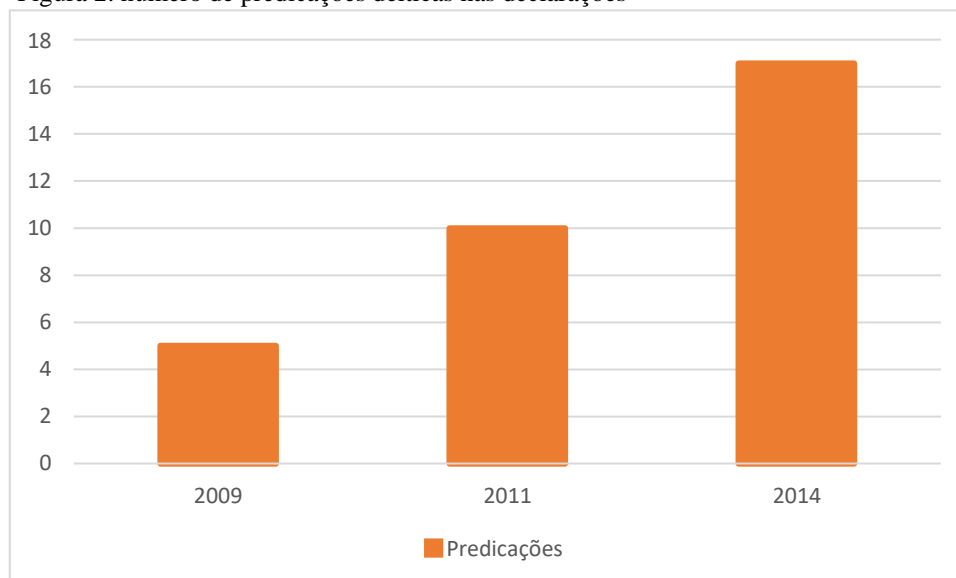
Figura 1: número de elementos dêiticos nas declarações



Fonte: AUTOR, 2022

Já em termos de predicação, ou seja, “o ligamento de certas qualidades a sujeitos particulares através do uso de predicados e advérbios e adjetivos que os modificam” (DOTY, 1993, p. 306), a situação é similar. Ao se considerarem como “economias em desenvolvimento”, “países em desenvolvimento”, “economias em desenvolvimento”, “mercados emergentes”, “países emergentes” e “EMDC” (*emerging market economies and developing countries*) o BRICS modifica e classifica, textualmente, a sua natureza. Esses predicados são importantes já que eles funcionam como elementos de dêixis por criarem um sentimento de *we-feeling*. O gráfico abaixo revela esse fenômeno.

Figura 2: número de predicções dêiticas nas declarações



Fonte: AUTOR, 2022

Outro ponto de análise que este trabalho proporciona é a demonstração dos temas em que os elementos de dêixis se tornam mais ou menos presentes ao longo das declarações analisadas. Para isso foram analisadas as tabelas anteriores que indicam os fenômenos de predicação e foram extraídos quatro grandes temas que permeiam os dados presentes em cada tabela. O primeiro tema é localizado quando o BRICS se demonstra como representante do mundo em desenvolvimento; o segundo tem a ver com a citação direta de organizações internacionais; o terceiro é demonstrado pela intenção e desejo de reformas e mudanças na arquitetura internacional e; o quarto se trata do tema de instituições que compõem o sistema internacional atual²³. Cabe dizer, também, que, em muitas vezes, as mesmas partes mencionam mais de um tema ao mesmo tempo. Com isso em mente, abaixo é demonstrado a evolução tanto do número de vezes que ocorrem citações desse tipo quanto as diferentes frequências que esses temas são abordados dependendo da declaração.

²³ Apesar de reconhecer que há um debate na literatura sobre o que é e qual é a definição de instituições nas Relações Internacionais (DUFFIELD, 2007), este trabalho opta pela definição da abordagem construtivista desse tema. Finnemore e Sikkink (2001, p. 392) afirmam que o “foco construtivista no papel de ideias, normas, conhecimento, cultura, e discussão na política, salientando em particular, o papel de ideias coletivamente estabelecidas ou ‘intersubjetivas’ e compreensão sobre a vida social”.

Figura 3: número de elementos dêíticos por temas na declaração de 2009

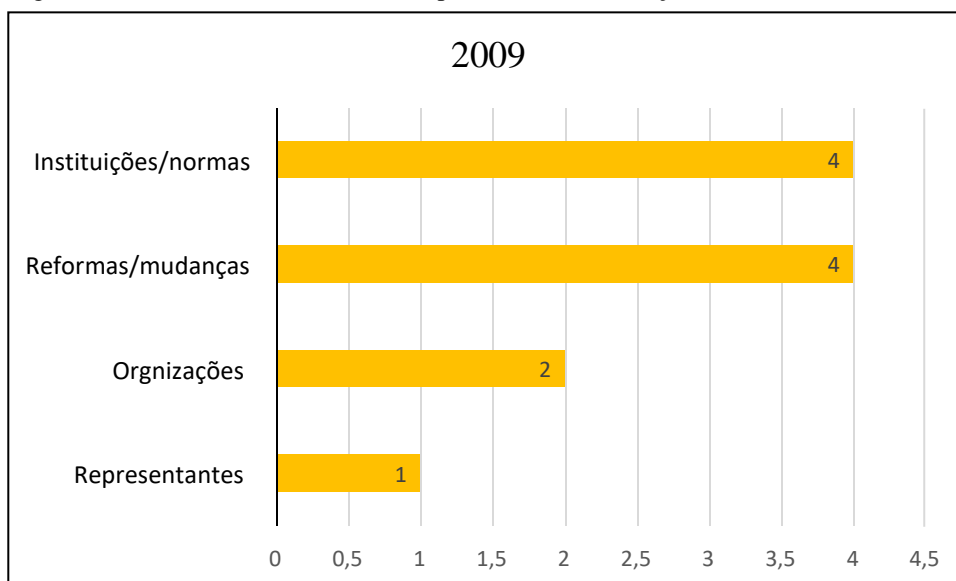
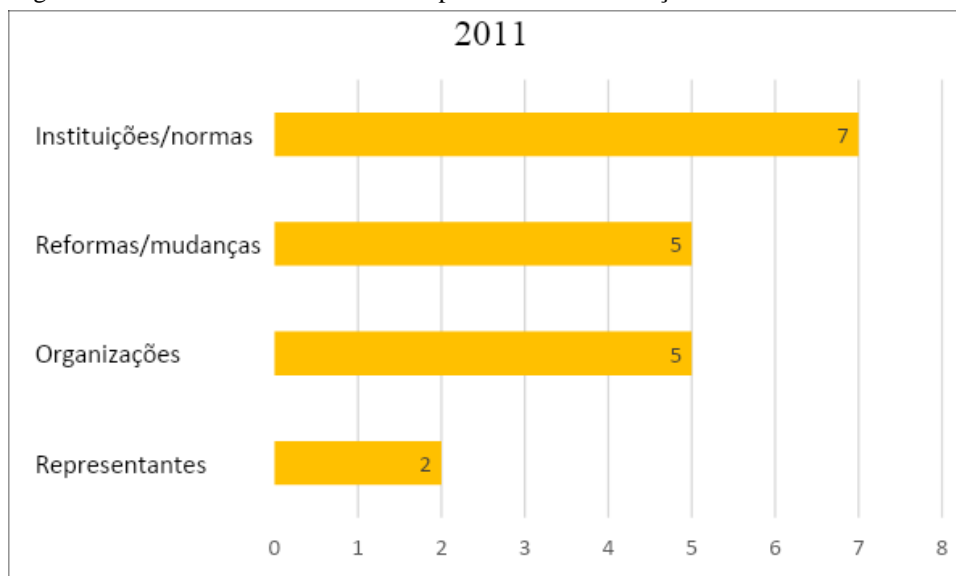
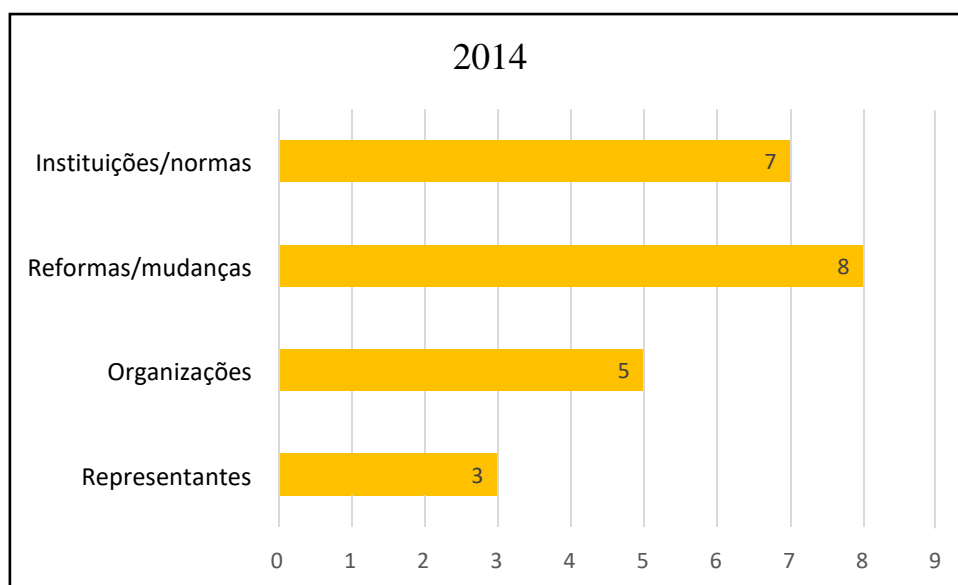


Figura 4: número de elementos dêíticos por temas na declaração de 2011



Fonte: AUTOR, 2022

Figura 5: número de elementos dêiticos por temas na declaração de 2014



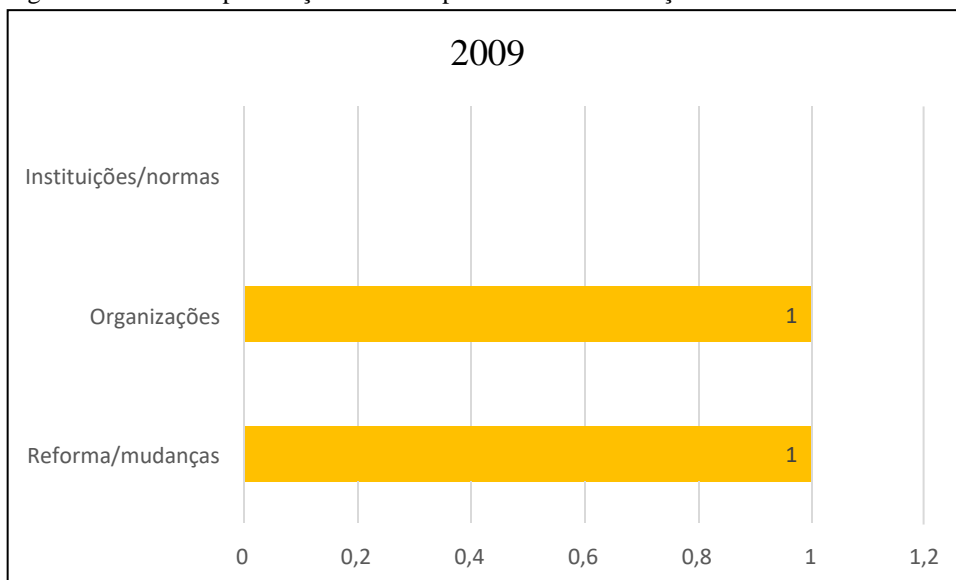
Fonte: AUTOR, 2022

Portanto, pode-se ver que os temas que tratam de reformas e mudanças no sistema internacional juntamente com o tema tangente às instituições e normas são os mais frequentes dentro do escopo analisado. Sendo o primeiro citado 17 vezes e o último 18 vezes, é evidente que o BRICS busca uma mudança dentro da continuidade. Em outras palavras, o desejo de reforma que o bloco apresenta perante às organizações internacionais e à arquitetura global que elas moldam não se traduz necessariamente em uma postura revisionista. Pelo contrário, as demandas por uma atualização das estruturas de organizações como ONU e FMI, crescentes a cada ano, demonstram um compromisso do BRICS com valores e instituições que sustentam a caráter liberal da ordem atual (diplomacia, soberania, comércio interacional, não-intervenção, etc) o qual também é crescente ao longo dos anos.

Cabe ainda dizer que não é somente através do pronome “nós” e do próprio nome do bloco que as declarações manifestam elementos de dêiticos. Quando esses elementos deixam de ser explícitos, o BRICS ainda o faz através das predicações. Ao se mostrarem como representante dos países em desenvolvimento e das economias emergentes (tema que é crescente nas declarações analisadas, como pode ser visto nos gráficos anteriores), as predicações servem como sinédoques. Antes repetir o modelo dos gráficos anteriores para essas predicações, cabe dizer que o tema de “representante” não é mais possível de ser encontrado já

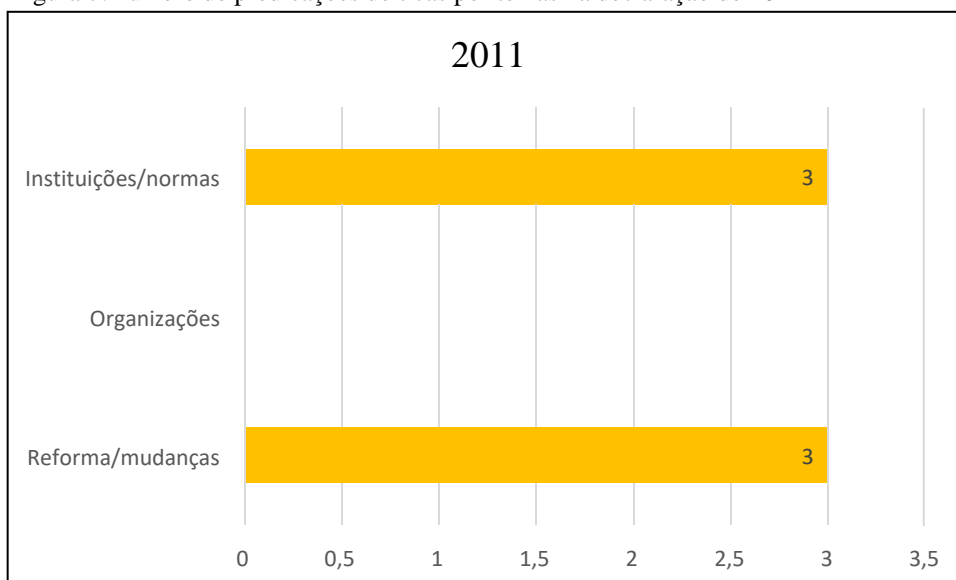
que a predicação é referente ao grupo representado, sobrando apenas três dos quatro temas: reforma/mudanças; organizações e instituições. Assim, temos os seguintes gráficos:

Figura 6: número de predicações dêiticas por temas na declaração de 2009



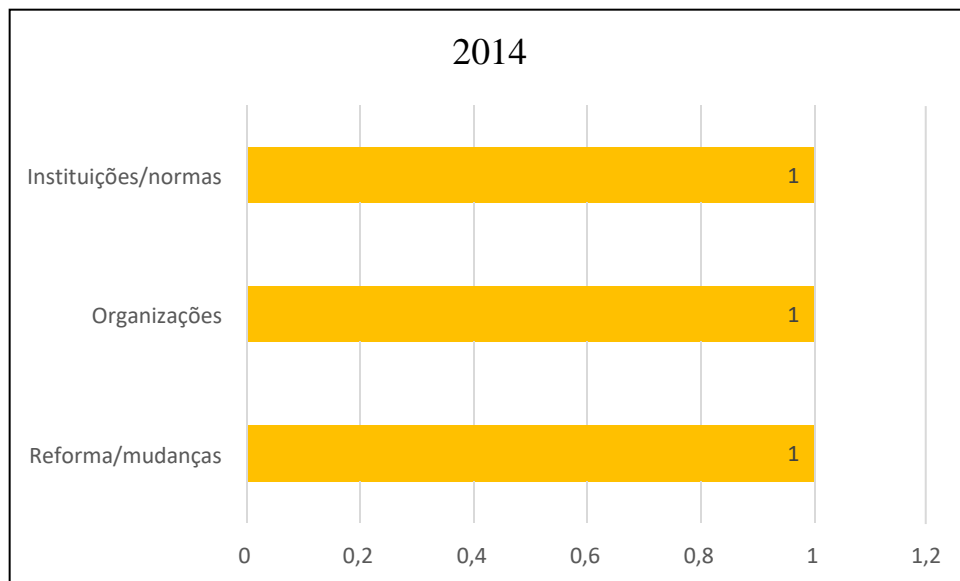
Fonte: AUTOR, 2022

Figura 7: número de predicações dêiticas por temas na declaração de 2011



Fonte: AUTOR, 2022

Figura 8: número de predicacões dêiticas por temas na declaração de 2014



Fonte: AUTOR, 2022

Apesar de serem claramente menos frequentes que os elementos dêiticos mais explícitos (o que é compreensível já que o BRICS se trata de um bloco com número de membros restritos), o fato de essas predicacões estarem presentes em todas as declarações analisadas mostra que o BRICS se vê, em certo grau, como uma voz que tanto representa como é integrante do mundo em desenvolvimento.

Ademais, pelo fato desses temas estarem relacionados aos elementos de dêixis do bloco, seria possível dizer que o BRICS transmite, através de suas declarações, uma fixação de sua identidade baseada em reformas das organizações internacionais e compromisso às instituições do sistema internacional. Por ser um discurso monológico, “ele parece ser uma tentativa de criar um *sentimento do nós*, uma ‘comunidade imaginada’” (CAVALCANTI, 2012, p. 144, grifo da autora). Desse modo, juntando o raciocínio dêitico com o aumento quantitativo desses elementos em cada declaração, este trabalho teria cumprido seu objetivo de comprovar a existência de um *we-feeling* dentro das declarações analisadas.

Entretanto, como foi dito anteriormente, a existência do Eu não é viável sem a existência de um Outro. Nesse sentido, a busca por elementos que indicam esse Outro dentro das declarações analisadas foi considerada como um dos objetivos deste capítulo. Apesar de não haver nenhum destinatário explícito nas declarações, Jacques Derrida (1986) que esse tipo de

texto sempre se refere a alguém ou a algo, mesmo que esses elementos não estejam diretamente presentes dentro do corpo do texto. Portanto, buscou-se construções discursivas que possibilitassem a identificação de uma outricidade indireta a fim de estabelecer os limites ontológicos das identidades do BRICS e do Outro.

Com esse raciocínio em mente, foi visto que o Outro ausente dentro das declarações analisadas é o anacronismo, sustentado por potências ocidentais, da composição e do funcionamento das organizações internacionais que sustentam a arquitetura institucional global. Essa percepção é sustentada pela interpretação do BRICS de que os países emergentes possuem papéis cada vez mais protagônicos na política internacional e, por isso, deveriam ter maior representatividade e voz nas organizações internacionais. Essa definição de outro é importante porque ela exclui possíveis Outros, como por exemplo, a ordem liberal. O BRICS não se opõe às instituições que dão forma à ordem internacional hoje, mas em todas declarações se mostram a favor do multilateralismo, diplomacia, soberania, não-intervenção, comércio internacional e democracia.

Diante desses fatores, qual é o Outro do BRICS? Por meio da metodologia de predicação de Doty (1993) e da lógica dialógica de Bakhtin (1981), pôde-se ver que ele se trata da ordem ocidental a qual é materializadas na falta de representatividade das principais organizações internacionais, nas crises do modelo econômico neoliberal e no desrespeito às normas do direito internacional. Essa especificação é importante pois não há uma indicação de que o Outro é uma potência ocidental específica ou mesmo que ele é a própria civilização ocidental já que foi visto que o BRICS é a favor de valores ocidentais e liberais, e das organizações internacionais provenientes deles. Em outras palavras, o Outro ausente nas declarações do BRICS é a manutenção do anacronismo do papel do Ocidente na definição dos rumos da política internacional em detrimento do maior protagonismo das potências emergentes. Para melhor compreensão segue uma lista de pressuposições e predicações do BRICS e do Ocidente.

Tabela 13: predicações, pressuposições e posicionamentos do sujeito em relação ao "Outro" nas declarações

BRICS (EU)	OCIDENTE/ORDEM OCIDENTAL (OUTRO)
Atual	Autocentrado
Comprometido com a Carta da ONU	Centralizador
Democrático	Conservador

Dinâmico	Deficiente
Economicamente dinâmico	Desigual
Inclusivo	Egoístas
Juridicamente responsável	Excludente
Multilateral	Ilegítimo
Pacífico	Incompleto
Reformista	Ineficiente
Representativo	Injusto
Responsável	Juridicamente irresponsável
Seguro	Lento
	Obsoleto
	Ultrapassado
	Unilateral

Fonte: AUTOR, 2022

Então, diante de tudo o que foi dito, cabe aqui resgatar a pergunta que deu origem a esse trabalho: como a identidade do BRICS se constrói e o que ela significa? A construção da identidade do bloco foi construída pela interdependência de elementos dêiticos, sobre qual o *we-feeling* foi construído, e pela identificação do Outro ausente, constituído pela atual ordem ocidental e os anacronismos do seu papel na política internacional. O significado desse processo é uma identidade emergente e reformistas. Emergente devido a percepção de que os membros do BRICS têm de si mesmos em relação ao aumento das suas importâncias na manutenção da ordem global, e reformistas pelo desejo alterar aspectos dessa mesma ordem que não representam ou não possibilitam representar a emergência do BRICS para um papel mais protagônico nas relações internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que a distribuição de poder no do sistema internacional vem passado por mudanças e inflexões desde o fim da Guerra Fria. Dentro dessa realidade, uma das maiores características desse novo cenário é a maior quantidade de potências cuja influência pode determinar os rumos da paz e da segurança internacional. Explicar e entender somente o Ocidente (EUA e Europa Ocidental) não basta para compreender os rumos e os fenômenos da política internacional, sendo necessário ir além dessas zonas geográficas para interpretar as rápidas e constantes transformações das relações internacionais. Nesse contexto, a disciplina das RI vem experimentado não somente um aumento dos seus objetos de análise, mas, também, uma diversificação nos métodos de pesquisa e nas abordagens teóricas para possuir capacidade explicativa sobre o mundo atual.

Dentro dessas mudanças da política internacional, um fenômeno popularizado após o fim da Guerra Fria foi o de agrupamento de Estados, mais ou menos institucionalizados. A ocorrência desses grupos abre espaço para indagações sobre as suas motivações e os objetivos. Inserido nessa realidade, o grupo do BRICS desperta curiosidade e indagações pelo fato do bloco se composto por membros que não se localizam nas mesmas regiões geográfica, não compartilham uma cultura comum, possuem interesses políticos e econômicos divergentes. Além do mais, por ter sido popularizado, principalmente, pelas altas taxas de crescimento econômico, o BRICS sofre questionamentos sobre a sua existência quando esse crescimento fica abaixo do esperado, como ocorre hoje.

Com base nessas indagações, este trabalho questionou se a motivação de cooperação intra-BRICS foi além do fator econômico e outros tipos de elementos materiais. Utilizando uma abordagem construtivista da teoria das RI, a hipótese perseguida aqui foi de que a cooperação entre os membros do BRICS seria resultado de um processo de construção de uma identidade comum em que o status de reformista e de emergente seriam os principais elementos que formaria essa identidade. Nesse sentido, a pergunta que orientou esta pesquisa é esta: como se constrói uma identidade comum entre o BRICS e o que ela significa? A fim de responder essa pergunta, o objetivo principal deste trabalho foi compreender o processo de construção coletiva de identidade de um agrupamento de Estados. Assim, buscou-se entender o processo de construção coletiva de identidade do BRICS e o que ela significa. No entanto, foi visto que para compreender esse objetivo específico foi necessário identificar o tipo de interação do BRICS e analisar a construção de identidade nas declarações de cúpulas de 2009, 2011 e 2014.

Assim, o primeiro capítulo teve como um dos seus objetivos analisar o fim da Guerra Fria e como esse acontecimento possibilitou uma reconfiguração abrupta da distribuição de poder no sistema internacional. Diante disso, houve um *boom* de diferentes explicações tanto sobre as causas como as consequências desse fenômeno. Uma dessas consequências foi a mitigação do momento unipolar do poder norte-americano devido ao surgimento de novos atores estatais com capacidade de influenciar eventos internacionais, as quais receberam o nome de potências emergentes. Esse aparecimento e análise de novas potências emergentes, por sua vez, foi o tema segundo objetivo do capítulo o qual buscou explicar o que significa ser uma potência emergente. O significado encontrado foi o seguinte: país de relevância econômica minimamente regional fora do centro geográfico do capitalismo global, desejoso de maior representatividade política no atual sistema internacional devido ao aumento relativo de seus recursos materiais, e engajado no avanço de cooperação. Finalmente, o terceiro objetivo do capítulo teve o propósito de investigar o porquê de as potências emergentes terem o desejo de possuírem maior representatividade no sistema internacional.

O segundo capítulo, por sua vez, apresentou a evolução do debate das questões de identidade dentro da disciplina das RI. Como ferramenta explicativa, a identidade possuiu papel marginal quando comparado a outros fatores (militar, econômico, geográfico, etc) na explicação do comportamento dos Estados. Foi somente no fim dos anos de 1980 e ao longo da década seguinte que a academia viu as deficiências das correntes *mainstream* das RI e, portanto, novas frentes de interpretações foram abertas. Assim, a identidade começou a ganhar espaço na literatura mostrando que os interesses e comportamentos dos Estados são formulados através da interpretação que esses atores possuem da realidade através do prisma identitário baseado na dinâmica de limitação ontológica entre o Eu e o Outro. A segunda parte do capítulo teve o objetivo de demonstrar o funcionamento da metodologia escolhida como a mais eficiente para a interpretação dos dados das declarações selecionadas. Portanto, análise de discurso com objetivos de identificar predicações, pressuposições e posicionamentos de sujeito possibilitam a identificação dos elementos que possibilitam o surgimento de um sentimento de *we-feeling* através de elementos de dêixis e definição ontológica do Outro.

Já o terceiro capítulo teve dois objetivos. O primeiro foi oferecer uma retrospectiva da evolução do bloco do BRICS desde sua criação até o ano de 2020 para que o leitor pudesse perceber que a evolução do bloco não se deu do modo linear, mas se baseou em fases de maior desenvolvimento de processos de institucionalização e em fases onde esse mesmo processo se arrefeceu. A segunda parte foi a análise propriamente dita das declarações

selecionadas para identificar os processos discursivos que possibilitam uma formação das delimitações ontológicas do Eu e do Outro através de predicções e posicionamentos. Além disso, buscou-se elementos dêiticos para solidificação de um sentimento de “nós” que pudesse mitigar as diferenças entre os membros e, portanto, criar um terreno propício a uma identidade em comum.

Portanto, diante de tudo o que foi feito, permite-se confirmar a hipótese de que a cooperação entre os membros do BRICS seria resultado de um processo de construção de uma identidade comum baseada em status de reformista e de emergente. Como demonstrado no terceiro capítulo, os fenômenos de dêixis se mostram em número crescente ao longo das declarações analisadas, demonstrando que há tanto uma necessidade e facilidade crescente do uso desses elementos possibilitando um sentimento de “nós” que é reforçado em cada declaração. Além disso, foi visto que essa dêixis também se consolida em outros tipos de palavras, não somente no pronome “nós”. Predicações e posicionamentos dos sujeitos através locuções adverbiais tendem a fortalecer a confirmação da hipótese. Aliás, pôde-se ver, também, que os elementos dêiticos flutuam numericamente dependendo do tema em que ele é relacionado. De acordo com os gráficos do capítulo 3, viu-se que temas como reformas e mudanças na ordem do sistema internacional e citações de instituições e normas da sociedade internacional são os maiores receptores desses elementos.

No que tange às predicções e à formação do Outro, chegou-se à conclusão de que o Outro do BRICS manutenção do anacronismo do papel do Ocidente na definição dos rumos da política internacional em detrimento do maior protagonismo das potências emergentes. Desde a falta de representatividade das demais potências emergentes até o desrespeito das principais normas e princípios do direito internacional, o BRICS vê o Ocidente como garantidor de uma ordem internacional inconsistente com a realidade. Além do mais, para o BRICS, ao manter essa ordem, o Ocidente cria dificuldades para a criação de um mundo mais seguro, próspero, justo e democrático. Ao definir o Ocidente e a atual ordem internacional como conservador, desigual, ineficiente, injusta, obsoleta e juridicamente irresponsável, o BRICS propõe a sua idealização da ordem internacional como benigna, desejável, atualizada e segura ao mesmo tempo em que ela possibilitaria o bloco, através de sua interpretação, a ocupar seu devido lugar no sistema internacional.

Então, olhando para o caso do BRICS, pode-se ver que o processo de construção coletiva de identidade de um agrupamento de Estados é um fenômeno importante para a compreensão das relações internacionais hoje. Diante do grande número de grupos nos dias de hoje (OTAN,

Mercosul, CARICOM, NAFTA, OEA, União Africana, etc), a perspectiva da identidade é torna-se uma ferramenta de interpretação eficiente para o funcionamento, existência e definição dos objetivos desses grupos quando as razões para esses mesmos fatores escapam da condição material ou do arcabouço ontológico das teorias *mainstream* das RI. O caso do BRICS é relevante para esse tipo de situação já que tanto a existência e o funcionamento do bloco com o grau de diferença entre seus membros.

No entanto, este trabalho não teve a pretensão de esgotar o tema por completo. O primeiro sinal disso é que nem todas as declarações foram analisadas. Devido ao tempo alocado à formulação e à pesquisa deste trabalho não houve possibilidade de analisar todas as declarações existentes. Portanto, o enfraquecimento ou fortalecimento da hipótese aqui apresentada depende de investigações das outras declarações ou até mesmo de outras declarações produzidas por reuniões ou grupos de trabalho do bloco. Ademais, é válido um estudo sobre até que ponto a questão da identidade é necessária para a cooperação do bloco ou até que ponto essa questão é essencial para a existência do mesmo.

Outro fator sujeito a críticas e a interpretações diferentes é o próprio conceito de potência emergente desenvolvido no capítulo 1. Somente potências não-tradicionais podem ser consideradas emergentes? Até que ponto as demandas por reforma da ordem internacional definem uma potência como emergente? A China e a Rússia, considerando seus tamanhos e importâncias na política internacional, podem ser consideradas como emergentes? O fato do BRICS ser não possuir estruturas institucionais de grupos tradicionais significa algo? Seria um novo paradigma de constituições institucional ou há desconfianças demais para esse avanço? Se houver desconfiança, que papel a identidade comum tem nisso? Em relação ao capítulo 2, outras metodologias podem ser úteis e trazer intepretações diferentes que este trabalho não conseguiu alcançar.

Questões de conjuntura também podem despertar novas interpretações sobre o BRICS e até que ponto a cooperação deles depende das ações individuais de cada membro. As invasões da Ucrânia perpetradas pela Rússia geram questionamentos sobre uma identidade comum entre o BRICS no momento de definir suas posições políticas perante a tal evento. Além do mais, outras perguntas podem surgir: as invasões feitas Rússia geram uma crise ontológica no BRICS? Até que ponto a identidade encontrada neste trabalho está de acordo ou não com essas ações? Será mesmo que a identidade proposta aqui reflete as perspectivas russas sobre o BRICS? Se não, quais seriam? Ademais, diante de um papel mais protagônico da China nas relações internacionais, cabe questionar se o caráter de emergente ainda se adequa à China ou

se ela já emergiu. O BRICS ainda satisfaz as pretensões chinesas ou o China vive agora um momento pós-BRICS? A presidência de Jair Bolsonaro com sua perspectiva mais voltada ao Ocidente ajuda a pensar sobre até que ponto os países membros do BRICS estão comprometidos com os propósitos do bloco ou mesmo se o bloco é relevante nas suas condutas de política externa. Essas e outras são perguntas que apontam caminhos dentro desta pesquisa, demonstrando que ela não se esgota em si mesma, mas que é um objeto que abre outras oportunidades de pesquisa e compreensão.

REFERÊNCIAS:

ABDENUR, Adriana Erthal. China and the BRICS development bank: legitimacy and multilateralism in south–south cooperation. **IDS Bulletin**, [S. l.], v. 45, n. 4, p. 85–101, 2014.

ABDENUR, Adriana Erthal. Rising Powers and International Security: the BRICS and the Syrian Conflict. **Rising Powers Quarterly**, [S. l.], 2016.

ABDENUR, Adriana Erthal. Can the BRICS Cooperate in International Security? **International Organisations Research Journal**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 73–93, 2017.

ACHARYA, Amitav. Advancing Global IR: Challenges, Contentions, and Contributions. **International Studies Review**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 4–15, 2016. DOI: 10.1093/isr/viv016. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/isr/viv016>.

ACHARYA, Amitav. **The end of American world order**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2018.

ALLISON, Graham. The Thucydides trap: are the US and China headed for war? **The Atlantic**, [S. l.], v. 24, 2015.

ALLISON, Graham. **Destined for war**: Can America and China escape Thucydides’s trap? [S. l.]: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.

ALTMAN, Roger C. The Great Crash, 2008: a geopolitical setback for the west. **Foreign Affairs**, [S. l.], v. 88, n. 1, p. 2-14, 2009.

AMÉRICA do Sul cria órgão para integrar continente. **G 1**, Brasília, DF, 23 maio 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL534373-5602,00-AMERICA+DO+SUL+CRIA+ORGAO+PARA+INTEGRAR+CONTINENTE.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

AMORIM, Celso. Os Brics e a reorganização do mundo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2008. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0806200807.htm>. Acesso em: 27 out. 2021.

ANDREASSON, STEFAN. Africa’s prospects and South Africa’s leadership potential in the emerging markets century. **Third World Quarterly**, [S. l.], v. 32, n. 6, p. 1165-1181, 2011. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41300312>.

ARMIJO, Leslie Elliott. The BRICS countries (Brazil, Russia, India, and China) as analytical category: mirage or insight? **Asian Perspective**, [S. l.], v. 31, n. 4, p. 7-42, 2007.

ARMIJO, Leslie Elliott; ROBERTS, Cynthia. The emerging powers and global governance: Why the BRICS matter. **Handbook of emerging economies**, [S. l.], p. 503-520, 2014.

ASHLEY, Richard K. The poverty of neorealism. **International organization**, [S. l.], v. 38, n.2, p. 225–286, 1984.

AUSTRALIAN fighter jets conduct first armed flights over Iraq. **The Sydney Morning Herald**, 06 Oct. 2014. Disponível em: <https://www.smh.com.au/politics/federal/australian-fighter-jets-conduct-first-armed-flights-over-iraq-20141006-10qog3.html>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BAKHTIN, Mikhail. **The dialogical imagination**. Austin: University of Texas Press, 1981.

BAN, Cornel; BLYTH, Mark. The BRICs and the Washington Consensus: An introduction. **Review of International Political Economy**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 241–255, 2013. DOI:10.1080/09692290.2013.779374. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09692290.2013.779374>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BARBER, James. The new South Africa's foreign policy: principles and practice. **International Affairs**, [S. l.], v. 81, n. 5, p. 1079–1096,

2005. BARDIN, Laurence. **Content analysis**. [S. l: s. n.], [201-].

BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. When emergent countries reform global governance of climate change: Brazil under Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S. l.], v. 53, n. SPEC ISSUE, p. 73–90, 2010. DOI: 10.1590/s0034-73292010000300005. Disponível em: <http://cartographie>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **O Brasil não cabe no quintal de ninguém: bastidores da vida de um economista brasileiro no FMI e nos BRICS e outros textos sobre nacionalismo e nosso complexo de vira-lata**. [S. l.] : Leya, 2019.

BAYLIS, John; SMITH, Steve; OWENS, Patricia; BENESEAIEH, Afef. **La globalisation de la politique mondiale: une introduction aux relations internationales**. [S. l.]: Modulo, 2011.

CERIMÔNIA luxuosa abre Jogos Olímpicos de Pequim. **BBC**. 2008a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/08/080808_olimpiada_cerimonia_dg. Acesso em: 17 nov. 2021.

FRANCE launches first air strikes on IS in Iraq. **BBC**. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29277630>. Acesso em: 14 dez. 2021.

BEESON, Mark; ZENG, Jinghan. The BRICS and global governance: China's contradictory role. **Third World Quarterly**, [S. l.], v. 39, n. 10, p. 1962–1978, 2018. DOI: 10.1080/01436597.2018.1438186. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/01436597.2018.1438186>.

BELOPOLSKY, Helen. **Russia and the Challengers: Russian alignment with China, Iran and Iraq in the unipolar era**. [S. l.] : Springer, 2008.

BENACHENHOU, Abdellatif. **Países emergentes**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão Brasília, 2013.

BERENSKOETTER, Felix. Identity in international relations. *In: Oxford Research Encyclopedia of International Studies*. [S. l.: S. n.].

BLINDER, Alan S.; YELLEN, Janet Louise. **The fabulous decade: macroeconomic lessons from the 1990s**. [S. l.]: Century Foundation Press New York, 2001.

BOND, Patrick. BRICS and the sub-imperial location. **BRICS: An anti-capitalist critique**, [S.l.], p. 15–26, 2015.

BOND, Patrick; GARCIA, Ana. Perspectivas Críticas sobre os BRICS. **Tensões Mundiais**, [S.l.], v. 10, n. 18, 19, p. 15–28, 2014.

BRAIT, Beth; MELO, Rosineide De. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. *In: BAKHTIN: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 61–78.

BRETHERTON, Charlotte; VOGLER, John. **The European Union as a global actor**. [S. l.]: Routledge, 2005.

BREZINSKI, Zbigniew. **Out of control: global turmoil on the eve of the 21st century**. New York: Macmillan, 1993.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O que é o BRICS?**. 2019. Brasília, DF: Itamaraty, 2019. Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>. Acesso em: 2 jun. 2021.

BRICS should step up collective efforts for global peace, development. **Xinhua**, [Beijing], 05 Jun. 2018. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/05/c_137229987.htm. Acesso em: 29 out. 2021.

BROSIG, Malte. **The role of BRICS in large-scale armed conflict**. [S. l.]: Springer, 2019.

BROSIG, Malte. Has BRICS lost its appeal? The foreign policy value added of the group. **International Politics**, [S. l.], p. 1–19, 2021.

BRUTSCH, C.; PAPA, M. Deconstructing the BRICS: Bargaining Coalition, Imagined Community, or Geopolitical Fad? **The Chinese Journal of International Politics**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 299-327, 2013. DOI: 10.1093/cjip/pot009. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjip/article-lookup/doi/10.1093/cjip/pot009>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BULL, Hedley. **The anarchical society: a study of order in world politics**. [S. l.]: Macmillaninternational Higher education, 2012.

BURSTEIN, Daniel. **Yen!**: Japan's new financial empire and its threat to America. [S. l.]: Ballantine Books, 1990.

BUSH, George H. W. Address before a joint session of the Congress on the Persian Gulf crisis and the Federal budget deficit. **Washington, DC**, [S. l.], v. 11, 1990.

BUZAN, Barry. New patterns of global security in the twenty-first century. **International affairs**, [S. l.], v. 67, n. 3, p. 431–451, 1991.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. [S. l.]: Cambridge University Press, 2003. v. 91

CAMPBELL, David. Global inscription: How foreign policy constitutes the United States. **Alternatives**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 263–286, 1990.

CAMPBELL, David. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. [S. l.]: U of Minnesota Press, 1992.

CARR, E. H. **The Twenty Years' Crisis, 1919–1939**. London: Palgrave Macmillan, [S. l.], 1939.

CARVALHO, Evandro Menezes De. Um breve balanço da Cúpula do BRICS. **Portal FGV**, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/breve-balanco-cupula-brics>. Acesso em: 29 out. 2021.

CAVALCANTI, Flavia Guerra. **União Europeia e América Latina: associação estratégica ou oposição hierárquica?** Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2012.

CHASE, Robert; HILL, Emily; KENNEDY, Paul M.; HARVEY, Clare G. **The pivotal states: a new framework for US policy in the developing world**. [S. l.]: WW Norton & Company, 1999.

CHATIN, Mathilde; GALLAROTTI, Giulio M. The BRICS and soft power: an introduction. **Journal of Political Power**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 335–352, 2016.

CHATURVEDI, Sachin; SAHA, Sabyasachi. Competing Imperatives of Global Governance and National Interests within BRICS: An Indian Perspective. **Observer Research Foundation**, [S. l.], 2017.

CHEN, Qimao. New Approaches in China's Foreign Policy: The Post-Cold War Era. **Asian Survey**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 237–251, 1993.

CHIN, Gregory T. Remaking the architecture: the emerging powers, self-insuring and regional insulation. **International Affairs**, [S. l.], v. 86, n. 3, p. 693–715, 2010.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. **Meeting of BRICS Ministers of Foreign Affairs**.

2016. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cegv//eng/wjyw/t1399246.htm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CHINA. Ministry of Foreign Affairs. **BRICS adds new dynamism to International Relations**. 2019. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/t1170274.shtml. Acesso em: 2 jun. 2021.

CHIRIYANKANDATH, James. Realigning India: Indian foreign policy after the cold war. **The Round Table**, [S. l.], v. 93, n. 374, p. 199–211, 2004.

CHUN, Kwang Ho. **The BRICs superpower challenge: foreign and security policy analysis**. [S. l.]: Routledge, 2016.

CONNOLLY, William E. **Identity/Difference. Democratic Negotiation of Political Paradox**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.

CONTEPELLI, E. P.; PICCIAU, Simona. Institutional status of BRICS and pragmatic cooperation: The case of South America. [S. l.], 2015.

COOPER, Andrew F. Labels matter: interpreting rising states through acronyms. **Rising states, rising institutions: Challenges for global governance**, [S. l.], p. 63–82, 2010.

COOPER, Andrew F. **The BRICS: a very short introduction**. [s.l.]: Oxford University Press, 2016.

COOPER, Andrew F.; FAROOQ, Asif B. BRICS and the Privileging of Informality in Global Governance. **Global Policy**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 428–433, 2013.

COOPER, Andrew F.; FLEMES, Daniel. Foreign policy strategies of emerging powers in a multipolar world: An introductory review. **Third World Quarterly**, [S. l.], v. 34, n. 6, p. 943–962, 2013.

CORRÊA, Alessandra. **Banco dos Brics tem potencial de virar o jogo, diz economista dos EUA**. 2014. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/07/140710_banco_brics_1k. Acesso em: 6 dez. 2021.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium: Journal of International Studies**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981. DOI: 10.1177/03058298810100020501. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298810100020501>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CULLINAME, Michael Patrick; RYAN, David. Introduction. In: CULLINAME, Michael Patrick; RYAN, David (org.). **U.S. FOREIGN POLICY AND THE OTHER**. [s.l.]: Berghahn Books, 2015.

DAVIDSON, Jason. **The origins of revisionist and status-quo states**. [s.l.]: Springer,

2016.

DAVIDSON, Jason W. The roots of revisionism: Fascist Italy, 1922-39. **Security Studies**, [S.l.], v. 11, n. 4, p. 125–159, 2002.

DE BUITRAGO, Sybille Reinke. **Portraying the Other in International Relations: cases of othering, their dynamics and the potential for transformation**. [s.l.] : Cambridge Scholars Publishing, 2012.

DE SOUSA, Fernando. **Dicionário de relações internacionais**. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento/CEPESE, , 2005.

DENISOV, Igor; KAZANTSEV, Andrei; LUKYANOV, Fyodor; SAFRANCHUK, Ivan.
Shifting strategic focus of BRICS and Great power competition. **Strategic Analysis**, [S. l.], v.43, n. 6, p. 487–498, 2019.

DERRIDA, Jacques. Declarations of independence. **New political science**, [S. l.], v. 7, n. 1, p.7–15, 1986.

DESAI, Raj M.; VREELAND, James Raymond. Global governance in a multipolar world: The case for regional monetary funds. **International Studies Review**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 109– 121, 2011.

DEUDNEY, Daniel; IKENBERRY, G. John. The logic of the west. **World Policy Journal**, [S.l.], v. 10, n. 4, p. 17–25, 1993.

DOTY, Roxanne Lynn. Foreign policy as social construction: A post-positivist analysis of US counterinsurgency policy in the Philippines. **International studies quarterly**, [S. l.], v. 37, n.3, p. 297–320, 1993.

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial encounters: The politics of representation in North-South relations**. [S. l.] : U of Minnesota Press, 1996. v. 5

DOYLE, Michael W. Three Pillars of the Liberal Peace. **The American Political Science Review**, [S. l.], p. 463–466, 2005. Disponível em:
<https://www.jstor.org/stable/30038953?seq=1>. Acesso em: 29 out. 2020.

DUCA, John V. **Subprime Mortgage Crisis**. 2013. Disponível em:
<https://www.federalreservehistory.org/essays/subprime-mortgage-crisis>. Acesso em: 16 nov. 2021.

DUFFIELD, John. What are international institutions? **International Studies Review**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 1–22, 2007

DUGGAN, Niall. BRICS and the Evolution of a New Agenda within Global Governance.
In:

The European Union and the BRICS. [s.l.] : Springer, 2015. p. 11–25.

DUGGAN, Niall; AZALIA, Juan Carlos Ladines. From Yekaterinburg to Brasilia: BRICS and the G20, road to nowhere? **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S. l.], v. 63, n. 1, 2020.

DUGIN, Aleksandr. **Teoria Do Mundo Multipolar**. 1. ed. Lisboa: IAEG, 2012.

DYER, Geoff. **China becomes third largest economy**. 2009. Disponível em: <https://www.ft.com/content/8d9337be-e245-11dd-b1dd-0000779fd2ac>. Acesso em: 17 nov. 2021.

ERIKISON, E. H. **Identity and the Life Cycle**. Vol. 1 ed. New York: Norton, 1959.

ERLANGER, Steven; MYERS, Steven Lee. **NATO Allies Oppose Bush on Georgia and Ukraine**. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/04/03/world/europe/03nato.html>. Acesso em: 17 nov. 2021. e

EUROPE'S border-free zone expands. **BBC NEWS**, 21 Dec. 2007b. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7153490.stm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

EVANS, Peter. The eclipse of the state? Reflections on stateness in an era of globalization. **World politics**, [S. l.], p. 62–87, 1997.

FINN, Peter. **Russia-Belarus Standoff Over Oil Ends, Clearing Way for Accord**. 2007. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/01/10/AR2007011002094.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

FINN, Peter. **A Two-Sided Descent Into Full-Scale War**. 2008. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/08/16/AR2008081600502_pf.html. Acesso em: 17 nov. 2021.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. The Constructivist Research Program in International Relations and Comparative Politics. **Annual Review of Political Science**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 391–416, 2001. DOI: 10.1146/annurev.polisci.4.1.391. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/10.1146/annurev.polisci.4.1.391>. Acesso em: 19 abr.

2021. FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. [s.l.] : Ática, 2006.

FLEMES, Daniel. Conceptualising regional power in international relations: Lessons from the South African case. [S. l.], 2007.

FLEMES, Daniel. Regional power South Africa: Co-operative hegemony constrained by historical legacy. **Journal of Contemporary African Studies**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 135–157, 2009.

FLOCKHART, Trine. The coming multi-order world. **Contemporary Security Policy**, [S. l.], v. 37, n. 1, p. 3–30, 2016.

FOLLATH, Erich. Goldman sachs' Jim o'Neill: Brics' have exceeded all expectations'. **SpieYgel Online**, 2013.

FONSECA JR, Gelson. BRICS: notas e questões. *In*: 1 (org.). **O Brasil, os Brics e a agendaInternacional. Brasília**: Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. p. 13–31.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; PAES, Lucas de Oliveira; CUNHA, André Moreira. The concept of emerging power in international politics and economy. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 36, p. 46–69, 2016.

FOURCADE, Marion. The material and symbolic construction of the BRICs: Reflections inspired by the RIPE Special Issue. **Review of International Political Economy**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 256–267, 2013. a. DOI: 10.1080/09692290.2013.779408. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09692290.2013.779408>. Acesso em: 20 abr. 2021.

FOURCADE, Marion. The material and symbolic construction of the BRICs: Reflections inspired by the RIPE Special Issue. **Review of International Political Economy**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 256–267, 2013. b. DOI: 10.1080/09692290.2013.779408. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09692290.2013.779408>. Acesso em: 28 abr. 2021.

FREEDMAN, Joshua. Status insecurity and temporality in world politics. **European Journal of International Relations**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 797–822, 2016.

FUKUYAMA, Francis. The end of history? **The national interest**, [S. l.], n. 16, p. 3–18, 1989.

FURTADO, Celso. **O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil**. [S. l.]: Paz eterra, 1999.

G8 SUMMIT in St Petersburg. **DW**, Bonn, 14 July 2006. Disponível em: <https://www.dw.com/en/g8-summit-in-st-petersburg/a-2096572>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GADDIS, John Lewis. International relations theory and the end of the Cold War. **International security**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 5-58, 1992.

GANGULY, Sumit; PARDESI, Manjeet S. Explaining sixty years of India's foreign policy. **India Review**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 4–19, 2009.

GARTEN, Jeffrey E. **The big ten**: the big emerging markets and how they will change our lives. [S. l.]: Basic Books, 1997.

GEORGIA says helicopters from Russia attacked Gorge. **Radio Free Europe**

Radio Liberty, 12 Mar. 2007. Disponível em: <https://www.rferl.org/a/1075206.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GILPIN, Robert. **War and change in world politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GLOSNY, Michael A. China and the BRICs: A real (but Limited) partnership in a unipolar world. **Polity**, [S. l.], v. 42, n. 1, p. 100–129, 2010. DOI: 10.1057/pol.2009.14. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1057/pol.2009.14>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GRATIUS, Susanne. Brasil y la UE ante los poderes emergentes y la pujanza asiática/Brazil and the EU in light of the emerging powers and the rise of Asia. **Revista CIDOB d'afers internacionals**, [S. l.], p. 231–243, 2012.

GRAY, Kevin; MURPHY, Craig N. Introduction: rising powers and the future of global governance. **Third World Quarterly**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 183–193, 2013.

GRIFFITHS, Martin; ROACH, Steven C.; SOLOMON, M. Scott. **Fifty key thinkers in international relations**. [S. l.]: Routledge, 2008.

GRUDGINGS, Stuart. **Russia, Brazil call first BRIC summit for 2009**. 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-russia-idUSTRE4AP5H220081126>. Acesso em: 28 out. 2021.

HALL, Stuart. O Ocidente e o resto: discurso e poder. **Projeto História: Revista do Programade Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 56, 2016.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2007.

HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. [S. l.]: Routledge, 2013.

HARMER, Andrew; BUSE, Kent. The BRICS—a paradigm shift in global health? **Contemporary Politics**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 127–145, 2014.

HART, Andrew F.; JONES, Bruce D. How do rising powers rise? **Survival**, [S. l.], v. 52, n. 6, p. 63–88, 2010. DOI: 10.1080/00396338.2010.540783. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396338.2010.540783>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HASSNER, Pierre. Beyond nationalism and internationalism: Ethnicity and world order. **Survival**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 49–65, 1993.

HENKIN, Louis. Human rights and state sovereignty. **Ga. J. Int'l & Comp. L.**, [S. l.], v. 25, p. 31, 1995.

HIGASHI, Daisaku. Battle at the UN Security Council on peace enforcement in Libya and Syria: Focusing on the strategies of BRICS. *In: DOSHISHA 2ND INTERNATIONAL CONFERENCE ON HUMANITARIAN INTERVENTION 2012, Proceedings [...]*. [S. l.: s. n.], 2012.

HOOIJMAAIJERS, Bas. China, the BRICS, and the limitations of reshaping global economic governance. **The Pacific Review**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 29-55, 2021.

HOPEWELL, Kristen. The BRICS—merely a fable? Emerging power alliances in global trade governance. **International Affairs**, [S. l.], v. 93, n. 6, p. 1377-1396, 2017.

HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 171, 1998. DOI: 10.2307/2539267.

HOPKINS, Sandra. Economic stability and health status: evidence from East Asia before and after the 1990s economic crisis. **Health policy**, [S. l.], v. 75, n. 3, p. 347–357, 2006.

HOROWITZ, Michael. **Research report on the use of identity concepts in international relations**. Cambridge: Weatherhead Center for International Affairs and the Harvard Identity Project, 2002. Disponível em: <http://www.wcfia.harvard.edu/misc/initiative/identity/publications/horowitz1.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2021

HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations? **Foreign Affairs**, [S. l.], v. 72, n. 3, p.22, 1993a. DOI: 10.2307/20045621. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/20045621?origin=crossref>. Acesso em: 31 out. 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. The Clash of Civilizations? **Foreign Affairs**, [S. l.], v. 72, n. 3, p.22, 1993b. DOI: 10.2307/20045621. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/20045621?origin=crossref>. Acesso em: 29 out. 2020.

HUNTINGTON, Samuel P. The lonely superpower. **Foreign affairs**, [S. l.], p. 35–49, 1999.

HURRELL, Andrew. Hegemony, Liberalism and Global Order: What Space for Would-Be Great Powers? **International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)**, [S. l.], v. 82, n. 1, p. 1–19, 2006.

HURRELL, Andrew. Rising powers and the question of status in international society. *In: ANNUAL MEETING OF THE ISA'S 50TH ANNUAL CONVENTION "EXPLORING THE PAST, ANTICIPATING THE FUTURE"*. 50. 2009, New York. **Proceedings [...]**. New York: ISA, 2009.

HURRELL, Andrew. Narratives of emergence: Rising powers and the end of the Third World? **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 33, p. 203–221, 2013.

IKENBERRY, G. John. The Myth of Post-Cold War Chaos. **Foreign Affairs**, [S. l.], v.

75, n.3, p. 79–91, 1996.

IKENBERRY, G. John. Why Export Democracy? **The Wilson Quarterly**, [S. l.], v.23, n. 2, p. 56–65, 1999.

IKENBERRY, G. John. The future of the liberal world order: Internationalism after America. **Foreign affairs**, [S. l.], p. 56–68, 2011a.

IKENBERRY, G. John; SLAUGHTER, Anne-Marie. Forging a world of liberty under law. **US National Security in the 21st Century**, [S. l.], v. 17, 2006.

IKENBERRY, John. **Liberal Leviathan**: the origins, crisis, and transformation of the american. [S. l.]: Google Books. 2011b. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=sVKfedtyeR8C&oi=fnd&pg=PP1&dq=jo hn+ikenberry&ots=5Nc278ywiN&sig=Fy-h9gvHe1sCR4M7NcrOP1id6-U&redir_esc=y#v=onepage&q=john+ikenberry&f=false. Acesso em: 29 out. 2020.

INDIA launches first Moon mission. **BBC News**, 22 Oct. 2008b. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/7679818.stm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

INDIA. Ministry of External Affairs. **Sanya Declaration**. 2011. Disponível em <https://www.brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2011/Sanya-Declaration-2011.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INDIA. Ministry of External Affairs. **Sixth BRICS Summit – Fortaleza Declaration**. 2014. Disponível em: <https://www.brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2011/Sanya-Declaration-2011.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INDIA. Ministry of External Affairs. **VII BRICS Summit – Ufa Declaration**. 2015. Disponível em: <https://www.brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2015/Ufa-Declaration-2015.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INDIA. Ministry of External Affairs. **8th BRICS SUMMIT – GOA DECLARATION**. 2016. Disponível em: <https://www.brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2016/Goa-Declaration-2016.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INDIA. Ministry of External Affairs. **BRICS Leader Xiamen Declaration**. 2017. Disponível em: <https://www.brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2017/Xiamen-Declaration-2017.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INDIA. Ministry of External Affairs. **XII BRICS Summit Moscow Declaration**. 2020. Disponível em: <https://www.brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2020/Moscow-Declaration-2020.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

INDIA. Ministry of External Affairs. **Joint Statement of the BRIC Countries Leaders**. 2009. Disponível em: <https://www.brics2021.gov.in/BRICSDocuments/2009/Yekaterinburg-Declaration-2009.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2021.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **London Summit – Leaders’ Statement 2 April 200**. Washington, DC: IMF, 2009. Disponível em: https://www.imf.org/external/np/sec/pr/2009/pdf/g20_040209.pdf. Acesso em: 18 nov. 2021.

IOKIBE, Makoto; MINOHARA, Tosh. **The History of US-Japan relations: from Perry to the Present**. [S. l.]: Springer, 2017.

JASH, Amrita. The emerging role of BRICS in the changing world order. **IndraStra Global**, [S. l.], n. 6, p. 11, 2017.

JEPPEPERSON, Ronald L.; WENDT, Alexander; KATZENSTEIN, Peter J.; KATZENSTEIN, P. J. The culture of national security: norms and identity in world politics. **The Culture of National Security**, New York, 1996.

JORDAAN, Eduard. The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers. **Politikon**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 165–181, 2003.

KAGAN, Robert. **Of paradise and power: America and Europe in the new world order**. [S. l.]: Vintage, 2004.

KAGAN, Robert. **The return of history and the end of dreams**. [S. l.]: Vintage, 2009.

KAHLER, Miles. Rising powers and global governance: Negotiating change in a resilient status quo. **International Affairs**, [S. l.], v. 89, n. 3, p. 711–729, 2013. DOI: 10.1111/1468-2346.12041. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/89/3/711/2326680>. Acesso em: 12 maio. 2021.

KATZENSTEIN, Peter J. **A world of regions**. [S. l.]: Cornell University Press, 2015.

KENNAN, George F. **Around the craggy hill: A personal and political philosophy**. [S. l.]: WW Norton & Company, 1994.

KENNEDY, Paul. The Rise and Fall of the Great Powers. **New York: Random**, [S. l.], v. 8, 1987.

KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI**. [S. l.]: Campus Rio de Janeiro, 1993.

KENNEDY, Paul. **The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000**. [S. l.]: Vintage, 2010.

KENNEDY, Paul. **Preparing for the twenty-first century**. [S. l.]: Vintage, 2011.

KEUKELEIRE, Stephan; HOOIJMAAIJERS, Bas. The BRICS and other emerging power alliances and multilateral organizations in the asia-pacific and the global south:

Challenges for the European Union and its view on multilateralism. **Journal of Common Market Studies**, [S.l.], v. 52, n. 3, p. 582–599, 2014. DOI: 10.1111/jcms.12102.

Disponível em:

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/jcms.12102>. Acesso em: 12 maio. 2021.

KHADKIWALA, Nachiket. **BRICS: An Effective Multilateral Forum in a Multi-polar International Order**. New Delhi: Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses, 2014. Disponível em:

https://idsa.in/backgrounder/BRICS_NachiketKhadkiwala_110714. Acesso em: 28 abr. 2021.

KHALID, Ahmed. The power of the BRICS in world trade and growth, analysing the macroeconomic impacts within and across the bloc. *In: The Rise of the BRICS in the Global Political Economy*. [S. l.]: Edward Elgar Publishing, 2014.

KINNVALL, Catarina; MITZEN, Jennifer. Anxiety, fear, and ontological security in world

politics: thinking with and beyond Giddens. **International Theory**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 240–256, 2020. DOI: 10.1017/S175297192000010X. Disponível em:

<https://www.cambridge.org/core/journals/international-theory/article/abs/anxiety-fear-and-ontological-security-in-world-politics-thinking-with-and-beyond-giddens/BC21CD903850B452EBDB663A011C082C>. Acesso em: 30 jul. 2021.

KISSINGER, Henry. **Diplomacy**. [S. l.]: Simon and Schuster, 1994.

KISSINGER, Henry. **World order**. [S. l.]: Penguin

Books, 2014.

KRAUSS, Clifford. **Oil Hits \$100 a Barrel for the First Time**. 2008. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2008/01/02/business/02cnd-oil.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

KRAUTHAMMER, Charles. The unipolar moment. **Foreign Aff.**, [S. l.], v. 70, p. 23, 1990.

KRISTENSEN, Peter Marcus. Revisiting the “American Social Science”—Mapping the Geography of International Relations. **International Studies Perspectives**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 246–269, 2015. DOI: 10.1111/insp.12061. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/insp.12061>.

KUPCHAN, Charles. **No one’s world: The West, the rising rest, and the coming global turn**. [S. l.]: OUP USA, 2012.

KUPCHAN, Charles A. After Pax Americana: Benign power, regional integration and the sources of a stable multipolarity. **The New World Order**, [S. l.], p. 134–166, 2000.

KUPRIYANOV, Alexey. **Um realista pragmático: por que a doutrina de Primakov é relevante agora?** **IZ Journal**, Rússia, 29 out. 2019. Disponível em: <https://iz.ru/937080/aleksei-kupriyanov/pragmatichnyi-realist-pochemu-doktrina-primakova-aktualna-i-seichas>. Acesso em: 27 out. 2021.

- KURTH, James. Western civilization, our tradition. **The Intercollegiate Review**, [S. l.], v. 39, n. 1–2, p. 5–13, 2003.
- LACAN, Jacques. **Écrits: A selection**. [S. l.]: Routledge, 2001.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. London: Verso, 1985.
- LAGUTINA, Maria L. BRICS in a world of regions. **Third World Thematics: A TWQJournal**, [S. l.], v. 4, n. 6, p. 442–458, 2019.
- LAIDI, Zaki. The BRICS against the West? **Centre d'études et de Recherches Internationales (CERI-Sciences Po/CNRS), CERI Strategy Paper**, [S. l.], n. 11, 2011.
- LAIDI, Zaki. BRICS: Sovereignty power and weakness. **International Politics**, [S. l.], v. 49, n. 5, p. 614–632, 2012.
- LAPID, Yosef. The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivista. **International studies quarterly**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 235–254, 1989.
- LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Friedrich V. **The return of culture and identity in IR theory**. [S. l.]: Lynne Rienner Publishers Boulder, 1996.
- LAYNE, Christopher. The unipolar illusion: Why new great powers will rise. **Internationalsecurity**, [S. l.], v. 17, n. 4, p. 5–51, 1993.
- LAYNE, Christopher. This time it's real: The end of unipolarity and the Pax Americana. **International studies quarterly**, [S. l.], v. 56, n. 1, p. 203–213, 2012.
- LAYNE, Christopher. The US–Chinese power shift and the end of the Pax Americana. **International Affairs**, [S. l.], v. 94, n. 1, p. 89–111, 2018.
- LEÃO, Valdemar Carneiro. BRICS: identidade e agenda econômica. **O**, [S. l.], 2012.
- LEBOW, Richard Ned. Identity. In: BERENSKOETTER, Felix (org.). **Concepts in World Politics**. Londres.
- LESAGE, Dries; DEBAERE, Peter; DIERCKX, Sacha; VERMEIREN, Mattias. IMF reform after the crisis. **International Politics**, [S. l.], v. 50, n. 4, p. 553–578, 2013.
- LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- LI, Li. BRICS: a limited role in transforming the world. **Strategic Analysis**, [S. l.], v. 43, n. 6, p. 499–508, 2019. DOI: 10.1080/09700161.2019.1677017. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09700161.2019.1677017>. Acesso em: 28 abr.2021.

LIMA, Maria Regina Soares De. Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria.

Dados, [S. l.], v. 39, n. 3, 1996. DOI: 10.1590/s0011-52581996000300005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581996000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 4 jan. 2021.

LIND, Jennifer; WOHLFORTH, William C. The future of the liberal order is conservative: A strategy to save the system. **Foreign Aff.**, [S. l.], v. 98, p. 70–80, 2019.

LIPTON, Merle. Are the BRICS reformers, revolutionaries, or counter-revolutionaries? **South African Journal of International Affairs**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 41–59, 2017.

LOKSHIN, Michael; RAVALLION, Martin. Welfare impacts of the 1998 financial crisis in Russia and the response of the public safety net. **Economics of Transition**, [S. l.], v. 8, n. 2, p.269–295, 2000.

LUIGI, Ricardo; PENNAFORTE, Charles Pereira. A (re) emergência do BRICS e o reordenamento de poder na geopolítica contemporânea. [S. l.], 2020.

LUTTWAK, Edward N. From geopolitics to geo-economics: Logic of conflict, grammar of commerce. **The national interest**, [S. l.], n. 20, p. 17–23, 1990.

MACFARLANE, S. NEIL. The ‘R’ in BRICs: is Russia an emerging power? **International Affairs**, [S. l.], v. 82, n. 1, p. 41–57, 2006. DOI: 10.1111/j.1468-2346.2006.00514.x.

Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-lookup/doi/10.1111/j.1468-2346.2006.00514.x>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MAHBUBANI, Kishore. The West and the Rest. **The National Interest**, [S. l.], n. 28, p. 3–12, 1992.

MAHBUBANI, Kishore. A Rudderless World. **New York Times**, New York, 19 Aug. 2011. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/08/19/opinion/19iht-edmahbubani19.html>. Acesso em: 27 out.2021.

MALIK, J. Mohan. Security Council reform: China signals its veto. **World Policy Journal**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 19–29, 2005.

MASTANDUNO, Michael. Preserving the unipolar moment: realist theories and US grand strategy after the Cold War. **International security**, [S. l.], v. 21, n. 4, p. 49–88, 1997.

MCNEILL, William H. What we mean by the west. **Orbis**, [S. l.], v. 41, n. 4, p. 513–524, 1997.

MCSWEENEY, Bill; MCSWEENEY, William; BILL, McSweeney. **Security, identity**

and interests: a sociology of international relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

MEARSHEIMER, John J. Back to the future: Instability in Europe after the Cold War.

International security, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 5–56, 1990. a.

MEARSHEIMER, John J. Why we will soon miss the Cold War. **The Atlantic Monthly**, [S. l.], v. 266, n. 2, p. 35–50, 1990. b.

MEARSHEIMER, John J. **The False Promise of International Institutions****International Security**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539078>. Acesso em: 29 out. 2020.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. [S. l.]: WW Norton & Company, 2001.

MEARSHEIMER, John J. China's unpeaceful rise. **Current History**, New York, v. 105, n. 690, p. 160, 2006.

MEDEIROS, Klei Pando. **Compreendendo o grupo BRICS na sua trajetória: condições sistêmicas e composição de interesses**. 2021. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2021.

MENEGAZZI, Silvia. Rising powers and the reform of global economic governance: the BRICS and the normative challenge ahead. **Fudan Journal of the Humanities and Social Sciences**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 135–150, 2020.

MIELNICZUK, Fabiano. Brics in the contemporary world: Changing identities, converging interests. **Third World Quarterly**, [S. l.], v. 34, n. 6, p. 1075–1090, 2013. DOI:

10.1080/01436597.2013.802506.

Disponível

e

m:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2013.802506>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MILLER, Manjari Chatterjee. The role of beliefs in identifying rising powers. **The Chinese Journal of International Politics**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 211–238, 2016.

MILLIKEN, Jennifer. The study of discourse in international relations: A critique of research and methods. **European journal of international relations**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 225–254, 1999.

MINC, Alain. **Le nouveau moyen age**. [S. l.] : Gallimard, 1993.

MITTELMAN, James H. Global Bricolage: emerging market powers and polycentric governance. **Third World Quarterly**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 23–37, 2013.

MITZEN, Jennifer. Ontological security in world politics: State identity and the securitydilemma. **European journal of international relations**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 341–370, 2006.

MORGENTHAU, Hans. **Politics among Nations**: the struggle for power and peace. New York: McGraw Hill, 1993.

MORGENTHAU, Hans Joachim; THOMPSON, Kenneth W.; CLINTON, W. David. **Politics among nations: The struggle for power and peace**. [S. l.], 1985.

MOROZOV, Viatcheslav; RUMELILI, Bahar. The external constitution of European identity: Russia and Turkey as Europe-makers. **Cooperation and Conflict**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. 28–48, 2012.

MÜNCH, Richard. **Nation and citizenship in the global age: from national to transnationalities and identities**. [S. l.]: Springer, 2001.

MURRAY, Michelle. Identity, insecurity, and great power politics: the tragedy of German naval ambition before the First World War. **Security Studies**, [S. l.], v. 19, n. 4, p. 656–688, 2010.

MURRAY, Michelle. **The struggle for recognition in international relations**: status, revisionism, and rising powers. [S. l.]: Oxford University Press, 2018.

NARLIKAR, Amrita. Negotiating the rise of new powers. **International Affairs**, [S. l.], v. 89, n. 3, p. 561–576, 2013. DOI: 10.1111/1468-2346.12033. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/89/3/561/2326649>. Acesso em: 12 maio. 2021.

NEL, Philip. Redistribution and recognition: What emerging regional powers want. **Review of International Studies**, [S. l.], v. 36, n. 4, p. 951–974, 2010. DOI: 10.1017/S0260210510001385. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/review-of-international-studies/article/abs/redistribution-and-recognition-what-emerging-regional-powers-want/DDC0350660202A74E8A50218D4AC431C>. Acesso em: 21 abr. 2021.

NEMO, Philippe. **Qu'est-ce que l'Occident?** [s.l.] : Presses universitaires de France, 2004.

NEUMANN, Iver B. **Uses of the other: "the East" in European identity formation**. [s.l.] : U of Minnesota Press, 1999. v. 9

NICKS, Denver. US Presses for Anti-ISIS Coalition at NATO Summit. **Time**, [New York], 05 Sept. 2014. Disponível em: <https://time.com/3273185/isis-us-nato/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**. [S. l.]: Elsevier, 2005.

NUNBERG, Geoffrey. Indexicality and deixis. **Linguistics and philosophy**, [S. l.], p. 1–43, 1993.

NURUZZAMAN, Mohammed. Why BRICS Is No Threat to the Post-war Liberal World Order. **International Studies**, [S. l.], v. 57, n. 1, p. 51–66, 2020.

NYE, Joseph S. **Bound to Lead: The Changing nature of american power.** New York: BasicBooks, 1990a.

NYE, Joseph S. The changing nature of world power. **Political Science Quarterly**, [S. l.], v.105, n. 2, p. 177–192, 1990. b.

NYE JR., Joseph S. Limits of American power. **Political Science Quarterly**, [S. l.], v. 117, n.4, p. 545–559, 2002.

NYE JR., Joseph S. **The paradox of American power: why the world's only superpower can't get it alone.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

NYE JR., Joseph S. **Bound to lead: The changing nature of American power.** [S. l.] : Basicbooks, 2016.

OBAMA outlines plan to target IS fighters. **Aljazeera**, 11 Sept. 2014. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2014/9/11/obama-outlines-plan-to-target-is-fighters>. Acesso em: 14 dez. 2021.

O'HAGAN, Jacinta. **Conceptualizing the West in international relations thought: from pengler to said.** [S. l.] : Springer, 2002.

O'NEILL, Jim. **Building better global economic BRICs.** [S. l.]: Goldman Sachs, 2001.

O'NEILL, Jim. The BRICs at 20 by Jim O'Neill. **Project Syndicate**, 13 Jan. 2021. Disponível em: <https://www.project-syndicate.org/commentary/brics-first-two-decades-and-today-by-jim-o-neill-2021-01>. Acesso em: 28 abr. 2021.

O'NEILL, Jim; WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa; STUPNYTSKA, Anna.
How Solid are the BRICs? Goldman Sachs, 2021a. Disponível em: <https://portal.gs.com>. Acesso em: 28 abr.2021.

O'NEILL, Jim; WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa; STUPNYTSKA, Anna.
How solid are the BRICs. [S. l.]: Goldman Sachs, 2005b. Global economics paper n. 134.

ÖNIŞ, Ziya; KUTLAY, Mustafa. The New Age of Hybridity and Clash of Norms: China, BRICS, and Challenges of Global Governance in a Postliberal International Order. **Alternatives**, [S. l.], v. 45, n. 3, p. 123–142, 2020.

ONUF, Nicholas Greenwood. **World of our making: Rules and rule in social theory and international relations.** [S. l.]: Routledge, 2012.

ORGANSKI, A. F. K. **World Politics.** 1. ed. New York: Alfred A. Knopf, 1958.

ORGANSKI, A. F. K. Power transition. **Realism Reader**, [S. l.], v. 207, 2014.

PABIS, Jonatas Luis. Acorrentando Gúlliver: a atuação dos BRICS nas negociações sobre agricultura da Rodada Doha da OMC. **Anuario mexicano de derecho internacional**, [S.

.l.], v. 15, n. 1, p. 659–699, 2015.

PALAT, Ravi A. Rise of the global south and the emerging contours of a new world order.

Globalization and emerging societies: development and inequality, [S. l.], p. 39–60, 2009.

PALTRIDGE, Brian. **Discourse analysis: an introduction**. [S. l.]: Bloomsbury Publishing, 2012.

PANT, Harsh V. The BRICS fallacy. **The Washington Quarterly**, [Washington], v. 36, n. 3, p. 91–105, 2013.

PATEL, Khadija. Analysis: Scrutinising South Africa’s inclusion in Brics. **Daily Maverick**, 03, Apr. 2012. Disponível em: <https://www.dailymaverick.co.za/article/2012-04-03-analysis-scrutinising-south-africas-inclusion-in-brics/>. Acesso em: 26 out. 2021.

PATRICK, Stewart. Irresponsible Stakeholders? The Difficulty of Integrating Rising Powers. **Foreign Affairs**, [S. l.], v. 89, n. 6, p. 44–53, 2010. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20788715>.

PATTERSON, Molly; MONROE, Kristen Renwick. Narrative in political science. **Annual review of political science**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 315–331, 1998.

PAUL, Thazha Varkey; LARSON, Deborah Welch; WOHLFORTH, William C. **Status inworld politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

PAUL, Thazha V. Soft balancing in the age of US primacy. **International security**, [S. l.], v.30, n. 1, p. 46–71, 2005.

PAUTASSO, Diego. O fortalecimento das relações sul-sul: estratégia e realidade para os países emergentes. **Conjuntura Austral**, [S. l.], v. 2, n. 8, p. 48–62, 2011.

PERKOVICH, George. Is India a major power? **Washington Quarterly**, [S. l.], v. 27, n. 1, p.129-144, 2003.

PINTO, Alexandra Guedes. A retórica do eu e do outro-the othering: A gramática da identidade no discurso político. **Estudos do discurso: caminhos e tendências**, [S. l.], 2015.

POLGREEN, Lydia. BRICS to Form Development Bank. **New York times**, New York, 27 Mar. 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/03/27/world/africa/brics-to-form-development-bank.html>. Acesso em: 26 out. 2021.

POWER, Samantha. **A problem from hell: America and the age of genocide**. [S. l.]: Basic Books, 2013.

PUTIN, Vladimir. Address by Russian President Vladimir Putin to visitors to the official site of Russia’s G8 Presidency in 2006. **WayBack Machine**, Moscow, 2006. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20060701214134/http://en.g8russia.ru/agenda/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

RADULESCU, Irina Gabriela; PANAIT, Mirela; VOICA, Catalin. BRICS countries challenge to the world economy new trends. **Procedia economics and finance**, [S. l.], v. 8, p. 605–613, 2014.

RAMOS, Leonardo César Souza; GARCIA, Ana Elisa Saggiore; PAUTASSO, Diego; RODRIGUES, Fernanda Cristina Ribeiro. Adensamento institucional e outreach: um breve balanço do BRICS. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 13, n. 3, 2018.

RAMOS, Leonardo; ROCHA, Pedro D.; ZAHREDDINE, Danny. A Agenda de Segurança Internacional no BRICS (2009-2019). **Dados**, [S. l.], v. 64, 2021.

RAPOSO, Henrique. O novo Ocidente político. **Relações Internacionais**, [S. l.], n. 26, p. 47-54, 2010.

REINKE DE BUITRAGO, Sybille. **Othering in international relations**: significance and implications. Portraying the other in international relations: cases of othering, their dynamics and the potential for transformation. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2012.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. **O Brasil, os Brics e a agenda Internacional**. Brasília, DF: FUNAG, 2012.

REISMAN, W. Michael. Sovereignty and Human Rights in Contemporary International Law. **The American Journal of International Law**, [S. l.], v. 84, n. 4, p. 866–876, 1990. DOI: 10.2307/2202838. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2202838>.

RENSHON, Jonathan. Status deficits and war. **International Organization**, [S. l.], v. 70, n. 3, p. 513–550, 2016.

RENSHON, Jonathan. **Fighting for status**. [S. l.]: Princeton University Press, 2017.

IL KOSOVO proclama l'indipendenza Serbia: "Non lo riconosceremo mai". **La Repubblica**, 2008. Disponível em: <https://www.repubblica.it/2008/02/sezioni/esteri/kosovo-indipendenza/kosovo-indipendenza/kosovo-indipendenza.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

RESENDE, Erica Simone A. **Americanidade, puritanismo e política externa**: a (re) produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana. [S. l.]: Contra Capa, 2017.

RESENDE, Erica Simone Almeida; DA SILVA, Graziela Dumard. **Entre a Rússia e a União Europeia**. [S. l.]: Editora Appris, 2020.

RIBEIRO, Elton Jony Jesus; MORAES, Rodrigo Fracalossi De. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um Clube de Gigantes. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 255–287, 2015.

RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative methods for the human sciences**. Thousand

Oaks, CA: Sage Publishing, 2008.

ROMANIA and Bulgaria join the EU. **BBC NEWS**, 01 Jan. 2007a. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6220591.stm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

RØREN, Pål; BEAUMONT, Paul. Grading greatness: evaluating the status performance of the BRICS. **Third World Quarterly**, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 429–450, 2019.

ROS, Jaime. From the capital surge to the financial crisis and beyond: the Mexican economy in the 1990s. In: **FINANCIAL crises in successful" emerging economies**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2001. p. 107-140.

ROWLANDS, Dane. Individual BRICS or a collective bloc? Convergence and divergence amongst ‘emerging donor’ nations. **Cambridge Review of International Affairs**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 629–649, 2012.

RUSSIA. Ministry of Foreign Affairs. **The BRICS Interstate Group**. 2020. Disponível em: https://eng.brics-russia2020.ru/russia_in_brics/20191226/1444/The-BRICS-interstate-association.html. Acesso em: 2 jun. 2021

RÜLAND, Jürgen. The rise of “diminished multilateralism”: East Asian and European forum shopping in global governance. **Asia Europe Journal**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 255–270, 2012.

SACHS, Ignacy. Brazil and India: two whales in global ocean. In: SINHA, Kamala; DUTTA, Pratim. **Globalisation and developing countries**. New Delhi: New Age International, 1997.

SAMAY, Mohammad Ali. The Complexity of the BRICS in Eurasia. **Köz-gazdaság-Review of Economic Theory and Policy**, [S. l.], 2021.

SCHIRM, Stefan A. Leaders in need of followers: Emerging powers in global governance. **European Journal of International Relations**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 197–221, 2010.

SERFATY, Simon. Moving into a Post-Western World. **The Washington Quarterly**, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 7–23, 2011

SHARIFIFAR, Massoud; RAHIMI, Elahe. Critical discourse analysis of political speeches: a case study of Obama’s and Rouhani’s speeches at UN. **Theory and practice in language studies**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 343, 2015.

SHARMA, Ruchir. Broken BRICS: Why the rest stopped rising. **Foreign Aff.**, [S. l.], v. 91, p.2, 2012.

SHEETER, Laura. Latvia, Russia sign border deal. **BBC News**, 27 Mar. 2007. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/6498049.stm>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SHUBIN, Vladimir. Why South Africa needs BRICS, why BRICS needs South Africa.

Security Index: a Russian Journal on International Security, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 33–44, 2013.

SOMBRA, Laurenio Leite. O ocidente como problema filosófico. **Revista Ideação**, [S. l.], v. 1, n. 35, 2018.

SOUTH AFRICA. Department of International Relation and Cooperation. **BRICS (Brazil, Russia, India, China, South Africa)**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.za/about-government/brics-brazil-russia-india-china-south-africa-1>. Acesso em: 2 jun. 2021.

SOUTH AFRICA. Department of International Relations and Cooperation. **Brazil, Russia, India and China Finance Ministers Joint Communiqué**. 2008. Disponível em: [http://www.treasury.gov.za/brics/Documents/Joint Communiqué Sao Paulo, November 7, 2008.pdf](http://www.treasury.gov.za/brics/Documents/Joint%20Communique%20Sao%20Paulo,%20November%207,%202008.pdf). Acesso em: 28 out. 2021.

STEPHEN, Matthew D. Rising powers, global capitalism and liberal global governance: A historical materialist account of the BRICs challenge. **European Journal of International Relations**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 912–938, 2014. DOI: 10.1177/1354066114523655. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066114523655>. Acesso em: 21 abr. 2021.

STIGLITZ, Joseph. Nobel Economist Joseph Stiglitz Hails New BRICS Bank Challenging U.S.-Dominated World Bank & IMF. **Democracy Now**, 17 July 2014. Disponível em: https://www.democracynow.org/2014/7/17/nobel_economist_joseph_stiglitz_hails_new. Acesso em: 6 dez. 2021.

STIGLITZ, Joseph E. **The roaring nineties:** a new history of the world's most prosperous decade. [S. l.]: WW Norton & Company, 2004.

STIGLITZ, Joseph Eugene. **Os exuberantes anos 90:** uma nova interpretação da década mais próspera da história. [S. l.]: Companhia das Letras, 2003.

STOLTE, Christina. **Brazil's Africa strategy:** role conception and the drive for international status. [S. l.]: Springer, 2015.

STUENKEL, Oliver. Emerging powers and status: The case of the first BRICs summit. **Asian Perspective**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. 89–109, 2014a.

STUENKEL, Oliver. The BRICS and the future of R2P: was Syria or Libya the exception? **Global Responsibility to Protect**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 3–28, 2014b.

STUENKEL, Oliver. **BRICS e o futuro da ordem global**. [S. l.]: Editora Paz e Terra, 2017a.

STUENKEL, Oliver. **Post-Western world:** how emerging powers are remaking global order. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2017b.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental**. Zahar, Rio de Janeiro: [S. l.], 2018.

SUBOTIĆ, Jelena. Narrative, ontological security, and foreign policy change. **Foreign Policy analysis**, [S. l.], v. 12, n. 4, p. 610–627, 2016.

TAMMEN, Ronald L.; KUGLER, Jacek; LEMKE, Douglas. **Power transitions: strategies for the 21st century**. [S. l.]: CQ Press, 2000.

TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E.; SCHIFFRIN, Deborah. **The handbook of discourse analysis**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2015.

TAYLOR, Ian. The South Will Rise Again? New Alliances and Global Governance: The India–Brazil–South Africa Dialogue Forum. **Politikon**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 45–58, 2009.

THAKUR, Ramesh. How representative are brics? **Third World Quarterly**, [S. l.], v. 35, n.10, p. 1791–1808, 2014. DOI: 10.1080/01436597.2014.971594. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2014.971594>. Acesso em: 28 abr. 2021.

THE WHITE HOUSE. A national security strategy of engagement and enlargement. . 1994.

TOAL, Gerard; TUATHAIL, Gearóid Ó.; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. **The geopolitics reader**. [S. l.]: Psychology Press, 1998.

UNITED KINGDOM. Government. **UK deploys Reaper to the Middle East**. London: Gov.UK, 2014. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/news/uk-deploys-reaper-to-the-middle-east>. Acesso em: 14 dez. 2021.

UNITED NATIONS. **Human Development Report 1994**. [New York]: UN, 1994. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1994>. Acesso em: 5 jan. 2021.

UNITED NATIONS. **61st Session of the General Assembly of the United Nations**. [New York]: UN, 2006. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/61/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

UNITED NATIONS. **62nd Session of the General Assembly of the United Nations**. [New York]: UN, 2007. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/62/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

VADELL, Javier. La iniciativa BRICS y China: entre la emergencia y la irrelevancia. **NovaEconomia**, [S. l.], v. 29, p. 401–428, 2019.

VAN APELDOORN, Bastiaan; DE GRAAFF, Naná; OVERBEEK, Henk. **The Rebound of the Capitalist State: the rearticulation of the state-capital nexus in the global crisis globalizations**. [S. l.]: Routledge, 2012. DOI: 10.1080/14747731.2012.699960. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14747731.2012.699960>. Acesso em: 21 abr.2021.

VAN NOORT, Carolijn. Study of strategic narratives: The case of BRICS. **Politics and Governance**. [S. l.], v. 5, n. 3, p. 121–129, 2017. DOI: 10.17645/pag.v5i3.961. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/politicsandgovernance/article/view/961>. Acesso em: 29 abr. 2021.

VAN NOORT, Carolijn. The Construction of Power in the Strategic Narratives of the BRICS. **Global Society**, [S. l.], v. 33, n. 4, p. 462–478, 2019. DOI: 10.1080/13600826.2019.1581733. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13600826.2019.1581733>.

VAZQUEZ, Karin Costaa. BRICS Summit: a new agenda for cooperation? **Financial Express**, 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.financialexpress.com/world-news/brics-summit-a-new-agenda-for-cooperation/2127965/>. Acesso em: 29 out. 2021.

VIEIRA, Marco Antonio; ALDEN, Chris. India, Brazil, and South Africa (IBSA): South-Southcooperation and the paradox of regional leadership. **Global Governance**, [S. l.], v. 17, n. 4, p.507–528, 2011. DOI: 10.1163/19426720-01704007. Disponível em: https://brill.com/view/journals/gg/17/4/article-p507_7.xml. Acesso em: 11 fev. 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula**. [S. l.]: SciELO-Editora UNESP, 2018.

VOLGY, Thomas; CORBETTA, Renato; GRANT, Keith; BAIRD, Ryan. **Major powers and the quest for status in international politics: global and regional perspectives**. [S. l.]: Springer, 2011.

VREÏ, François. A Blue BRICS, Maritime Security, and the South Atlantic. **Contexto Internacional**, [S. l.], v. 39, p. 351–371, 2017.

WÆVER, Ole; CARLTON, David. **Identity, migration and the new security agenda in Europe**. [S. l.]: Pinter Publishers, 1993.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. DOI: DOI: 10.1017/CBO9780511559150. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/insideoutside/F01046AD9E1EC946E1F263A1D05E7BF6>.

WALLERSTEIN, Immanuel. The rise and future demise of the world capitalist system: Concepts for comparative analysis. **Comparative studies in society and history**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. 387–415, 1974.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. [s.l.] : Waveland Press, 1979.

WALTZ, Kenneth N. America as a model for the world? A foreign policy perspective. **PS: Political Science & Politics**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 667–670, 1991.

WALTZ, Kenneth N. Structural realism after the Cold War. **International security**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 5–41, 2000.

WANGLAI, Gao. BRICS cybersecurity cooperation: Achievements and deepening paths. **China Int'l Stud.**, [S. l.], v. 68, p. 124, 2018.

WARD, Steven. Race, status, and Japanese revisionism in the early 1930s. **Security Studies**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 607–639, 2013.

WARD, Steven. **Status and the challenge of rising powers**. [s.l.] : Cambridge University Press, 2017.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International organization**, [S. l.], v. 46, n. 2, p. 391–425, 1992.

WENDT, Alexander. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, [S. l.], v. 88, n. 2, p. 384–396, 1994. DOI: 10.2307/.

WENDT, Alexander. Why a World State is Inevitable. **European Journal of International Relations**, [S. l.], v. 9, n. 4, p. 491–542, 2003. DOI: 10.1177/135406610394001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/135406610394001>.

WHITE, Michael. Ronald Reagan honoured with London statue. **The Guardian**, [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/jul/04/ronald-reagan-honoured-london-statue>.

WILKINSON, David. Unipolarity without hegemony. **International Studies Review**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 141–172, 1999.

WILLIAMS, Michael C.; NEUMANN, Iver B. From Alliance to Security Community: NATO, Russia, and the Power of Identity. **Millennium**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 357–387, 2000. DOI: 10.1177/03058298000290020801. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/03058298000290020801>.

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. **Dreaming with BRICs: The path to 2050**. [s.l.] : Goldman, Sachs & Company New York, NY, 2003. v. 99

WODAK, Ruth. **Discursive construction of national identity**. [s.l.] : Edinburgh University Press, 2009.

WOHLFORTH, William C. The stability of a unipolar world. **International security**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 5–41, 1999.

XINHUA. **BRICS should step up collective efforts for global peace, development**. 2018. Disponível em: http://www.xinhuanet.com/english/2018-06/05/c_137229987.htm. Acesso em: 29 out. 2021.

- XIUJUN, Xu. The BRICS studies: Academic approach and frontier issues. *In: The BRICS Studies*. [s.l.] : Routledge, 2020. p. 1–19.
- YAN, Xuotong. From keeping a low profile to striving for achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 153–184, 2014.
- YI, Xiaoxiong. China's US Policy Conundrum in the 1990s: Balancing Autonomy and Interdependence. **Asian Survey**, [S. l.], v. 34, n. 8, p. 675–691, 1994.
- YOUNG, Alasdair R. Perspectives on the changing global distribution of power: concepts and context. **Politics**, [S. l.], v. 30, p. 2–14, 2010.
- YUVAL-DAVIS, Nira. Belonging and the politics of belonging. **Patterns of prejudice**, [S. l.], v. 40, n. 3, p. 197–214, 2006.
- ZAKARIA, F. **Ten Lessons for a Post-Pandemic World**. [s.l.] : W. W. Norton, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=kHTtDwAAQBAJ>.
- ZAKARIA, Fareed. The post-American world. **New York**, [S. l.], v. 4, 2008.
- ZEHFUSS, Maja. Constructivisms in international relations: Wendt, Onuf and Kratochwil. **Constructing International Relations: the next generation**, [S. l.], p. 54–75, 2001.
- ZHEBIT, Alexander. The BRICS: Wither Brazil? **Strategic Analysis**, [S. l.], v. 43, n. 6, p. 571–584, 2019.
- ZÜRN, Michael; STEPHEN, Matthew. The view of old and new powers on the legitimacy of international institutions. **Politics**, [S. l.], v. 30, n. 1_suppl, p. 91–101, 2010.